



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA
E RELAÇÕES INTERNACIONAIS

BRASIL, UMA CASA PORTUGUESA?
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O
PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA
ÁFRICA - 1953 A 1964

JOÃO PAULO ANDRADE RODRIGUES DO Ó

JOÃO PESSOA – PB

2020

JOÃO PAULO ANDRADE RODRIGUES DO Ó

**BRASIL, UMA CASA PORTUGUESA?
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O
PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA
ÁFRICA - 1953 A 1964**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.
Orientador: Prof^o. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira - UFPB.

JOÃO PESSOA – PB

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

R696b Rodrigues do Ó, João Paulo Andrade.

BRASIL, UMA CASA PORTUGUESA? UMA ANÁLISE DA POLÍTICA
EXTERNA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O PROCESSO DE
DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA ÁFRICA -
1953 A 1964 / João Paulo Andrade Rodrigues do Ó. - João
Pessoa, 2020.

126 f.

Orientação: Túlio Sérgio Ferreira.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. Política Externa Brasileira. 2. Tratado de Amizade e
Consulta. 3. Descolonização Africana. I. Ferreira,
Túlio Sérgio. II. Título.

UFPB/BC

JOÃO PAULO ANDRADE RODRIGUES DO Ó

**BRASIL, UMA CASA PORTUGUESA?
UMA ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E SUA RELAÇÃO COM O
PROCESSO DE DESCOLONIZAÇÃO DAS COLÔNIAS PORTUGUESAS NA
ÁFRICA - 1953 A 1964**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política e Relações Internacionais da Universidade Federal da Paraíba, como requisito para a obtenção do grau de Mestre.

Aprovada em: 31/03/2020.

BANCA EXAMINADORA:



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira
UFPB - Orientador



Prof. Dr. Henrique Zeferino de Menezes
UFPB - Examinador Interno



Prof. Dr. Alexandre César Cunha Leite
UEPB - Examinador Externo

JOÃO PESSOA – PB

2020

*É preciso perder
Para depois se ganhar
E mesmo sem ver
Acreditar!
É a vida que segue
E não espera pela gente
Cada passo que dermos em frente
Caminhando sem medo de errar
Sei que o melhor de mim está pra chegar.*

(Melhor de Mim, Mariza)

AGRADECIMENTOS

“Há gente que fica na história da história da gente”.

(Mariza)

Em primeiro lugar, rendo graças a Deus pelo dom da vida, por me guiar e iluminar durante toda essa trajetória. A Ele agradeço a força e a perseverança em continuar, apesar dos obstáculos e dificuldades.

Aos meus pais, irmãos e madrinha agradeço o incentivo para continuar os estudos, ao mesmo tempo em que sou grato pela compreensão pelos momentos em que estive ausente do convívio familiar.

Ao meu orientador o Profº Dr. Túlio Sérgio Ferreira, pelas valiosas sugestões, pela amizade e paciência em guiar essa pesquisa.

Aos professores Dr. Alexandre César Leite e Dr. Henrique Zeferino pelas imensas colaborações na banca de qualificação e por terem aceitado participar dessa banca de defesa.

Aos amigos Carol Adalpi, Elton Áquilas, Erivanildo Lima, Hélio Amaro, Hugo Bispo, João Raniery, Quitéria Teixeira, Raul Everton, Rodrigo Araújo e Vlademir Monteiro pelo incentivo e apoio, sempre que precisei, pude contar com a ajuda de todos vocês. Em especial quero agradecer a amiga Débora Evelyn pela amizade e companheirismo, suas palavras de apoio foram fundamentais para que eu pudesse persistir na caminhada.

À FAPESQ/PB pela ajuda financeira, sem a qual, dificilmente essa pesquisa lograria êxito.

Enfim, a todos aqueles que de uma forma direta ou indireta, colaboraram para a realização dessa pesquisa.

OBRIGADO!

*Aos meus sobrinhos Juliana Láisa,
João Lucas e Pedro Gabriel, sementes de
um Brasil melhor.*

RESUMO

A presente pesquisa tem por finalidade analisar a evolução da Política Externa Brasileira para a África portuguesa no período de 1953 a 1964. Buscou-se, mais especificamente, identificar os atores domésticos que influenciaram nas relações diplomáticas brasileiras no processo de descolonização das colônias portuguesas na África. No primeiro momento, observou-se o histórico das relações entre Brasil e Portugal de 1910 a 1953, tais relações culminaram com a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta (1953). Em seguida, procurou-se analisar a Política Externa do Governo Juscelino Kubistchek e a influência do luso-tropicalismo de Gilberto Freyre sobre a política brasileira para a África. Por fim, examinou-se a Política Externa Independente (PEI) dos Governos Jânio Quadros e João Goulart, com a finalidade de observar as diretrizes condutoras da política externa no tocante ao processo da descolonização africana. A PEI apresentava-se a favor da emancipação dos territórios não autônomos o que sinalizava uma ruptura com a tradicional aliança com os portugueses, todavia, as tentativas de distanciamento não prosperaram e a PEI acabou sendo interrompida pelo Golpe Militar de 1964. A tomada de poder pelos militares restaurou, no primeiro momento, o apoio à política colonial lusitana. Para a realização da pesquisa, utilizou-se a metodologia qualitativa, com ênfase no método histórico, através do qual, a investigação científica se debruçou sobre a literatura existente.

Palavras-chaves: Política Externa Brasileira; Tratado de Amizade e Consulta; Descolonização Africana.

ABSTRACT

This research intends to analyze the evolution of Brazil's Foreign Policy concerning to Portuguese Africa in the period from 1953 to 1964. More specifically, the aim relies on identifying the domestic actors that influence Brazilian diplomatic relations in the process of decolonizing Portuguese colonies in Africa. At first, the focus of the work is the history of relations between Brazil and Portugal from 1910 to 1953, which culminated with the signing of the Treaty of Friendship and Consultation (1953). Then, the attention moves to the Foreign Policy of the president Juscelino Kubistchek's government and the influence of Gilberto Freyre's Luso-tropicalism on Brazilian African politics. Finally, the work examines the Independent Foreign Policy (IFP) of the Governments Jânio Quadros and João Goulart, in order to determine the guidelines of foreign policy with respect to the African decolonization process. The IFP was in favor for the emancipation of non-autonomous territories and that approach signaled a break with a traditional alliance with the Portuguese. However, the attempts to break up with IFP turned out to be unsuccessful and were interrupted by the 1964 military coup. With the military in power, the support for the Portuguese colonial policy was once again restored. The research uses a qualitative methodology, with an emphasis on the historical method, through which is made a detailed scientific review of the existing literature.

Keywords: Brazilian Foreign Policy; Treaty of Friendship and Consultation; African decolonization.

LISTA DE ABREVIACÕES

- AIB** – Ação Integralista Brasileira
- ANL** – Aliança Nacional Libertadora
- BID** – Banco Interamericano de Desenvolvimento
- FGV** – Fundação Getúlio Vargas
- FMI** – Fundo Monetário Internacional
- FNLA** – Frente Nacional de Libertação de Angola
- FRELIMO** – Frente de Libertação de Moçambique
- FUNAG** – Fundação Alexandre de Gusmão
- IAPB** – Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários
- IBEAA** – Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos
- IGBE** – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- MPLA** – Movimento Popular de Libertação de Angola
- MRE** – Ministério das Relações Exteriores
- OEА** – Organização dos Estados Americanos
- ONU** – Organização das Nações Unidas
- OPA** – Operação Pan-Americana
- OTAN** – Organização do Tratado do Atlântico Norte
- PAIGC** – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde
- PCB** – Partido Comunista Brasileiro
- PDC** – Partido Democrata Cristão
- PEB** – Política Externa Brasileira
- PEI** – Política Externa Independente
- PRP** – Partido Republicano Português
- PSD** – Partido Social Democrático
- PSP** – Partido Social Progressista
- PTB** – Partido Trabalhista Brasileiro
- PTN** – Partido Trabalhista Nacional
- SAPS** – Serviço de Apoio à Previdência Social
- UDN** – União Democrática Nacional
- UNITA** – União Nacional para a Independência Total de Angola

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-PORTUGAL-ÁFRICA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX	20
1.1 NASCE A REPÚBLICA LUSITANA.....	21
1.2 OS FATOS E FEITOS DOS ANOS 1920	24
1.3 GOVERNOS AUTORITÁRIOS	25
1.3.1 Ditadura Portuguesa	26
1.3.2 Estado Novo Português	29
1.3.3 Estado Novo Brasileiro	33
1.4 TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA	38
2. A DÉCADA DE 1950 E A DESCOLONIZAÇÃO	44
2.1 GOA, DAMÃO E DIU: O ÍNICIO DO FIM DO IMPÉRIO DO ULTRAMAR	47
2.2 O PEIXE VIVO NO PODER	50
2.2.1 Operação Pan Americana	52
2.2.2 Os laços luso-brasileiros se fortalecem	56
2.2.3 Humberto Delgado – o general sem medo	61
2.2.4 Festas Henriquinas – o espírito de Sagres se faz presente	65
2.3 1960 – O ANO DA ÁFRICA	68
2.4 GILBERTO FREYRE E O LUSO-TROPICALISMO	71
3. A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E OS NOVOS ARES DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA PORTUGUESA	78
3.1 POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE	81
3.2 JANGO NO PLANALTO	87
3.2.1 A Política Externa do Governo Jango	90
3.3 O ULTRAMAR PORTUGUÊS EM GUERRA	93
3.4 OS MILITARES NO PODER	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	110
ANEXO – TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA DE 1953	123

INTRODUÇÃO

“A história da África é importante para nós, brasileiros, porque ajuda a explicar-nos”.

(Alberto da Costa e Silva, 1994).

O início das relações entre Brasil e Portugal, formalizadas em 1825 com o reconhecimento da independência brasileira, remontam ao ano de 1500 – quando aqui chegaram os primeiros lusitanos na esquadra liderada por Pedro Álvares Cabral. Ao longo de mais de 500 anos de história, o relacionamento entre lusitanos e brasileiros se procedeu de maneira íntima e intensa. Essas relações se perpetuaram através de quatro grandes pilares: sangue, língua, cultura e passado comum (CERVO; MAGALHÃES, 2000).

As relações entre Brasil e África, por sua vez, remontam ao século XVI, quando os primeiros negros africanos foram trazidos para serem escravizados, dando início ao período mais doloroso de nossa história: a escravidão. Da África advinha à mão-de-obra que lavrava nossas terras, que cultivava nossos canaviais, que garimpava nossas minas, que limpava nossas casas e que construía, desse modo, a base da nossa economia. Além do suor, os africanos deixaram aqui um imenso legado cultural, marcando profundamente a identidade brasileira (FREYRE, 2004).

Durante a primeira metade do século XIX, o relacionamento entre o Brasil e a África foi, basicamente, econômico, e girou em torno do comércio de escravos. Os fortes laços fizeram a África portuguesa ser administrada a partir do Brasil (RODRIGUES, 1982). Essas relações transformaram o Brasil “na segunda nação africana” (VISENTINI, 2012, p. 215). Com o fim do tráfico negreiro em 1850¹, houve um distanciamento gradativo que só seria resgatado em meados do século XX. Dentre os fatores que justificaram esse distanciamento, destacam-se:

[...] 1) por um lado ocorreu, em fins do século XIX, a penetração europeia e o conseqüente “fechamento” do continente africano ao mundo, de acordo com a lógica inerente ao sistema colonial, fato que sucedeu o gradual abandono da exportação de mão de obra escrava que era, afinal, a principal atração

¹ Lei nº 581 de 04 de setembro de 1850, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz.

econômica da África para o Brasil; 2) por outro lado, a orientação da política exterior brasileira, que de meados do século XIX em diante privilegiou a imigração europeia e tentou apagar da memória nacional as relações com a África, sobretudo o incômodo legado escravo-africano deixado no Brasil por séculos de trabalho forçado, também contribuiu para o afastamento do Brasil da África (PENNA FILHO, 2009, p. 05).

Ignorar o passado africano do Brasil é ignorar a sua própria história, como afirma Alberto da Costa e Silva:

O Brasil é um país extraordinariamente africanizado, [...] nossa vida está impregnada de África. Na rua. Na praça. Na casa. Na cidade. No campo. O escravo ficou dentro de todos nós, qualquer que seja a nossa origem. Afinal, sem a escravidão o Brasil não existiria como hoje é, não teria sequer ocupado os imensos espaços que os portugueses lhe desenharam. Com ou sem remorsos, a escravidão é o processo mais longo e mais importante de nossa história (COSTA E SILVA, 1994, p. 39-40).

Gilberto Freyre afirma que a África estava tão intrinsecamente presente no Brasil, que não se poderia separar:

Todo brasileiro, mesmo o alvo, de cabelo louro, traz na alma, quando não na alma e no corpo a influência direta, ou vaga ou remota, do indígena ou do africano [...]
Na ternura, na mímica excessiva, na música, no andar, na fala, no canto de ninar menino pequeno, em tudo o que é expressão sincera da vida, trazemos quase todos a marca da influência negra [...] (FREYRE, 2004, p. 367).

O relacionamento do Brasil com o continente africano – em especial a porção portuguesa – até meados dos anos 1960, foi tímido e oscilante. Após o fim da Segunda Guerra Mundial², com a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), o debate acerca da descolonização dos territórios não autônomos na África e na Ásia começaram a ganhar importância no cenário internacional. Os ideais de independência foram retomados e as pressões pela emancipação política das nações africanas ganharam força. Segundo José Hermano Saraiva (1995, p. 87) “era a retomada vigorosa da luta contra os países colonialistas e o sistema colonial como um todo, a África se tornou um centro de interesse do sistema internacional”.

² A II Guerra Mundial foi o maior conflito bélico vivenciado no século XX, participando dele as grandes potências mundiais. O saldo foi de milhões de mortos, além do colapso econômico e militar que deixaram a Europa destruída. Do pós-guerra, emergiram duas superpotências: Estados Unidos e União Soviética. A rivalidade dessas potências será determinante na nova ordem mundial.

A África vai ganhando importância internacional à medida que o sistema multilateral de equilíbrio, o qual tinha a Europa como centro, é substituído por um sistema de bipolaridade global entre duas grandes potências: os Estados Unidos da América e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (BARRACLOUGH, 1973). Cabe ressaltar que as nações afro-asiáticas recebiam importância em virtude do enorme e crescente peso demográfico que exerciam, somado à pressão que representavam coletivamente (HOBSBAWM, 1995).

Apesar do crescente interesse internacional pelo continente africano, o Brasil permaneceu distante. Por outro lado, as boas relações entre Brasil e Portugal, embasadas nos laços históricos e culturais, foram decisivas para a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta de 1953. O Acordo significou uma importante vitória para a diplomacia portuguesa em sua luta para a manutenção de suas colônias na África. Entretanto, para o Brasil a medida foi sinônimo de ambiguidade, visto que o Itamaraty declarava sua posição anticolonial, porém apoiava o Estado Português nos organismos internacionais.

O apoio brasileiro à política colonial portuguesa trouxe dificuldades para as relações entre o Brasil e a África lusitana. O Brasil passaria a reconhecer a emancipação dos Estados Africanos, desde que a independência tivesse sido cancelada pela antiga metrópole, o que definitivamente não se aplicaria às colônias portuguesas; que só conseguiram a independência nos anos 1970 (BITELLI, 1989).

O continente africano só passou a receber uma maior atenção do Brasil com o advento da Política Externa Independente, implantada por Jânio Quadros em 1961. A partir desse novo direcionamento da política externa, foi possível a abertura de embaixadas, a ampliação do comércio, bem como uma maior aproximação política com a África. Apesar disso, o apoio ao colonialismo português continuou sendo um empecilho no desenvolvimento de uma política africana forte (DANTAS, 2011).

As relações entre o Brasil e a África, sobretudo a África portuguesa, podem ser analisadas de diferentes ângulos históricos: do tráfico negreiro, da escravidão, do período colonial, das independências e do contexto atual. Em cada um desses contextos, a diplomacia brasileira atuou de uma forma distinta (JORGE, 2018). Sendo assim, “são indissociáveis da política externa brasileira os laços culturais e históricos com a África” (JORGE, 2018, p. 523).

Até meados do século XX, era comum pensar em Política Externa Brasileira como algo imune a pressões internas e externas, na qual o direcionamento do Governo era o que

bastava para a condução da política exterior. Era simplesmente a face externa do Estado. De acordo com Letícia Pinheiro:

O conjunto de ações e decisões de um determinado ator, geralmente, mas não necessariamente o Estado, em relação a outros Estados ou atores externos – tais como organizações internacionais, corporações multinacionais ou atores transnacionais –, formuladas a partir de oportunidade e demandas de natureza doméstica e/ou internacional (PINHEIRO, 2004, p. 07).

Em outra definição de Política Externa, Celestino del Arenal afirma que:

Política externa é o estudo da forma como um Estado conduz suas relações com outros Estados, se projeta para o exterior, isto é, refere-se à formulação, implementação e avaliação das opções externas, desde o interior de um Estado, vistas desde a perspectiva do Estado (ARENAL, 1990, p. 21).

Destarte, deve-se pensar em Política Externa como uma política pública, executada fora das fronteiras geográficas do Estado, porém articulada e influenciada pelas demandas internas. Salomón e Pinheiro (2013, p. 41) afirmam que “entender a política externa como política pública leva a considerar seu processo de elaboração, no qual incidem, como em qualquer outra política pública, as demandas e conflitos de variados grupos domésticos”.

Assim sendo, não se pode atribuir a um único ator ou a uma única instituição a tomada das decisões da política externa, pois ela depende do conjunto de influências internas e externas que direta ou indiretamente acabam por interferir na Política Externa do Brasil (MILANI; PINHEIRO, 2013).

A partir de Snyder (1962) a análise doméstica começa a ganhar importância para explicar os comportamentos dos Estados no âmbito internacional. Rosenau (1967) reforça a ideia de que atores e fatores domésticos são tão importantes na formulação da política externa quanto o contexto internacional. Dentro dessa perspectiva, a Análise de Política Externa (APE) “tem como objeto o estudo da política externa de governos específicos, considerando seus determinantes, objetivos, tomada de decisões e ações efetivamente realizadas” (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 40).

Ainda que a relação entre os Estados e as Instituições internacionais seja o objetivo principal da política externa, cada vez mais grupos internos, grupos sociais, não governamentais e privados, influenciam a atuação do Estado no cenário internacional (ALTEMANI, 2005).

Ao assumirmos a política externa como uma política pública, estamos trazendo a política para o terreno da *politics*, ou seja, reconhecendo que sua formulação e implementação se inserem na dinâmica das escolhas de governo que, por sua vez, resultam de coalizações, barganhas, disputas, acordos entre representantes de interesses diversos, que expressam, enfim, a própria dinâmica da política (MILANI; PINHEIRO, 2013, p. 24).

Pierre Milza (2003, p. 369) colabora com esse pensamento ao afirmar que “não há nenhum ato de política externa que não tenha um aspecto de política interna, quer se trate dos atos importantes da vida dos Estados ou das manifestações cotidianas da atividade internacional”. Dessa maneira, a política externa seria o reflexo das demandas e dos conflitos dos grupos domésticos.

A indagação principal que orientou essa pesquisa está embasada na análise da evolução da Política Externa Brasileira para com a África portuguesa no período de 1953 a 1964, na qual se procurou identificar os atores que exerceram influência nessa relação. Em relação aos objetivos específicos, buscou-se descrever as relações entre Brasil e Portugal na primeira metade do século XX, bem como as razões que levaram os dois países a assinar o Tratado de Amizade e Consulta em 1953. Em seguida, verificou-se de que modo se procedeu a relação político-diplomática entre o Brasil e a África portuguesa após a assinatura do Acordo, levando em consideração a política externa implementada pelos Governos brasileiros.

Com objetivos definidos, a missão da presente pesquisa é verificar, através da literatura, de que maneira os agentes internos influenciaram o direcionamento da Política Externa Brasileira para a África portuguesa, sobretudo, através da manutenção do apoio à política colonial do regime Salazarista. Os caminhos para a comprovação da hipótese apresentada são amplos e diversos, necessitando de instrumentos metodológicos que possam auxiliar para o êxito da investigação.

Diante da diversidade de perspectivas e de caminhos de investigação científica, a metodologia qualitativa é que mais se encaixa no desenho de pesquisa, pois se preocupa com o mundo empírico em se tratando de investigação do tipo fenomenológico de natureza histórica-estrutural e dialética (CRESWELL, 2007).

Bogdan apresenta cinco características da pesquisa qualitativa:

1º) A pesquisa qualitativa tem o ambiente natural como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; 2º) A pesquisa qualitativa é descritiva; 3º) Os pesquisadores qualitativos estão preocupados com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; 4º) Os pesquisadores qualitativos tendem a analisar seus dados indutivamente; 5º) O significado é a preocupação essencial na abordagem qualitativa [...] (BOGDAN *apud* TRIVIÑOS, 1987, p. 128-130).

De acordo com Porta e Keating, a pesquisa qualitativa é:

Uma atividade situada que localiza o observador no mundo, consiste em um conjunto de práticas interpretativas que tornam o mundo visível. Essas práticas transformam o mundo. Eles transformam o mundo em uma série de representações, incluindo notas de campo, entrevistas, conversas, fotografias, gravações e memorandos. Nesse nível, a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem naturalista e interpretativa do mundo. Isso significa que os pesquisadores qualitativos estudam as coisas em seus ambientes naturais, tentando compreender ou interpretar fenômenos em termos dos significados que as pessoas lhes trazem (PORTA; KEATING, 2008, p. 28).

Destarte, à luz da abordagem qualitativa, o caminho que se pretende seguir necessitará da utilização do método histórico. As pesquisas históricas permitem conhecer e refletir acerca de um fenômeno e/ou fatos históricos, considerando fundamental o domínio acerca de conceitos e hipóteses, da compreensão das relações da História com o Tempo, com a Memória ou com o Espaço (ALMEIDA FILHO, 2016).

De acordo com Jörn Rüsen:

A metodização significa a aplicabilidade de um determinado método, esta tarefa é a garantia que o historiador teria de transformar suas ideias e hipóteses em um conhecimento realmente racional, com certa garantia de sua validade. [...]

O conhecimento histórico não é um conhecimento vulgar, ele tem uma pretensão de verdade, é racional, servindo como instrumento para a nossa formação cultural. Também podemos afirmar que o conhecimento histórico é muito dinâmico, pois cada vez mais os historiadores constroem novos argumentos e as pesquisas históricas sempre trazem novos resultados, sendo sempre fundamental a tarefa de escrever novas histórias com os novos dados obtidos com as pesquisas (RÜSEN, 2008, p. 31-32).

Dessa maneira, a pesquisa bibliográfica é uma importante fonte para o levantamento de informações e de teorias já analisadas. Dada as impossibilidades para o acesso à documentos, utilizamos nessa pesquisa a literatura disponível em livros, artigos, jornais, documentários e relatórios. Destaca-se dentro da literatura pesquisada, sobretudo, na bibliografia relacionada à Política Externa Brasileira, as obras de autores como: Amado

Cervo, Clodoaldo Bueno, José Calvet de Magalhães e José Honório Rodrigues. De igual importância são as obras de Gilberto Freyre, brevemente analisadas nessa pesquisa. Os demais autores citados ao longo da pesquisa têm igual relevância no entendimento das relações entre Brasil-Portugal-África Portuguesa. Por se tratar de uma literatura histórica (brasileira e portuguesa), procurou-se manter a ortografia original da época, para ser o mais fiel possível às ideias dos autores.

A dissertação está organizada em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à retrospectiva histórica das relações entre Brasil e Portugal de 1910 a 1953. O marco inicial é a derrubada da monarquia portuguesa e implantação da República. Veremos que a partir da chegada do professor António de Oliveira Salazar ao Ministério das Finanças e, posteriormente à Presidência do Conselho de Ministros, Portugal adotou uma nova concepção de projeto nacional, dando ênfase à política colonial. Ao longo do capítulo, discorreremos sobre a Política Externa da Era Vargas, dos Governos dos presidentes Eurico Dutra e Getúlio Vargas.

É perceptível ao analisarmos a Política Externa Brasileira da primeira metade do século XX, que a África não estava nas prioridades das políticas do Itamaraty. As ligações com os Estados Unidos eram tidas como prioridade. Todavia, não se pode deixar de destacar que as relações com os portugueses iam ganhando importância ano após ano. As fortes ligações históricas e culturais que nos unem a Portugal foram os alicerces para a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953. O Acordo foi celebrado como um “ato de família”, apesar das críticas de parte dos diplomatas brasileiros e de organismos internacionais.

O segundo capítulo percorrerá a década de 1950, período de maior intensidade das relações entre Brasil e Portugal. Após a criação da ONU (1945) e da realização da Conferência de Bandung (1955), as pressões internacionais a favor da emancipação dos territórios não autônomos ganharam força. O Brasil declarava-se a favor da descolonização das colônias, entretanto, as ligações históricas com Portugal o impediam de tomar uma posição mais concreta em relação aos territórios portugueses. O Brasil cedia às pressões portuguesas, apoiando Portugal nas comissões da ONU.

As teorias luso-tropicalistas de Gilberto Freyre foram incorporadas pelo Estado Português na defesa da manutenção das suas colônias na África e na Ásia. Freyre lança à ideia de um colonizador predisposto à colonização tropical, fruto de seu passado híbrido na Península Ibérica. No âmbito interno, o Governo Juscelino Kubistchek propôs a Operação

Pan-Americana com o objetivo de proporcionar aos países latino-americanos uma maior participação na política internacional, porém, sem muitos efeitos práticos.

O último capítulo explorará a década de 1960, mais precisamente, até a tomada do poder pelos militares em 1964. A grande novidade do Governo Jânio Quadros é a Política Externa Independente, na qual se buscava uma ampliação das relações comerciais com um maior número de países, independente de ideologia, além de manifestar apoio a autodeterminação dos povos e a independência dos territórios não autônomos. Todavia, o curto Governo Jânio e o turbulento Governo João Goulart impediram que a política africana do Brasil obtivesse êxito, principalmente, pelas fortes relações que mantinham com Portugal.

As decisões no campo da Política Externa Brasileira não são tomadas levando em consideração somente um único ator, uma única instituição. São as influências somadas de todas essas forças que acabam por direcionar o processo decisório da PEB (MILANI; PINHEIRO, 2013). Assim sendo, as influências exercidas pelos grupos de apoio à causa colonial portuguesa – comunidade lusitana no Brasil, Governo Português, intelectuais e diplomatas lusófilos – sobre a diplomacia brasileira, dificultaram uma maior aproximação do Brasil com as colônias portuguesas na África.

Espera-se, desse modo, que o trabalho aqui desenvolvido contribua para com os estudos da descolonização africana, bem como para uma melhor compreensão da evolução da Política Externa do Brasil com Portugal e com a África portuguesa nas décadas de 1950 e 1960.

CAPÍTULO 1

HISTÓRICO DAS RELAÇÕES BRASIL-PORTUGAL-ÁFRICA PORTUGUESA NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX.

“Cada geração, em seu presente específico, une passado e presente de maneira original, elaborando uma visão particular do processo histórico. O presente exige a interpretação do passado para se representar, localizar e projetar o seu futuro. Cada presente seleciona um passado que deseja e lhe interessa conhecer”.

(José Carlos Reis, 2007, p. 09).

Este primeiro capítulo destina-se à revisão, de forma breve, do contexto histórico e político pelo qual atravessaram Brasil e Portugal. As relações entre os dois países apresentaram um crescimento considerável ao longo da primeira metade do século XX. Entretanto, a política brasileira para a África permaneceu adormecida até meados da década de 1960.

O Tratado de Amizade e Consulta de 1953 significou um importante avanço nas relações luso-brasileiras, todavia, uma de suas cláusulas, obrigava os países a se consultarem sempre que surgissem assuntos relacionados a questões internacionais, o que gerou um desconforto na diplomacia brasileira (CERVO; MAGALHÃES, 2000). Para que ocorra uma maior compreensão das razões e das motivações que levaram Brasil e Portugal a assinar o Tratado, é importante entender as relações bilaterais ocorridas nos anos anteriores à assinatura do Tratado. Assim sendo, a análise histórica dessa primeira parte terá início com a implantação da República Portuguesa em 1910, culminando na assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953.

A Política Externa Brasileira (PEB), até os anos 1930, possuía um alinhamento automático com os Estados Unidos; um certo continuísmo do período do Barão do Rio Branco. Conforme o pensamento do Barão, “o Brasil precisava do apoio ou da benevolência dos Estados Unidos para resolver pendências”. De igual modo, o Barão foi o responsável pela

introdução dos paradigmas que nortearam a política externa do país por mais de cinquenta anos, baseada na convergência ideológica, no pragmatismo e na harmonização da relação Estados Unidos-América Latina (RICUPERO *apud* ALTEMANI, 2005, p. 36).

A Era Vargas – iniciada em 1930 – foi marcada pelo aproveitamento das “brechas” geradas pela disputa entre os polos de poder, atendendo aos interesses das elites dominantes. Vargas aproveitou-se da desintegração do domínio europeu para ampliar a área de influência do Brasil. Sendo assim, os governos Dutra e Vargas reaproximaram-se dos Estados Unidos, dessa vez contra a ameaça comunista, representada pela União Soviética (DANESE, 2017).

A análise desse período é importante em virtude da intensidade dos fatos políticos, econômicos e diplomáticos que influenciaram as relações entre os atores. O período em questão é rico e dinâmico em fatos, como por exemplo: a queda da bolsa de Nova Iorque em 1929, o fim da República Velha no Brasil em 1930, a implantação do Estado Novo Português em 1933 e do Brasileiro em 1937, além de dois conflitos mundiais – dentre outros conflitos – que movimentaram o sistema internacional.

1.1 NASCE A REPÚBLICA LUSITANA

A deposição do Rei Dom Manuel II do trono português e a consequente implantação da República Portuguesa em 05 de outubro de 1910 trouxeram entraves para as relações entre Brasil e Portugal. Em primeiro lugar deu-se atenção ao reconhecimento internacional do novo regime, em um momento em que a maioria dos países da Europa adotava a monarquia como forma de Governo. Posteriormente, buscou-se manter o próprio regime de pé, visto que os governos republicanos que se sucederam mostravam-se fracos para a resolução dos problemas econômicos e sociais portugueses (SANTOS; AMORIM, 2000).

A República Portuguesa foi implantada graças a uma sucessão de crises que desde o final do século XIX assolavam o país. O baixo crescimento econômico e a grande desigualdade social, somada ao tardio processo de industrialização e modernização econômica, foram determinantes para a mudança de regime, como afirma a historiadora Ana Paula Pires:

A verdade é que os vários governos da fase final da Monarquia, a braços com sucessivas crises políticas e financeiras, estavam praticamente paralisados: não tinham condições, nem meios, para definir uma estratégia de desenvolvimento económico nacional, nem conseguiam reunir os meios

indispensáveis à sua concretização, a tudo isso somavam-se os efeitos da indefinição quanto ao percurso que devia presidir à condução dos destinos do desenvolvimento económico do País (PIRES, 2017, p. 335).

Os republicanos enxergavam na República a última esperança de ressurgimento do que outrora tinha sido o Império Português, tentando-se dessa maneira reerguer a economia e a sociedade portuguesa. Esse sentimento de resgate da identidade portuguesa seria retomado, posteriormente, por Salazar na tentativa de manter as colônias na África.

De certo modo, a implantação da República no Brasil em 1889 reacendeu nos republicanos portugueses os ideais de uma República Lusitana, renovando a luta contra a monarquia. Pode-se observar o entusiasmo na manchete do jornal *Os Debates*, de 16 de novembro de 1889, “o povo brasileiro, esse povo nosso irmão pela raça, pelo idioma, pelas tradições e pelo temperamento, acaba de dar ao mundo um grande exemplo e de praticar um ato nobilíssimo de patriotismo e de justiça, siga Portugal o seu exemplo” (MARTUSCELLI, 2016, p.194). Essas notícias alimentaram o sonho de mudança.

Do Regicídio³ à Proclamação da República em 1910 foram pouco mais de dois anos nas quais as crises políticas, econômicas e sociais se agravaram, culminando na tomada do poder pelos republicanos na figura de Teófilo Braga. Entretanto, vale destacar que os ideais do Partido Republicano Português (PRP) vinham ganhando força desde a sua fundação em 1876, que desde então, direcionava suas críticas aos gastos da Casa Real de Bragança, bem como a situação econômica do país.

A figura do rei Dom Carlos I era o pilar da monarquia e impedia que os ideais republicanos prosperassem, pois, “o rei, o seu prestígio no exército e a sua popularidade em grande parte da população eram o único esteio da monarquia” (SARAIVA, 1995, p. 344). O assassinato do rei, junto ao seu herdeiro, retirou o alicerce do regime.

A mudança de regime não foi suficiente para transformar a estrutura econômica e social portuguesa, “a 05 de outubro de 1910 Portugal era um país caracterizado por uma indústria incipiente, dispersa e apoiada numa mão-de-obra pouco qualificada; era detentor de uma agricultura pouco intensiva, alicerçada em práticas rotineiras e rudimentares” (PIRES, 2017, p. 347).

Ao longo dos anos 1910 e 1920 poucas melhorias foram feitas para benefício dos portugueses, fato esse que tornaria a I República Portuguesa bastante instável e suscetível a

³ Regicídio foi o assassinato do Rei Dom Carlos I e de seu filho, o príncipe herdeiro, Dom Luís Felipe, no Terreiro do Paço em Lisboa, em 01 de fevereiro de 1908.

golpes, com trocas constantes de governos. A instabilidade do regime pode-se constatar nas palavras de Hernúlio Martins (1998, p. 70) “quarenta e tal governos, seis presidentes, eleições parlamentares em média de dois em dois anos, vinte e cinco revoltas e motins...”. Não se pode esquecer, as divisões dentro do PRP, que criaram “partidos” dentro do partido, enfraquecendo a República.

As cizânias permanentes, a incapacidade de unir em torno de um núcleo central e fundamental de reformas os esforços dos novos dirigentes e das novas forças partidárias, a constante instabilidade governamental, o agravar dos velhos problemas de sempre, no campo econômico e financeiro, as querelas da sociedade civil e, agora, novos conflitos que se aguçariam de modo exasperante – nomeadamente com a Igreja Católica – fragilizaram a República, tornaram-na anêmica, incapaz, paralisada por indecisões, revoltas, bernardas castrenses, sobressalto (MEDINA, 1984, p. 306).

A reação do Brasil à implantação da República Portuguesa foi prudente e cautelosa e “consistiu na comunicação oral de que o reconhecimento formal do novo regime se efetuariá quando o governo brasileiro tivesse conhecimento de que a maioria do povo português aceitava o regime republicano” (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 263). O reconhecimento formal da República Portuguesa pelo Governo brasileiro deu-se em 22 de outubro de 1910⁴.

A situação política do Brasil, nesse período também, não era tranquila. Em 1910, foi eleito presidente o Marechal Hermes da Fonseca e, durante o seu governo, inúmeras manifestações e conflitos ocorreram, como a Revolta da Chibata e a Guerra do Contestado. De maneira geral, os presidentes brasileiros, frutos da chamada “política do Café com Leite”⁵, governaram o país com bastante instabilidade e conflitos diversos (ARAÚJO; RODRIGUEZ, 2009).

O governo português demonstrou interesse em intensificar as relações com o Brasil, para isso, nomeou importantes figuras do Partido Republicano Português, como António Luís Gomes em 1911 e, no ano seguinte, Bernardino Machado⁶, como Ministros de Portugal no Brasil. Outro importante gesto bilateral foi “a elevação à categoria de embaixada as respectivas representações diplomáticas em Lisboa e no Rio de Janeiro”⁷ (MAGALHÃES,

⁴ Correspondência da Secretaria de Estado para a Legação de Portugal no Rio de Janeiro, telegrama, 23 out.1910. Arquivo Histórico e Diplomático do Ministério dos Negócios Estrangeiros.

⁵ A política do café com leite foi uma alternância no poder presidencial entre as oligarquias paulistas (produtores de café) e mineiras (produtores de leite). (Cf. FAUSTO, 1970).

⁶ Foi eleito presidente da República Portuguesa em dois períodos, 1915 a 1917 e 1925 a 1926.

⁷ A elevação das embaixadas foi aprovada pelo parlamento português em 10 de julho de 1913 e pelo parlamento brasileiro em 07 de janeiro de 1914.

1999, p. 80), bem como algumas visitas de presidentes brasileiros a Portugal. Apesar dessas iniciativas, as relações entre os dois países permaneceram tímidas.

O presidente Campos Sales (1898-1902) foi o primeiro chefe de Estado brasileiro no período republicano a cruzar o Atlântico em visita a Portugal, iniciando uma série de visitas que foram marcadamente importantes na história das relações diplomáticas entre os dois países. Durante o período da primeira República Portuguesa, visitaram Portugal os presidentes brasileiros, Hermes da Fonseca em 1910 e Epiácio Pessoa em 1919 (como presidente eleito). Em retribuição aos gestos brasileiros, o presidente português António José de Almeida participou das comemorações do I Centenário da Independência do Brasil no ano de 1922 (MAGALHÃES, 1999).

1.2 OS FATOS E FEITOS DOS ANOS 1920

A bem sucedida viagem do presidente Epiácio Pessoa a Portugal, em 1919, e o seu desejo de uma maior aproximação entre Brasil e Portugal, proporcionaram um clima de afetividade entre as nações (CERVO; MAGALHÃES, 2000). Com a atmosfera de festa, os festejos pelo I Centenário de Independência do Brasil propiciaram alguns feitos históricos importantes.

Em 1921, ocorreu a transladação dos restos mortais dos imperadores Dom Pedro II e Dona Teresa Cristina, sepultados no Panteão do Mosteiro de São Vicente de Fora em Lisboa para a Catedral de São Pedro de Alcântara em Petrópolis no Rio de Janeiro. Honras de chefe de Estado foram dadas aos despojos dos imperadores. Festas foram realizadas em todo o território nacional para aquele que Ruy Barbosa chamou de “símbolo da moralidade”. A República retornava ao passado, considerava suas glórias, mas sem desmerecer o presente republicano (GOMES, 2009).

Em 1922, ocorreu a primeira travessia aérea⁸ do Atlântico Sul, acontecimento inédito até então. No clima dos festejos do Centenário da Independência Brasileira, os aeronautas portugueses Sacadura Cabral e Gago Coutinho ensejavam repetir, pelo ar, a viagem marítima que Pedro Álvares Cabral havia realizado alguns séculos antes. Dessa maneira, partiram de

⁸ Os “desbravadores do ar” partiram de Lisboa no hidroavião Lusitânia, no dia 30 de março de 1922, percorrendo 8.383km em 62h, 26min de voo, fazendo escalas em Las Palmas, Gando, São Vicente, São Tiago, Penedos de São Pedro e São Paulo, Fernando de Noronha, Recife, Salvador, Porto Seguro, Vitória e Rio de Janeiro (Cf. CAMBESES JÚNIOR, 2008).

Lisboa rumo ao Rio de Janeiro no dia 30 de março de 1922, a bordo do monomotor Fairey F III-D de 350cv. A chegada ao Brasil e o regresso a Portugal foram motivos de grandes apoteoses populares. Assim sendo, essa travessia serviu para interligar, ainda mais, os laços fraternos com o Brasil (CAMBESES JÚNIOR, 2008).

A presença do Chefe do Estado Português⁹, António José de Almeida, nas solenidades do I Centenário da Independência, efetivamente, foi o ápice da aproximação entre os dois países, pelo menos até aquela data. A presença do presidente português em solo brasileiro produziu um momento propício para tentar resolver velhas questões que há algum tempo os portugueses tentavam regularizar “como as tarifas comerciais, o tratamento dos emigrantes e os interesses da indústria livreira” (CASTRO *et al*, 2006, p.173). Entretanto, o Tratado do I Centenário, assinado em 26 de setembro de 1922, versou sobre a isenção do serviço militar e a dupla nacionalidade.

Até o final da I República Portuguesa, em 1926, não ocorreram grandes acordos nem grandes realizações entre Brasil e Portugal. Desse modo, desse período fica apenas “o eco de uma renovada aproximação afetiva dos dois povos, sem grandes efeitos práticos” (MAGALHÃES, 1999, p. 84).

1.3 GOVERNOS AUTORITÁRIOS

A Europa da primeira metade do século XX, em termos políticos, é o palco do surgimento de governos autoritários como Mussolini, na Itália; Hitler, na Alemanha; Stalin na União Soviética e Franco, na Espanha, são alguns dos exemplos. Brasil e Portugal também passaram pela experiência autoritária. Em ambos os países duas experiências ditatoriais ocorreram durante o século XX. No Brasil o Estado Novo (1937 a 1945) e a Ditadura Militar (1964 a 1985) e em Portugal a Ditadura Portuguesa (1926 a 1933) e o Estado Novo (1933 a 1974). Tanto o Estado Novo português quanto o brasileiro possuíam características próprias, porém, fortemente influenciados pela ideologia nazifascista (SCHIAVON, 2011).

A esse respeito, é preciso considerar que:

O fim do regime democrático e a implantação do Estado Novo português, a exemplo do que aconteceu no Brasil, foi fruto de um longo processo. Em

⁹ Em 1908 estava prevista a viagem do Rei Dom Carlos ao Brasil para o I Centenário da Abertura dos Portos, entretanto, o advento do regicídio e as tensões políticas subsequentes, determinaram, contudo, o cancelamento da iniciativa.

Portugal, teve início com a grave crise econômica e política que assolou o país nos anos vinte e desfechou um golpe fatal à Primeira República. O término desta, com o movimento 28 de Maio, abriu espaço para a instauração de uma ditadura militar e uma série de golpes e contragolpes e, finalmente, a implantação do Estado Novo, em 1933 (SCHIAVON, 2011, p. 230).

1.3.1 Ditadura Portuguesa

A I República Portuguesa durou 16 anos (1910-1926), seu curto tempo de duração está diretamente ligado às dificuldades financeiras e políticas que os republicanos tiveram ao ascender ao poder. Segundo o professor José Hermano Saraiva (1995, p. 340) “a República era uma aspiração, não um projeto programado”, portanto, os anos da Primeira República pouco tinham de diferente do período monárquico, já que questões estruturais não estavam na pauta. Em linhas gerais, “o que unia os ditos republicanos, em sua maioria membros pertencentes à burguesia ou prestes a sê-lo, eram as ideias de patriotismo e anticlericalismo” (SCHIAVON, 2011, p. 230).

Apesar das dificuldades enfrentadas, dentro do possível, a I República conseguiu realizar algumas mudanças. O historiador Douglas Wheeler (1978, p. 871) afirma que “foram realizadas significativas reformas na instrução primária e no ensino secundário, assim como se fizeram esforços quanto à política fiscal, às condições laborais e à política de salários”. Entretanto, ao fim da primeira experiência republicana, Portugal era o país mais pobre e menos alfabetizado da Europa Ocidental.

Nesse sentido, Wheeler ressalta:

O insucesso da República exprimiou-se sob a forma de uma crise política muito prolongada, de uma guerra civil interrompida, de um latente estado de sítio, em que um partido, o Democrático, conservou geralmente o monopólio do poder no Parlamento e na Administração” (WHEELER, 1978, p. 868).

O início da Ditadura Portuguesa teve origem na derrubada da I República provocada pelo movimento apelidado de “Revolução Nacional”, movimento para o qual convergiram todas as forças contrárias ao governo: anarquistas, nacionalistas e monarquistas. O governo encabeçado pelo General Gomes da Costa padecia dos mesmos males que afligiam a antiga República: fragilidade política e déficit fiscal (SCHIAVON, 2011).

A saída de Gomes da Costa fez chegar ao poder o General Óscar de Fragoso Carmona (de forma interina) em julho de 1926, sendo subsequente eleito para a presidência da

República em 1928. A necessidade de formar um novo ministério para tentar contornar a caótica situação financeira e a falta de recursos externos, faz Carmona trazer para o Ministério das Finanças, o professor António de Oliveira Salazar, economista da Universidade de Coimbra¹⁰.

Com o desafio de reequilibrar as contas públicas e combater o enorme déficit fiscal que assolava o país há décadas, Salazar entra no governo. Segundo Fernando Rosas (1994, p. 164) “a entrada de Salazar no governo marca, na realidade, o início do curto, mas decisivo, período do conúbio fascista-salazarista para varrer os republicanos conservadores da liderança do governo”, é na verdade, uma manobra política para derrotar o republicanismo-militar.

A princípio achava-se que a crise política e a crise financeira eram interdependentes, como manifestações de um desajustamento do aparelho central do Estado, que se refletia numa crise de autoridade, mas Salazar tinha consciência que a reformulação do aparelho político central do Estado, nas condições muito peculiares de Portugal, teria de ser realizada de cima para baixo, ou seja, teria de ser analisada a partir do governo. Como políticas de austeridade são, geralmente, impopulares, o governo teria, muito possivelmente, de se apoiar numa ditadura (TELO, 1994).

Logo após tomar posse como Ministro das Finanças, Salazar proferiu uma de suas frases mais célebres “sei muito bem o que quero e para onde vou, mas não se me exija que chegue ao fim em poucos meses, no mais, que o país estude, represente, reclame, discuta, mas que obedeça quando se chegar à altura de mandar”¹¹. Sinais já eram dados de que sacrifícios teriam que ser feitos.

Salazar passou a controlar os gastos de todos os ministérios do governo, interferindo diretamente nas ações de cada pasta, atribuindo a si o poder de veto para alguma ação que não estivesse dentro dos seus critérios de austeridade. Essas ações disciplinares logo tiveram efeito nas contas públicas; como a diminuição gradativa das despesas, o equilíbrio do orçamento e a estabilização do escudo português.

A política de austeridade¹² implantada por Salazar fez com que o país conseguisse um crescimento nunca antes visto, pois sua obstinação em controlar as finanças públicas

¹⁰ Lecionava Economia Política, Economia Social e Ciência das Finanças na Universidade de Coimbra.

¹¹ Discurso proferido na sala do Conselho de Estado, em 27 de Abril de 1928, no ato da posse de Ministro das Finanças, disponível em <http://www.arqnet.pt/portal/discursos/abril01.html>.

¹² A adoção da política de austeridade afasta, a princípio, a hipótese de um regresso à normalidade constitucional, passando o Estado a ter o poder de decidir a continuação ou desaparecimento de empresas ou agentes económicos, através da cartelização obrigatória, distribuição de ajudas, aplicação de quotas,

possibilitou a Portugal atravessar a grande crise de 1929¹³, sem maiores problemas, feito este, reconhecidamente exaltado pela imprensa portuguesa (sob censura) e também por órgãos internacionais, que o chamavam de “Salvador da Pátria”. É neste contexto que Salazar, diferentemente de Mussolini, Hitler e Franco, ascende ao poder.

Para o historiador Oliveira Marques, o êxito da política econômica de Salazar foi possível por que:

Atrás de Salazar, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei (o próprio D. Manuel II escreveu palavras de louvor ao estadista) (MARQUES, 1986, p. 372).

Os apoios que sustentavam Salazar no poder propiciaram sua ascensão como Presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro) em 1932, cargo que ocuparia até sua retirada da vida pública em 1968¹⁴. À medida que ganhava poder, Salazar substituía os generais por professores de Coimbra.

Em 1930 é criada a União Nacional, uma espécie de partido político, cujo chefe era o próprio Salazar, através do qual se aperfeiçoariam o modelo de Estado forte e autoritário. Segundo Manuel Cruz (1988, p. 169) “a União Nacional funcionou como um partido orgânico, isto é, ela não foi [...] apenas associação cívica destinada a intervir num terreno pré-jurídico ou moral, mas foi também uma associação política visando a atuar no terreno das instituições políticas”.

A força de Salazar ditou às diretrizes da nova Constituição Portuguesa de 1933, redigida por professores da Universidade de Coimbra, fortemente influenciada pela Doutrina

condicionamento ou qualquer outro dos múltiplos instrumentos de intervenção, que passam a ser de uso corrente. O Estado torna-se essencial no funcionamento normal da economia, o que representa uma diferente articulação dos seus poderes e aponta para formas novas de manifestação da luta política (Cf. TELO, 1994).

¹³ Refere-se à crise financeira causada pela “quebra” da Bolsa de Nova Iorque, o que causou dificuldades de exportações dos produtos agrícolas brasileiros e portugueses.

¹⁴ Em 1968, Salazar sofreu uma queda e bateu a cabeça no chão, provocando um Acidente Vascular Cerebral, retirando-o das atividades governamentais (Cf. MENESES, 2011).

Social da Igreja¹⁵, pelos ideais nacionalistas e pelo corporativismo. Desta forma, a Constituição foi elaborada de forma secreta, visando diminuir às pressões e interferências externas. Apresentada à imprensa em 1932, com fortes recomendações que “não seriam tolerados ataques pessoais, discussão de outras questões a pretexto de debater a Constituição e críticas que ultrapassem o plano político” (RIBEIRO, 1990, p. 01).

Dessa forma, em 1933, a Constituição Portuguesa foi aprovada em plebiscito popular¹⁶, entrando em vigor imediatamente, esse é de fato o documento de fundação do Estado Novo, que “legitima” o regime e que guiará Portugal pelos próximos 41 anos. Assim sendo, Portugal entra em um dos períodos mais controversos de sua história, sob as bandeiras da religiosidade católica, do nacionalismo, do anticomunismo e da crítica ao liberalismo.

Todas essas ideias fizeram, no primeiro momento, acreditar que o regime Salazarista seria mais uma ditadura fascista, todavia, suas políticas oscilaram de tal modo, que a tornaram únicas. A ditadura portuguesa foi se moldando de acordo com os acontecimentos históricos, sendo ditatorial e fascista, e, dentro desta designação, fascista de cátedra, fascista de influência católica, corporativa, nacionalista, colonialista e imperialista (LOFF, 2008).

1.3.2 Estado Novo Português

A ascensão de Oliveira Salazar, impulsionada pela aprovação da Constituição Portuguesa de 1933, oferece a Portugal uma nova página de sua história, conseqüentemente também, o Brasil terá uma nova relação com sua ex-metrópole colonizadora. A reaproximação brasileira com Portugal tinha relação direta com o momento político e ideológico que era vivido em ambos os países, fruto da “onda” nazifascista que se espalhava pela Europa.

¹⁵ Destaca-se o papel da Encíclica *Rerum Novarum* do Papa Leão XIII, publicada em 1891, considerada a primeira Carta Social da Igreja. Através desse documento é defendido o direito do trabalhador de se unir em sindicatos e cooperativas, reafirmam-se os direitos da família e da propriedade privada contra os abusos do Estado, mas também se defende a necessidade do Estado proteger os trabalhadores e suas organizações sindicais, além de considerar o socialismo prejudicial a todos os operários (Cf. LEÃO XIII, 1891).

¹⁶ Poderiam votar os homens maiores de 21 anos, chefes de família, que soubessem ler e escrever e contribuíssem com um determinado valor para o Estado, bem como um número muito restrito de mulheres que fossem chefes de família, tivessem curso geral dos liceus ou curso superior ou contribuíssem com uma determinada quantia para o Estado. A lei previa que não poderiam ser eleitores todos os que o Governo considerasse que “professassem ideias contrárias à existência de Portugal como Estado independente e à disciplina social e os que notoriamente carecessem de idoneidade moral. Além da baixa participação popular, as abstenções foram contadas como votos a favor. (Cf. FERREIRA, 2006).

As ações centralizadoras e ditatoriais de Oliveira Salazar e de Getúlio Vargas, segundo Paula Santos e Paulo Amorim (2000, p. 127) tinham “como objectivo implementar um novo projecto de regeneração nacional e uma nova concepção da postura do seu país perante a ordem mundial e os restantes actores internacionais”.

Desde 1910, vigorava em Portugal a República, presidencialista e parlamentarista, com as figuras do Presidente da República e do Presidente do Conselho de Ministros (Primeiro-Ministro), exercendo, respectivamente, as funções de Chefe de Estado e de Governo. Todavia, Salazar na condição de presidente do Conselho conseguiu algo extraordinário, “transformou o suposto sistema de governo presidencialista num presidencialismo funcional do Presidente do Conselho; que reduziu a presidência da República a uma magistratura representativa e eventualmente arbitral” (LOPES, 2017, p. 05).

O êxito de Salazar em sanear as finanças públicas, mesmo que utilizando de medidas severas, transformou-o em um gestor competente e com aura messiânica, trazendo um relativo progresso a Portugal nos primeiros anos do regime, frutos das políticas de austeridade e de controle financeiro, dando significativo avanço na educação e saúde pública, no desenvolvimento cultural e na infraestrutura pública.

Observa-se que os ideais de modernidade e desenvolvimento que se almejava com o fim da I República são paulatinamente substituídos por valores conservadores, Salazar enquadra Portugal em sentimentos nacionalistas, corporativistas e de defesa dos valores morais católicos.

O regime adotou o lema “Deus, Pátria e Família” e reaproximou-se da Igreja Católica (diferentemente da I República), tentando resgatar as raízes e as tradições do passado. Esse resgate de mitos e glórias do passado tornou-se um importante meio ideológico, amplamente utilizado pelo regime como forma de enaltecer a nação portuguesa aos prodígios do que fora o outrora Império Português.

A presença católica foi de fundamental importância na sustentação dessa ideologia, bem como do próprio Salazarismo, o Estado beneficiou-se da Igreja e a Igreja serviu-se do Estado, era, portanto, um apoio mútuo entre seus líderes. Salazar e Dom Manuel Gonçalves Cerejeira¹⁷, Cardeal-Patriarca de Lisboa, mantiveram uma forte cordialidade,

¹⁷ Salazar e Cerejeira estudaram juntos no Seminário de Viseu, iniciando aí uma longa amizade, que os levou posteriormente, a hierarquia do Estado e da Igreja Portuguesa.

embora, em muitos momentos tenham agido de formas distintas no que se refere aos assuntos do Estado.

A consolidação do poder não foi difícil, em um país pequeno e pouco populoso, com muitos apoios internos e com uma repressão policial eficiente, Salazar conseguiu calar seus oponentes, ao mesmo tempo em que tentava passar uma imagem amena e democrática para o mundo exterior, por essa razão manipulava as eleições em benefício próprio e utilizava a repressão policial para se livrar de opositores.

A relação com o Brasil era de fundamental importância, Salazar considerava crucial o reforço do laço bilateral transatlântico, “para salvaguardar os elos culturais e históricos existentes [...], mas também para permitir que a voz da lusofonia ganhasse maior poder reivindicativo com uma posição geográfica e estratégica privilegiada ao nível mundial” (SANTOS; AMORIM; 2000, p. 127).

A semelhança nos regimes autoritários em ambos os países foi um importante fator para permitir uma maior cooperação luso-brasileira, através da qual fora possível a assinatura do Tratado de Comércio em 1933¹⁸, complementado por um protocolo adicional em 1941. Dessa maneira, tentava-se resolver o acordo assinado em 1922 (não ratificado), buscando dessa forma, firmar um acordo econômico, tendo como pano de fundo as relações de amizade e cooperação entre ambos os países. Os ganhos econômicos, porém, não foram tantos quanto os ganhos políticos.

Isabel Baltazar afirma:

O tratado significa a vontade de ambos os estados em continuarem o seu passado histórico comum, agora traduzido pela assinatura de um tratado de comércio. Por isso, cresce em muito o significado de um acordo em si mesmo muito limitado, e com poucas consequências económicas. A maior virtualidade deste tratado comercial é a aproximação política entre os dois países por via do aspecto económico. No fundo, o que é mais importante é a sua assinatura e, com isso, mostrar a vontade de relacionamento entre os dois países, continuando, assim, a história que os une (CASTRO *et al*, 2006, p. 205).

Vale destacar os esforços dos diplomatas Martinho Nobre de Melo e Afrânio de Melo Franco, respectivamente, embaixador no Brasil e Ministro das Relações Exteriores que negociaram o Tratado baseado “nos sólidos princípios da liberdade de comércio e navegação, da reciprocidade e do tratamento [...] consagrava a proteção das marcas dos produtos

¹⁸ O acordo foi ratificado em Portugal em 06 de novembro de 1933 e no Brasil em 26 de dezembro de 1933 (Cf. MENESES, 2011).

nacionais e previa a criação de uma zona franca no território de cada um dos países” (MAGALHÃES, 1999, p. 84-85).

A crise econômica mundial iniciada em 1929, somada ao protecionismo dos mercados nacionais, foram impedimentos para que o acordo obtivesse êxito, como afirma Isabel Baltazar:

Embora bem negociado, o tratado não obteve resultados paralelos. Foi atingido pela conjuntura econômica muito desfavorável, que o tornou inoperante. Esta será a verdadeira razão do seu insucesso, acrescida, também, mas em grau menor, da falta de iniciativa dos respectivos mercados. Os exportadores portugueses não terão aproveitado da melhor forma as possibilidades deste tratado. O que é facto, é que as trocas comerciais não foram significativas (CASTRO *et al*, 2006, p. 229).

Em 1938, Portugal enviou ao Brasil uma missão para estudar e analisar as relações comerciais entre os países, buscando, dessa maneira, soluções para destravar o comércio, evitando restrições comerciais. Como medida, foi assinado em Lisboa em 21 de julho de 1941 um Protocolo Adicional ao Tratado de 1933, entretanto, os resultados não foram satisfatórios. Um novo acordo é assinado em 09 de novembro de 1949 “baseado no princípio do contingenciamento das mercadorias trocadas e no sistema de pagamentos por meio de uma conta de *clearing* mantida pelo Banco de Portugal e pelo Banco do Brasil” (MAGALHÃES, 1999, p. 85).

Em 1940, Salazar promoveu a Exposição do Mundo Português¹⁹, em comemoração ao aniversário da Fundação do Estado Português (1140) e da Restauração da Independência (1640), mas também como uma forma de mostrar ao mundo os feitos dos portugueses ao longo dos séculos, principalmente durante o Estado Novo.

A propaganda era a marca do Salazarismo, através de imagens, símbolos e palavras fortes, era a melhor maneira de ressaltar as glórias do regime. Para isso, criou-se em 1933 o Secretariado de Propaganda Nacional, Turismo e Cultura Popular (SPN), que além de exercer funções de propaganda e censura, também realizava funções culturais, era um organismo de doutrinação popular (RIBEIRO, 1993).

Para as comemorações convidou-se seu filho mais ilustre, o Brasil. O país participou não só como convidado de honra, mas como parte integrante da lusofonia mundial, inclusive

¹⁹ Foi realizada em Lisboa no período de 23 de julho a 02 de dezembro de 1940, é considerada a maior exposição realizada em Portugal até a Expo 98, sendo visitada por mais de três milhões de pessoas.

sendo o único país a possuir pavilhão de exposição. Estava claro que além dos laços culturais e históricos, os dois países estavam unidos pelos ideais políticos.

1.3.3 Estado Novo Brasileiro

O Estado Novo brasileiro foi a terceira fase da chamada Era Vargas (1930-1945), centrada na figura de Getúlio Dornelles Vargas, presidente que por mais tempo governou o país durante o regime republicano. A ascensão de Vargas ao poder deu-se através de um movimento revolucionário em 1930, consequência da insatisfação pela derrota eleitoral sofrida nas eleições, dando fim a chamada República Oligárquica.

A historiadora Eli Diniz define Getúlio Vargas como um político de contradições:

Contrastando as visões polares acerca do líder político, de um lado há as que o exaltam como personalidade conciliadora, com alta capacidade de diálogo e de articulação política, destacando sua grande habilidade para construir consensos e harmonizar interesses. Por outro lado, não é menos frequente a imagem oposta, que retrata Vargas como um líder autoritário, centralizador, avesso à consulta e, sobretudo, a dividir o poder. Nessa linha, apresenta-se aos nossos olhos a figura do político maquiavélico, especialista na arte de dissimular, de esconder suas reais intenções e manipular as situações a seu favor, enfim, um mestre no emprego da astúcia e da força ao sabor de suas conveniências políticas (PANDOLFI, 1999, p. 21).

A primeira fase da Era Vargas é o período compreendido entre os anos 1930 a 1934, é o chamado Governo Provisório, com bandeiras ideológicas e políticas diversas, tinha como ideal a reforma do Estado Brasileiro. Temas como igualdade e justiça social, foram colocados em pauta, dessa forma, tentavam-se diminuir o abismo existente entre as classes sociais, fruto do passado escravocrata do Brasil. Foi durante o governo provisório que foram criados os Ministérios da Educação e Saúde Pública e do Trabalho, Indústria e Comércio.

A segunda fase teve início em 1934 com a promulgação da Carta Constitucional e se encerrou em 1937, é conhecido como Governo Constitucional. Em 1934 Vargas é eleito Presidente da República pelo Congresso. Durante esse segundo período de governo, acentuam-se as intervenções federais no âmbito econômico e social, consagrando os princípios liberais. O medo da ascensão do comunismo fez surgir movimentos de ideologia radical, como afirma Maria Celina D'Araújo (2017, p. 27) “de um lado, situava-se a Ação Integralista Brasileira (AIB), organização de inspiração fascista criada em 1932 por Plínio

Salgado; de outro, surgiu a Aliança Nacional Libertadora (ANL), apoiada pelo Partido Comunista (PCB)”.

A Constituição de 1934 proibia uma nova candidatura presidencial, por isso, Vargas com o apoio dos militares, fechou o Poder Legislativo, interferiu no Judiciário e manteve-se no poder por mais oito anos. É o chamado Estado Novo brasileiro, período marcadamente de viés autoritário. Esse novo período de Vargas no poder foi amparado em uma nova Constituição, elaborada por Francisco Campos, fortemente inspirada nos governos autoritários da Europa, como o da Itália e de Portugal.

Através desse instrumento legal, o presidente pôde governar sem uma oposição organizada, interferindo em diversos setores, inclusive com a nomeação dos governadores dos Estados. Apesar do viés ditatorial, a Era Vargas significou um avanço na questão trabalhista brasileira, como afirma a pesquisadora Ângela de Castro Gomes:

Os anos 30 e 40 são verdadeiramente revolucionários no que diz respeito ao encaminhamento da questão do trabalho no Brasil. Nesse período, elabora-se toda a legislação que regulamenta o mercado de trabalho do país, bem como estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e de “reabilitação” do papel e do lugar do trabalhador nacional. A dinâmica entre os dois processos reforça-os mutuamente (PANDOLFI, 1999, p. 53).

A revolução de 1930 consolidou os laços de amizade entre Brasil e Estados Unidos, fortemente influenciados pela política da “boa vizinhança” do presidente Roosevelt. No que tange a Política Externa da Era Vargas, ela priorizou o desenvolvimento nacional, dando prioridade às relações com os Estados Unidos e com os países Europeus, principalmente, aqueles que estavam sob governos autoritários, como Alemanha e Portugal (LIGIERO, 2011).

A diplomacia brasileira defendia uma maior aproximação com os Estados Unidos, como se pode observar nas palavras de Oswaldo Aranha:

Não pode, nem deve haver no futuro segredos entre americanos e brasileiros quando se tratar de interesse recíproco de nossos países. A nossa amizade, porém, é a de dois povos unidos pela história, ligados pelo continente, irmanados na paz, solidários na guerra, governados pelas mesmas instituições, animados pelas mesmas aspirações democráticas e pacifistas, mas profundamente diferenciados pela fortuna, pelo progresso e até pela vida (LIMA; ALMEIDA; FARIAS, 2017, p. 634).

Em 1934, Vargas assinou o Tratado de Comércio com os Estados Unidos, com cláusulas de livre comércio. No mesmo ano, foi assinado um acordo comercial com a

Alemanha, do qual o Brasil se tornaria o principal fornecedor de manufaturas para os alemães até o início da Segunda Guerra Mundial. De acordo com Paulo Visentini (1994, p. 25) “Vargas desenvolveu uma política externa pendular entre Washington e Berlim, como meio para industrializar o país”.

O comércio com a Alemanha permaneceu forte até o ataque à base aérea de Pearl Harbor, quando o Brasil rompeu relações com as potências do Eixo. Posteriormente, Vargas declara guerra após o ataque aos navios brasileiros em 1942. Além de enviar tropas para o combate, o Brasil cedeu a base aérea de Natal para que os Aliados pudessem defender o Atlântico e atacar o norte da África (LIGIERO, 2011).

A relação com Portugal ganhou um novo impulso com Vargas; suas posições semelhantes ao Salazarismo no combate ao comunismo, na defesa dos valores cristãos e fortemente amparado pelas forças militares, foram sem dúvida, um facilitador para as relações bilaterais, que se estabeleceram através do Tratado de Comércio de 1933 e seus adicionais, já citados anteriormente.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, emergiram na sociedade brasileira movimentos pela redemocratização do país. Getúlio Vargas cedeu espaço e novos partidos políticos surgiram como a UDN e o PSD, e outros foram legalizados, como o Partido Comunista. As eleições ocorreram no dia 02 de dezembro de 1945, com a vitória do General Eurico Gaspar Dutra. O clima de Guerra Fria acabou influenciando o pleito eleitoral, a eleição de um candidato de direita significou um alinhamento com os Estados Unidos (LIGIERO, 2011).

De acordo com Gerson Moura:

O fim da Era Vargas, em 1945, assinalou profundas mudanças nos assuntos internos brasileiros, bem como em sua Política Externa. A pressão liberalizadora levou à revogação da censura à imprensa, bem como à restauração da liberdade de organização política e ao anúncio de eleições. Prisioneiros políticos foram libertados e uma lei eleitoral fixou eleições presidenciais e legislativas [...] (MOURA, 1990, p. 15).

A Política Externa do Governo Dutra foi, até certo ponto, uma continuação da política implementada por Vargas nos seus últimos anos de governo. Baseada, principalmente, no alinhamento com os Estados Unidos. De acordo com Gerson Moura (1990, p. 22), “Dutra acreditava na ligação especial do Brasil com os aliados ocidentais e confiava que um

alinhamento estreito à política norte-americana constituía a melhor defesa para enfrentar um novo conflito global”.

Uma figura de destaque na política externa do Governo Dutra foi Osvaldo Aranha, diplomata prestigiado nas Nações Unidas e grande defensor da aproximação com os Estados Unidos. Aranha buscou garantir ao Brasil um protagonismo pela participação na Segunda Guerra. Na visão da diplomacia brasileira:

O alinhamento aos Estados Unidos deveria conferir ao país um certo número de vantagens, a mais importante das quais seria a manutenção de uma posição militar única na América Latina e sua correspondente posição política. Uma segunda vantagem seria a participação ativa nas conversações de paz do pós-guerra e no estabelecimento de uma nova ordem internacional (MOURA, 1990, p. 22).

Quanto à questão colonial, o Governo Dutra orientou a delegação na ONU que se manifestasse a favor da independência das colônias, alegando que os países latino-americanos haviam passado pela mesma experiência colonial, e, portanto, os territórios ocupados deveriam obter o mesmo direito. A delegação brasileira também alegou que a concorrência comercial dos produtos advindos das regiões coloniais era desigual, em virtude do emprego de uma mão-de-obra barata. Todavia, em relação às colônias portuguesas, o Brasil não poderia deixar de apoiar Portugal, em virtude dos fortes laços de amizade (DANESE, 2017).

Destarte que os Governos Vargas e Dutra, firmaram outros acordos com Portugal, a saber: Acordos Ortográficos em 1931, 1943 e 1945, Acordo Técnico de caráter postal em 1942, Acordo sobre transporte aéreo em 1946, o Acordo de Cooperação Intelectual em 1948 (MAGALHÃES, 1999).

O segundo Governo Vargas (1951-1954) possuiu um caráter diferente da chamada Era Vargas. O populismo e o nacionalismo voltado para o desenvolvimento nacional passaram a ter maior relevância, influenciando, inclusive, a política externa.

[...] as novas temáticas e experiências culturais do período sintonizavam-se com a convicção de que, para ser cosmopolita, o Brasil precisava ser, antes de tudo, nacionalista. Urgia superar as condições de subdesenvolvimento, propalar reformas sociais e garantir que os lucros advindos da modernização da economia fossem reinvestidos no próprio país. Reformismo, modernização desenvolvimentista e nacionalismo eram notas de uma mesma sinfonia (DELGADO, 2007, p. 363).

Em mensagem ao Congresso Nacional em 1951, Vargas reafirmou o apoio à descolonização, antecipando em alguns anos as diretrizes da Política Externa Independente (PEI). Segundo Getúlio Vargas:

Todo colonialismo deve ser entendido como uma sobrevivência indesejável nos quadros da vida internacional de hoje. Ele se opõe ao ideal de elevação do bem-estar geral dos povos e introduz nos quadros do comércio internacional um fator de desequilíbrio, que compromete, cedo ou tarde, a unidade política das nações (VARGAS, 1951, p. 21-22).

É importante ressaltar que as posições anticoloniais de Vargas estavam associadas ao caráter desigual do comércio que era praticado pelas metrópoles que possuíam colônias.

O Brasil encara com simpatia e interesse o desenvolvimento econômico de outras regiões, condição indispensável para a expansão do comércio mundial. Mas nota que a estimulada concorrência das áreas coloniais não parece servir aos interesses legítimos dessas áreas - que devem repousar antes numa expansão econômica equilibrada que num desenvolvimento desproporcionado nos setores de exportação - e se processa em condições desvantajosas para os países independentes, exportadores de produtos primários. Assim é que elas tem uma situação de preferência aduaneira consolidada nos acordos internacionais, os salários ali vigorantes são comparativamente vis e, finalmente, aquelas inversões acompanhadas da assistência técnica mais moderna, constituem realmente um subsídio de que não se beneficiam outras fontes de produção (VARGAS, 1951, p. 94).

A emancipação das colônias portuguesas na África e na Ásia não estava dentro do pensamento da Chancelaria brasileira, comandada pelo lusófilo, João Neves da Fontoura. A Política Externa Brasileira passou a sofrer pressão da comunidade lusitana, que atuava na defesa do Estado Português, principalmente, no que se refere à manutenção das colônias. Assim sendo, a formalização de um instrumento legal entre Brasil e Portugal concretizou-se através do Tratado de Amizade e Consulta (SANTOS, 2011).

As sucessivas crises políticas enfrentadas por Getúlio Vargas acabaram provocando o seu suicídio em 1954. O seu sucessor, Café Filho, herdou um país em crise financeira e instabilidade política, talvez por isso, não tenha conseguido desenvolver uma política externa ativa. Contudo, destaca-se, a parceria com os Estados Unidos através da assinatura do Acordo de Cooperação para Usos Civis de Energia Nuclear e o Programa Conjunto de Reconhecimento dos Recursos de Urânio (CERVO; BUENO, 2010).

1.4 TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA

O desejo de unidade das comunidades brasileiras e portuguesas remonta os tempos da independência brasileira. Esse sentimento fica claro quando se observa as primeiras linhas do Tratado de Amizade e Aliança de 1825²⁰, percebem-se os “vivos desejos de restabelecer a paz, a amizade e a boa harmonia entre os povos irmãos, que os vínculos mais sagrados devem conciliar e unir em perpétua aliança” (CASTRO *et al*, 2006, p. 49).

As comemorações pelos aniversários do Centenário da Independência do Brasil em 1922 e de Portugal em 1940, somadas as visitas presidenciais, reavivaram os laços fraternos entre os dois povos. De certo, o Tratado de Amizade e Consulta é o ápice das relações bilaterais, resultado de inúmeras políticas iniciadas após 1910, como afirma Waldir Rampinelli (2008a, p. 124) “esse tratado é o resultado de todo um esforço que começa por volta de 1917, quando Bettencourt Rodrigues – mais tarde ministro dos Negócios Estrangeiros – defende a criação da Confederação Luso-brasileira”.

O Tratado de Amizade e Consulta²¹ assinado em 16 de novembro de 1953 entre Brasil e Portugal, fruto da diplomacia e da relação fraterna entre os luso-brasileiros, acordava alguns princípios, a saber:

1º Os países deveriam consultar-se um ao outro sempre que os assuntos fossem de interesse comum (artigo I);

2º Dava forma jurídica à comunidade luso-brasileira tanto no Brasil quanto em Portugal (artigo II);

3º No campo comercial e financeiro os países concederiam facilidades mútuas (artigo III), permitindo a livre entrada e saída aos cidadãos do outro país (artigo V), além do comprometimento para o fortalecimento e desenvolvimento da Comunidade Luso-Brasileira no mundo (artigo VIII).

A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal estreitou ainda mais os laços entre os dois países, e não se pode negar a atuação e empenho do embaixador do Brasil em Lisboa, João Neves da Fontoura, que traduziu o momento de afinidade, afeto e cooperação mútua, vivido nas relações bilaterais. Como se pode perceber nas palavras do próprio diplomata:

²⁰ Através desse instrumento, Portugal reconhecia o Brasil na categoria de império independente, e separado do Reino Unido de Portugal e Algarves.

²¹ Tratado de Amizade e Consulta de 1953 em anexo.

A política com Portugal não chega a ser uma política. É um ato de família. Ninguém faz política com os pais ou os irmãos. Vive com eles, na intimidade do sangue e dos sentimentos. Nas horas difíceis, cada qual procura apoio e conselho nos seus. Sem regras, sem tratados, sem compensações. Pela força do sangue (FONTOURA, 1957, p. 07).

Em carta enviada ao presidente Getúlio Vargas em 05 de agosto de 1943, João Neves da Fontoura já lançava a ideia de conceder aos portugueses que viviam no Brasil uma posição mais privilegiada, capitalizando a ideia de fraternidade lusitana e prevendo ganhos políticos:

Seria de grande conveniência conceder-se aos portugueses a qualidade de ‘quase-nacionais’. [...] A repercussão que teria aqui e sobre a latinidade geral, uma tal resolução é fácil de imaginar. Ela corresponderia, por outro lado, ao ato da colônia portuguesa, apresentando-se a Vossa Excelência, depois da declaração de guerra, disposta a servir ao nosso lado. [...] Se Vossa Excelência decidisse favoravelmente a este ponto de vista, e o seu governo me enviasse um projeto a respeito, creia que Salazar adoraria a reciprocidade. Mas, mesmo sem ela, o ato unilateral do Brasil seria de consequências incalculáveis (FONTOURA, 1957, p. 07).

Alguns diplomatas brasileiros chegaram a dar declarações tão efusivas na defesa do Tratado de Amizade e Consulta, que chamavam a atenção pelo entusiasmo. Foi o caso do embaixador do Brasil na Bélgica, Vasco Leitão da Cunha que afirmou:

[...] não seria mesmo fora de propósito dizer-se que, acima do Tratado de Amizade e de Consulta assinado pelos nossos dois países, todo o brasileiro é um Português honorário.
[...] Atrevo-me mesmo a dizer que, se não fosse a estreiteza de vistas do parlamento de Lisboa em 1822, que queria a todo custo reduzir de novo o Brasil ao estatuto de colônia, nós viveríamos talvez ainda hoje no Reino Unido de Portugal e do Brasil (KUBITSCHKEK, 1956, p. 05).

Não só a diplomacia brasileira estava eufórica com a assinatura do Acordo, o próprio líder português António Salazar esforçou-se para que o Tratado seguisse adiante. Em discurso na Assembleia Nacional em 1954, Salazar (1954, p. 03) afirmou “difícilmente encontrarão laços mais apertados e mais estreita irmandade que a resultante do sangue, da língua, da religião, da cultura e da vida em comum de Portugal e Brasil”.

Entretanto, um problema surgiu logo após a troca das Notas Interpretativas²², “a sua aplicação foi restringida ao território continental português e arquipélagos da Madeira e dos

²² Os instrumentos de ratificação foram trocados em Lisboa em 04 de janeiro de 1955.

Açores” (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 280-281). Sobre isso, o diplomata Manuel de Sá Machado afirma:

Essas Notas Interpretativas reduziram – ato de falta de grandeza dir-se-ia antagônica ao próprio espírito do Tratado – o território português à área continental e aos arquipélagos da Madeira e Açores (...) Foi o Governo Português que expressamente solicitou ao Governo Brasileiro que o termo “Portugal” usado para determinar a área de aplicação do Tratado fosse interpretado como referindo-se ao Portugal metropolitano, mostrando neste episódio uma evidente falta de convicção no alcance de ato diplomático tão transcendente (MACHADO, 1973, p. 67-68).

De igual forma, o deputado brasileiro Cardoso de Miranda, deixou registrado nos anais da Câmara dos Deputados sua indignação:

As notas interpretativas reduziram o território português à área continental e aos arquipélagos da Madeira e dos Açores (...) quer dizer, em todo o território do Brasil, os portugueses serão equiparados aos nacionais, mas os brasileiros serão estrangeiros desabrigados de tratamento especial nas Ilhas de Cabo Verde, na Guiné, em São Tomé e Príncipe, na Luanda, em Moçambique, em Goa, Macau e Timor – além de escaparem esses territórios e suas populações, seus portos, suas bases, sua produção agrícola e industrial a qualquer aplicação dos outros artigos do Tratado. Inutilizando substancialmente as vantagens dos artigos 1, 3, 4, 5 e 6 e opondo-se à magnífica plenitude moral do artigo 8º (MIRANDA *apud* CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 281-282).

Os dirigentes portugueses temiam que a presença de brasileiros nas colônias colaborasse para a perda de autonomia sobre os territórios, sobretudo, Angola, em virtude da proximidade geográfica e histórica com o Brasil e pelas riquezas naturais. O governo Salazarista preocupava-se com a entrada de empresários brasileiros, principalmente os cafeicultores, no mercado angolano (GONÇALVES, 2009).

A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta entre Brasil e Portugal significou um importante instrumento de pressão aos brasileiros no sentido de apoiar à política colonial portuguesa, que batalhava para permanecer com suas possessões coloniais, em especial, as africanas. Sobre isso, Penna Filho e Lessa afirmam:

[O tratado] bloqueou o acesso brasileiro às províncias ultramarinas, notadamente as africanas, ao mesmo tempo que Portugal obtinha do Brasil a garantia de que as relações especiais entre ambos permaneceriam. Assim, acabou servindo como importante instrumento em mãos do governo português para obter o apoio brasileiro em questões internacionais, sobretudo no que dizia respeito ao colonialismo [...] (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 63).

É de fato a manutenção da posse das colônias na África e na Ásia o grande debate de Portugal nas relações internacionais, o que de certa forma, também envolverá o Brasil nessa temática. Os portugueses, sabiamente, utilizaram o Tratado como bandeira de apoio à questão colonial. É importante lembrar que em 1953, Portugal não fazia parte da Organização das Nações Unidas (ONU), e a relação com o Brasil era de fundamental importância para que os lusitanos pudessem ter voz na Instituição.

As palavras de Oliveira Salazar na Assembleia Nacional em 1954 deixaram transparecer a importância que o Brasil tinha para os planos portugueses.

O Brasil é uma grande e esperançosíssima nação, a quarta ou quinta do mundo em extensão territorial, com possibilidades e riquezas praticamente ilimitadas, dentro de décadas com um valor demográfico considerável entre as maiores nações, e implantada num dos lados do quadrilátero atlântico em que se localizam muitos dos nossos mais importantes interesses (SALAZAR, 1954, p. 05).

Em seus discursos, Salazar associava o Brasil à presença portuguesa no mundo, tal presença era vista como uma das maiores conquistas portuguesas. Era um trunfo para forçar o cumprimento do Tratado. A soberania sobre as colônias africanas era vital para Portugal continuar sendo um *player* dentro do sistema internacional. Temia-se que uma vez perdidos os territórios de além-mar, o país se reduzisse a uma posição tão insignificante que inviabilizasse sua própria autonomia como país independente. Dentro dessa perspectiva, o Tratado significou uma importante vitória diplomática, pois a estrutura que sustentava a política colonial portuguesa estava em franca contradição com as tendências surgidas após a Segunda Guerra Mundial (GONÇALVES, 2009).

Se pelo lado português o Tratado era considerado fundamental; no Brasil vozes contrárias se manifestavam a esse respeito; como por exemplo, o embaixador José Honório Rodrigues que afirmava que “o Tratado é uma vitória portuguesa, arrastando o Brasil para a sua órbita, visando a dispor de nosso apoio nas suas dificuldades internacionais, por ele nos obrigamos a consultar Portugal, sobre matéria internacional” (RODRIGUES, 1982, p. 385), esse mecanismo de consulta dificultava a atuação diplomática brasileira.

No entender dos diplomatas, o Brasil pouco ganharia com a parceria com Portugal, estando na contramão dos ares que começavam a direcionar para a descolonização. Como

podemos perceber nas palavras de José Maria Diniz Gamboa, as relações que se estabeleceram eram marcadas pela

Ausência de sentido prático e útil nos entendimentos entre os dois países, que permanecem em uma atmosfera de sentimentalismo, pela ênfase quase exclusiva emprestada aos aspectos históricos comuns. As declarações e discursos que marcam o contato de personalidades brasileiras e portuguesas estão recheados de louvores a Camões, navegantes e laços de amizade, sem que sejam acompanhadas de resultados realmente proveitosos. [O] Tratado de Amizade e consulta prima pela inutilidade. Assinado em momento de euforia, seus dispositivos até hoje não puderam ser aplicados porque se revelaram descabidos em suas concessões²³ (PENNA FILHO, 2008, p. 103).

As relações comerciais entre Brasil, Portugal e suas províncias eram irrisórias, quando comparadas com as que o Brasil possuía com outros países, como, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha e Argentina. Por essa razão, não havia fundamento econômico que justificasse o Acordo. Para o Brasil, seria mais interessante que o Acordo englobasse também as possessões africanas, pois, “sem o Ultramar, estavam inevitavelmente sujeitos ao fracasso os acordos luso-brasileiros ou qualquer espírito de comunidade (RODRIGUES, 1982, p. 390).

Os críticos ao Tratado nada podiam fazer para revertê-lo, visto que fora acordado entre as altas autoridades dos dois países, porém, não deixaram de registrar seus posicionamentos discordantes. Muitos diplomatas demonstravam preocupação com a imagem que o Brasil estava construindo na África, se por um lado o Brasil reafirmava seu compromisso a favor da descolonização, por outro não podia ir contra os laços que o uniam a Portugal. No que se refere à política colonial, o diplomata Paes de Carvalho analisa:

Realmente, para nós brasileiros vai ser cada dia mais difícil podermos continuar a dizer que somos partidários da igualdade dos estados e da igualdade dos indivíduos se, ao mesmo tempo, fechamos os olhos – por um sentimentalismo totalmente injustificado para quem analisa, mesmo que superficialmente, os resultados dessa política com Portugal – aos processos coloniais retrógrados, incompatíveis com o século em que vivemos, que são ainda hoje empregados em Angola e Moçambique (...) Ainda hoje podemos jogar esse jogo duplo, sem grandes consequências, mas, dentro em pouco, seremos desmascarados e forçados a uma decisão (...) (PENNA FILHO, 2008, p. 104-105).

²³ Memorando DCP/19, de José Maria Diniz Ruiz de Gamboa, ao Chefe do Departamento Consular. Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 1960. AMRE, Memorando, Pareceres, Requerimentos, janeiro/maio de 1960, caixa Todos. Confidencial.

As críticas não se restringiram somente aos diplomatas; na sociedade civil, algumas instituições se posicionaram contrárias ao Acordo bilateral. Dentre elas, a revista Anhembi²⁴ que na edição 38, de janeiro de 1954 afirmava:

Que interesse comum internacional poderá existir entre um país totalitário e um país livre? Sob o ponto de vista político, Portugal só poderá interessar ao Brasil no dia em que se libertar de Salazar. Enquanto aquilo for ditadura e isto aqui país livre não há entendimento possível (ANHEMBI, 1954, p. 293-294).

Destarte, o Congresso Nacional brasileiro promulgou o Tratado de Amizade e Consulta em 13 de janeiro de 1955²⁵, apesar dos desequilíbrios nos benefícios acordados. A partir de então, a diplomacia lusitana passou a pressionar o Brasil por posições mais favoráveis à sua política internacional e colonial (CERVO; MAGALHÃES, 2000).

²⁴ A revista Anhembi dava voz à comunidade lusitana contrária ao regime Salazarista.

²⁵ Através do Decreto Legislativo nº 36.776 de 1955.

CAPÍTULO 2

A DÉCADA DE 1950 E A DESCOLONIZAÇÃO

“Todos os povos têm direito à autodeterminação; em virtude deste direito, podem determinar livremente seu estatuto político e prosseguir livremente o seu desenvolvimento econômico, social e cultural”.

(Declaração Anticolonial, 1960, art. 2º)

Nesse segundo capítulo procurar-se-á compreender o cenário da década de 1950 dentro do contexto da descolonização. Dessa forma, pretende-se, revisar a literatura, analisando os cenários políticos do Brasil e Portugal e sua influência na Política Externa Brasileira para a África Portuguesa.

A década de 1950 representou o período de maior aproximação entre Brasil e Portugal, concretizado, principalmente, através do Tratado de Amizade e Consulta de 1953. No capítulo anterior, foi verificado que o Tratado consolidou um desejo que ambos os países vinham construindo durante a primeira metade do século XX. Desde a independência brasileira em 1822, as duas nações não caminhavam tão unidas quanto nesses anos.

Ao final da Segunda Guerra Mundial, as potências coloniais não possuíam mais condições políticas e econômicas para manter suas possessões na Ásia e na África, o que acabou favorecendo os movimentos independentistas²⁶ nas colônias que lutavam contra o colonialismo nos territórios. Dessa maneira, o Tratado surgiu em um momento em que já se discutiam abertamente a questão da descolonização, impulsionada após o fim da Guerra. Segundo José Honório Rodrigues (1982, p. 252) “a Segunda Guerra Mundial representou uma reviravolta na história; com ela veio à condenação ao colonialismo”.

Destarte, todos os países que possuíam domínios coloniais tentaram negociar, de certo modo, uma forma de independência. Todavia, Portugal agiu de maneira oposta as demais potências, aumentou a presença colonial e intensificou a exploração de suas matérias-primas. Pio Penna Filho (2009, p. 140) destaca: “Lisboa procedeu exatamente ao contrário do que indicava a tendência da descolonização: reforçou o seu sistema colonial, promovendo

²⁶ Pode-se citar a FNLA e o MPLA (Angola), a FRELIMO (Moçambique) e o PAIGC (Guiné e Cabo Verde).

investimentos e estimulando o deslocamento da população da metrópole para os territórios”. Assim sendo, as colônias portuguesas só conseguiriam a independência após a Revolução dos Cravos de 1974, tal como afirma Luís Moita (1985, p. 502) “só o derrube do regime permitiu solucionar a questão colonial e foi esta que determinou a sua queda”.

Keohane e Nye (1977, p. 47) colaboram com o pensamento de que o processo de descolonização foi impulsionado pelas fragilidades financeiras do pós-Segunda Guerra “mudanças no poder econômico levaram a percepção dos efeitos prejudiciais de conflitos em virtude de seus altos custos e tornaram as questões econômicas mais relevantes na agenda internacional” e completam “a descolonização fez com que os padrões hierárquicos envolvendo as potências imperialistas europeias e suas antigas colônias fossem alterados”.

É no contexto do pós-guerra que surgiu a Organização das Nações Unidas (ONU), criada a partir da assinatura da Carta na cidade de São Francisco (Califórnia) em 26 de junho de 1945²⁷ em substituição à Liga das Nações. Após um devastador conflito mundial, o objetivo principal da ONU, era de “promover a paz e a segurança internacional, além do desenvolvimento amistoso das relações entre as nações, baseadas no respeito ao princípio de igualdade de direitos e autodeterminação dos povos” (ONU, 1945, p. 05).

O discurso internacional sobre a dominação colonial foi influenciado pela ONU desde a sua fundação, apesar das inúmeras pressões dos Estados-membros e de outros atores, nomeadamente, os detentores de territórios (EMMERIJ *et al.*, 2009). A versão final da Carta das Nações Unidas apresentou três capítulos que versavam sobre territórios: o XI sobre os territórios não autônomos, o XII referente ao Sistema Internacional de Tutela e o XIII sobre o Conselho de Tutela. Ficava o Conselho de Tutela responsável pela administração dos territórios sob mandato e os seus respectivos responsáveis transmitiriam ao secretário-geral os dados técnicos e estatísticos sobre a evolução dos mesmos (SANTOS, 2011).

Destarte, não se podem esquecer as contribuições da histórica Conferência Asiático-Africana de Bandung (Indonésia), realizada em 1955, da qual participaram quase 30 países²⁸ que haviam tido a experiência da colonização. Tal acontecimento, metaforicamente, encerra o ciclo histórico iniciado por Vasco da Gama no século XV, pois sinaliza que “após vários

²⁷ A carta das Nações Unidas entrou em vigor em 24 de outubro de 1945.

²⁸ Afeganistão, Arábia Saudita, Birmânia, Camboja, Ceilão (atual Sri Lanka), República Popular da China, Costa do Ouro (atual Gana), Egito, Etiópia, Filipinas, Iêmen, Índia, Indonésia, Irã, Iraque, Japão, Jordânia, Laos, Líbano, Libéria, Líbia, Nepal, Paquistão, Síria, Sudão, Tailândia, República Popular do Vietnã, Estado do Vietnã e Turquia.

séculos de dominação ocidental, essas nações estão dando os primeiros passos no caminho da unidade nacional e da soberania política” (FUNAG, 2015, p. 372).

Era a primeira vez que esses países participavam como Estados autônomos, por essa razão, debatiam a situação de cada um com a finalidade de encontrar um propósito comum a todos que ultrapassasse objetivos individuais e a dualidade da Guerra Fria. Em um momento cujas únicas opções ofertadas eram o alinhamento com a União Soviética ou com os Estados Unidos, a Conferência surgiu com uma proposta contra-hegemônica de não-alinhamento com estas políticas, sendo permeada por um interesse recíproco entre nações que, até então, só haviam sido consideradas com interesses exploratórios (MEDEIROS, 2017). Um verdadeiro despertar das periferias²⁹.

A Conferência reconheceu que a presença do colonialismo em diversas partes do mundo, principalmente na Ásia e na África, impedia qualquer tipo de desenvolvimento. Levando isso em consideração, enfatizou a cooperação cultural e econômica, declarando que qualquer manifestação do colonialismo era um mal que deveria ser erradicado o mais rápido possível (INDONESIA, 1955).

Pode-se perceber esse clima anticolonial nas palavras do presidente Ahmed Sukarno, chefe de Estado da Indonésia, durante a abertura da Conferência:

Todos nós, estou certo, estamos unidos por coisas mais importantes do que aquelas que superficialmente nos dividem. Estamos unidos por uma repulsa comum ao colonialismo sob qualquer forma que ele se apresentar. Estamos unidos por uma repulsa comum ao racismo. E estamos unidos por uma determinação comum de preservar e estabilizar a paz no mundo... Falando em termos relativos, todos os que estamos reunidos aqui somos vizinhos. Praticamente todos estão unidos pela experiência comum do colonialismo. Muitos de nós temos a mesma religião. Muitos de nós temos as mesmas raízes culturais. Muitos de nós, as assim chamadas nações subdesenvolvidas, temos problemas econômicos similares, de modo que cada um pode aproveitar a experiência do outro e ajudar. E, eu penso que devo dizer que todos partilhamos os ideais comuns de independência nacional e liberdade (BISSIO, 2015, p. 28).

Dessa maneira, a Conferência de Bandung “preparou o terreno” para a iminente ordem política internacional multipolar – na qual, teoricamente, o conjunto de países periféricos contraiu uma importância relativa nunca antes vista. A Conferência serviu de

²⁹ Compreendem-se, aqui, periferias como locais ou regiões dependentes das grandes metrópoles coloniais (Cf. DOMINGUES, 1994).

inspiração para que as nações que ainda estavam sob o domínio colonial renovassem suas esperanças de liberdade.

2.1 GOA, DAMÃO E DIU: O ÍNICIO DO FIM DO IMPÉRIO DO ULTRAMAR

A independência da Índia do Império Britânico em 1947 criou mais um problema para Portugal. Ao se declarar um Estado independente, a Índia afirmou que os demais territórios sob administração estrangeira situados no país deveriam ser incorporados. De imediato o Governo português questionou a declaração indiana, reafirmando que Goa, Damão e Diu eram territórios portugueses, parte integrante do Estado Português (CERVO; MAGALHÃES, 2000).

O presidente do Conselho de Ministros, Oliveira Salazar, reagiu à União Indiana afirmando que os territórios em questão eram a expressão de Portugal na Índia, com mentalidade e identidades próprias. Nas palavras de Salazar:

Nenhum viajante qualificado que passasse em Goa, saindo da União Indiana, poderia deixar de ter a impressão de que estava entrando numa terra inteiramente diferente. A maneira pela qual as pessoas pensavam, sentiam ou agiam era europeia. Pode não haver nenhuma fronteira geográfica ou econômica, mas haveria, indubitavelmente, uma fronteira humana: Goa era uma transplantação do Ocidente em terras do Oriente (SINHA, 2002, p. 19).

A ameaça iminente de perda dos territórios obrigou Portugal a repensar sua política colonial e a traçar estratégias de sobrevivência, dentre as quais podemos destacar: renomeação das colônias como províncias ultramarinas³⁰, renegociação com os Estados Unidos a concessão do arquipélago dos Açores para a instalação de uma base militar³¹, além de uma maior aproximação diplomática com o Brasil (GONÇALVES, 2009).

O interesse pelo Brasil tinha profunda importância nesse momento, como Portugal não fazia parte da ONU, os portugueses precisavam de um aliado. Além de ex-colônia, o Brasil era um dos fundadores das Nações Unidas, bem como estava integrado ao contexto do

³⁰ Através da lei nº 2048/1951, as colônias portuguesas passaram-se a se chamar “províncias ultramarinas”. Esse termo foi criado por Salazar com o objetivo de driblar os artigos 73 e 74 da Carta das Nações Unidas que tratavam sobre a situação de territórios não-autônomos. Portugal tentou mostrar ao mundo que não se tratavam de colônias, mas sim, de territórios pertencentes ao Estado Português e que as pessoas que ali habitavam eram cidadãos portugueses (Cf. CERVO; MAGALHÃES, 2000).

³¹ Dessa forma, Salazar buscava valorizar a posição de Portugal como membro da OTAN, bem como atrair o apoio dos Estados Unidos nas questões relacionadas à descolonização.

Atlântico Sul. O Brasil poderia se tornar um canal que interligaria Portugal aos países latino-americanos.

A situação entre Portugal e Índia se agravou em 1954, com a ocupação de Dadrá e Nagar-Aveli por “voluntários” que impediam a passagem de autoridades portuguesas pelo território. A esse respeito, Portugal recebeu de imediato o apoio do Brasil, através de um comunicado à imprensa feito pelo Itamaraty:

O secretário-geral do Ministério das Relações Exteriores, embaixador Vasco Leitão da Cunha, na ausência do Ministro de Estado Professor Vicente Rão, reiterou ao embaixador de Portugal os sentimentos de solidariedade do Brasil para com Portugal e manifestou o vivo empenho do Governo Brasileiro de ver resolvida por meios pacíficos a presente situação (MAGALHÃES, 1996, p. 03).

Ao Itamaraty coube a missão de buscar apoio à causa portuguesa junto às nações que possuíam relações diplomáticas com o Brasil. O próprio Chanceler brasileiro, Raul Fernandes, evidenciou o caráter fraterno das relações luso-brasileiras:

A atitude [apoio à causa portuguesa] do Brasil inspirava-se, decerto, nos sentimentos unânimes do povo brasileiro em relação a tudo quanto respeita a Portugal, sentimentos que derivam de uma amizade assente em laços de sangue e cimentada através dos anos por atos de grande sabedoria política. O Brasil, ao partilhar das justas apreensões do Governo Português ao concitar o ilustrado Governo da Índia a proceder no caso dos territórios portugueses, com espírito de moderação e de boa-vontade, este país fê-lo na esperança de que aquele Governo, representando um povo de vocação pacifista, não desouvirá o seu apelo (CERVO; MAGALHÃES, 2000, p. 291).

Em 1955, através de um grande acordo entre Estados Unidos e União Soviética (*package deal*), Portugal foi admitido como membro da ONU, juntamente com outros 14 países. Dessa maneira, resolveu-se um grande impasse. Desde 1946, o país postulava se tornar membro das Nações Unidas, porém, sempre obtinha o veto da União Soviética, que o acusava de apoio à Alemanha³² (SANTOS, 2011).

Uma vez membro da ONU, Portugal transferiu o embate com a Índia para os “palcos” da Instituição. Em dezembro de 1955, o país entrou com uma queixa no Tribunal Internacional de Justiça, em Haia, pela ocupação dos territórios portugueses. Por sua vez, a Índia organizou uma forte campanha contra as ideias colonialistas portuguesas.

³² Salazar manteve a neutralidade portuguesa durante a II Guerra Mundial, apesar da forte admiração que nutria por Franco, Mussolini e Hitler. (Cf. MENESES, 2011).

Em fevereiro de 1956, o Secretário-Geral enviou ao Governo Português (e aos demais membros recém-admitidos) uma carta na qual perguntava se administrava territórios que entrassem na categoria indicada no artigo 73 da Carta³³. Após oito meses, Salazar respondeu que não administrava territórios que se enquadrassem no artigo 73 da Carta. Assim sendo, Portugal “assumia uma posição, coerente no plano interno, que desafia a corrente política mundial, e no plano internacional, rompe com as coordenadas em que se está movendo a comunidade das nações” (SILVA, 1995, p. 05).

Segundo Franco Nogueira *apud* Silva (1995, p. 06) Salazar sinalizou à ONU “que o governo português se arrogava o direito de interpretar e aplicar a ordem constitucional [...] não admitindo interferências nem censuras internacionais”. Dessa maneira estava iniciada a batalha diplomática contra as ideias descolonizadoras das Nações Unidas.

Diante da resposta negativa portuguesa, alguns países propuseram que fosse criado um comitê para que as disposições do capítulo XI da Carta fossem cumpridas, porém, mesmo sendo aprovada na IV Comissão³⁴, a proposta foi rejeitada pela Assembleia Geral, pela ausência da maioria de dois terços³⁵. Esse dispositivo (dois terços) seria benéfico para Portugal, pois proporcionaria a rejeição de instrumentos legais que forçassem o país a conceder a independência às províncias ultramarinas (SANTOS, 2011).

A perda dos territórios ultramarinos era o grande temor dos portugueses. Portugal orgulhava-se das conquistas proporcionadas pelas Grandes Navegações, feito este que equiparou o país às grandes potências europeias. Esses territórios estavam na alma lusitana, estavam diretamente relacionados ao sentimento de pertencimento, de posse. Segundo Hedley Bull (2002, p. 26) “a ideia da soberania do Estado deriva historicamente da noção de que certas populações e territórios pertenciam ao patrimônio do respectivo governante”. Salazar não estava disposto a perder o que lhe restava do antigo Império Português.

As pressões sobre Portugal e sua política colonial foram intensificadas logo após o seu ingresso na ONU, principalmente no âmbito internacional. As resoluções da ONU, seja do Conselho de Tutela, do Conselho de Segurança ou da Assembleia Geral, foram diversas vezes

³³O artigo 73 da Carta das Nações Unidas versa sobre os territórios sem governo próprio, nele os membros reconhecem que “o princípio de que os interesses dos habitantes desses territórios são da mais alta importância, e aceitam, como missão sagrada, a [promoção] da paz e segurança internacional” (Cf. ONU, 1945, p.47).

³⁴ A IV Comissão é a responsável pela política especial de descolonização e/ou questões de tutela, nela os problemas dos territórios não-autônomos são debatidos.

³⁵ As decisões da Assembleia Geral sobre questões importantes são tomadas por maioria de dois terços dos membros presentes e votantes.

ignoradas pelo regime Salazarista³⁶, causando grandes indisposições internacionais (SANTOS, 2011).

De forma genérica, a atuação da ONU até 1960 foi bastante tímida, não gerando grandes mudanças no sistema colonial vigente. As pressões internacionais sobre Portugal, também, não provocaram à troca imediata da sua política colonial. Entretanto, a realidade vivida no mundo colonial e as forças anticoloniais existentes dentro da ONU, conferiam à Instituição o papel de acelerar as mudanças almejadas (SANTOS, 2018).

2.2 O PEIXE VIVO NO PODER³⁷

O ano de 1955 foi turbulento na história do Brasil. As eleições presidenciais ocorreram em um clima polarizado após o suicídio de Vargas, ocorrido um ano antes. Quatro chapas disputaram o pleito: Juscelino Kubitschek/João Goulart, apoiados pelo PSD, PTB e pequenos partidos; Juarez Távora/Milton Campos (UDN), Adhemar de Barros/Danton Coelho (PSP) e Plínio Salgado (PRP). Dessa maneira, quase todas as correntes políticas e ideológicas do país estavam representadas (BOJUNGA, 2001).

As eleições ocorreram de forma ordeira, apesar do envio de tropas federais para algumas cidades. Juscelino Kubitschek (JK) sagrou-se vencedor para a presidência da República com 33,8% – o menor percentual até então –, de igual forma, João Goulart venceu a disputa para a vice-presidência. A vitória de JK assumiria um importante capítulo na história do Brasil e das relações exteriores luso-brasileiras.

A primeira “batalha” de JK foi assumir a presidência. Udenistas e militares do alto escalão do Governo Café Filho, insatisfeitos com a derrota eleitoral, tentaram de todos os modos a anulação da eleição. Alegavam que JK não havia obtido a maioria absoluta dos votos, todavia, a Constituição vigente não previa que o eleito precisava de maioria absoluta.

³⁶ Entende-se por Salazarismo o período governado por Salazar e por Marcelo Caetano, compreendendo o período da ditadura portuguesa e do Estado Novo (1926-1974), pode-se subdividir o Salazarismo em duas fases: a 1ª iniciada em 1926 com a derrubada da I República e a ascensão dos militares na figura do General Óscar Carmona e a 2ª com a Constituição de 1933, início constitucional do Estado Novo (Cf. MENESES, 2011).

³⁷ A expressão “*peixe-vivo*” está intimamente associada a Juscelino Kubitschek. A paixão de JK pelas serenatas acabou marcando sua carreira política. Sempre que encontrava o povo nas ruas era saudado com trechos da música folclórica mineira Peixe-vivo, tal fato acabou por associar a imagem de JK à música (Cf. BOJUNGA, 2001).

Depois de tentativas de golpes e contragolpes, o General Henrique Teixeira Lott e parte das Forças Armadas, garantiram a posse de JK e João Goulart em 1956 (BOJUNGA, 2001).

JK ousou ao anunciar um programa de governo com 30 metas que objetivavam o crescimento do país no *slogan* 50 anos em 5 – cinquenta anos de progresso em cinco anos de governo. A ideia de Juscelino era fazer a transição de um Brasil agrário para um país industrial e urbano. Sendo assim, obras de todo tipo precisavam ser feitas, tais como: escolas, casas, usinas, barragens, estradas, ferrovias. Era necessário transformar o Brasil em um grande canteiro de obras (BRAGA, 2012).

Em janeiro de 1956, ainda na condição de presidente eleito, JK viajou aos Estados Unidos e à Europa para divulgar suas intenções na presidência e angariar apoio de investidores internacionais para seu plano de desenvolvimento. Os principais destinos foram os grandes centros políticos e econômicos ocidentais – Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha Ocidental, além de países com ligações históricas com o Brasil, como Espanha e Portugal. A viagem era a oportunidade para mostrar um presidente atento aos ares da modernidade (CERVO; MAGALHÃES, 2000).

Nas palavras de Roberto Campos:

A imagem que JK transmitia era modernizante. Ao convidar investidores estrangeiros para a viabilização das metas da indústria automobilística, de construção naval e de mecânica pesada, rompia com a xenofobia estatizante da Era Vargas. Era um vendedor de esperanças e um tocador de obras, disposto a quebrar rotinas burocráticas (...) (BOJUNGA, 2001, p. 324).

Ao desembarcar em Lisboa em 22 de janeiro de 1956, foi recebido pessoalmente por Salazar e pelas altas autoridades portuguesas. Em seus primeiros momentos em Portugal logo foi indagado sobre a posição do Brasil a respeito da questão indiana, o que de prontidão afirmou “o meu governo vai aumentar a solidariedade com Portugal no caso de Goa e em todos os terrenos” (KUBITSCHER, 1956, p.05).

Tais declarações causaram problemas diplomáticos com a Índia e fortes críticas do corpo diplomático do Ministério das Relações Exteriores (MRE), que argumentava que a causa portuguesa com a Índia era sem sucesso e profundamente antipática aos olhos dos demais países periféricos, sobretudo, após a Conferência de Bandung. Os diplomatas lembravam que enquanto Portugal acelerava a exploração dos recursos naturais de Goa, o Brasil arcava com os custos políticos, sem ter participação econômica nessa exploração (GONÇALVES, 2009).

Apesar das críticas, JK se mostrou bastante sensível às causas coloniais portuguesas, o que foi comemorado pelo regime Salazarista. O presidente brasileiro estava disposto a colaborar com o governo português e continuaria honrando o Tratado de Amizade e Consulta, bem como apoiando as posições políticas de Portugal no âmbito internacional. JK, durante sua estadia em solo português, buscou conselhos de Salazar, ao mesmo tempo em que, reafirmava as excelentes relações entre os dois países e procurava tomar conhecimento da política de austeridade implementada por Salazar no início de sua administração (BOJUNGA, 2001).

2.2.1 Operação Pan Americana

No contexto da Política Externa Brasileira, o Governo JK seguiu a tendência dos governos anteriores, reafirmando a solidariedade política aos Estados Unidos e à "causa ocidental"³⁸. Simultaneamente, a política econômica estava embasada no Plano de Metas, que embora fosse primordial para a economia brasileira, necessitava de vultosas somas de investimentos para que pudesse ser colocado em prática. Por essa razão, o país precisava reativar os fluxos dos investimentos externos que estavam paralisados desde o final do Governo Vargas (SILVA, 1992).

Nesse primeiro momento, a agenda diplomática da Política Externa do Governo JK estava baseada em dois objetivos principais, como afirma Alexandra Mello e Silva (1992, p. 15) “a negociação de acordos regionais e/ou internacionais que estabilizassem as cotações internacionais do café; e as reivindicações de ampliação e flexibilização dos empréstimos fornecidos pelas entidades internacionais de crédito público, particularmente o BIRD³⁹”.

A agenda diplomática brasileira sofreu, a partir de 1958, mudanças tanto no plano econômico como político, num movimento cuja compreensão deve levar também em conta as transformações conjunturais nas relações interamericanas. Em uma tentativa de neutralizar a penetração econômica e ideológica dos soviéticos no continente americano, o vice-presidente dos EUA, Richard Nixon, iniciou uma série de visitas a vários países⁴⁰ latino-americanos.

³⁸ Em 1956, o Brasil cedeu o Arquipélago de Fernando de Noronha para a instalação de um posto norte-americano de observação de foguetes teleguiados.

³⁹ Durante a Conferência Econômica de Buenos Aires, o Brasil defendeu que o BIRD deveria abandonar a ênfase quase exclusiva na reconstrução, concentrada na Europa e na Ásia, e dar mais atenção e recursos ao desenvolvimento econômico (Cf. SILVA, 1992, p. 15-16).

⁴⁰ Nixon visitou em 1958: Argentina, Bolívia, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela.

Entretanto, fortes manifestações populares no Peru e na Venezuela evidenciaram o distanciamento das relações EUA/América Latina, levando o Governo estadunidense a rever posturas, abrindo caminhos para um novo comportamento com o continente, principalmente, no âmbito da cooperação econômica (CERVO; BUENO, 2010).

Em maio de 1958, Juscelino Kubitschek enviou uma carta ao presidente americano Eisenhower, nela JK prestava sua solidariedade em face das "agressões e dissabores" sofridos pelo vice-presidente norte-americano, mas aproveitava a oportunidade para lançar um questionamento quanto às relações interamericanas (SILVA, 1992).

Na carta à Eisenhower, JK escreveu:

Permita-me Vossa Excelência que lhe adiante [...] que a hora soou de revermos fundamentalmente a política de entendimento deste hemisfério e procedermos a um exame do que se está fazendo em favor dos ideais pan-americanos em todas as suas implicações". Como reconhecia o próprio Kubitschek, não havia nenhum "plano detalhado", mas apenas "ideias" que ele poderia expor melhor adiante (BRASIL, 1958a, p. 04).

Na resposta do Governo estadunidense, Eisenhower concordava com a proposta brasileira, embora tenha observado:

Como Vossa Excelência não adiantou um programa específico para fortalecer a compreensão pan-americana, parece-me que nossos governos devam entrar em entendimentos, no mais breve prazo possível, no tocante às consultas a serem dirigidas aos demais membros da comunidade pan-americana. [...] Existe uma vasta gama de assuntos a serem discutidos e analisados, inclusive, por exemplo, o problema de uma execução mais completa da Declaração de Solidariedade da Décima Conferência Interamericana⁴¹ realizada em Caracas em 1954 (BRASIL, 1958a, p. 06).

Diante da abertura do diálogo com os Estados Unidos, JK lançou a Operação Pan-Americana (OPA) em 1958⁴², possuindo três princípios básicos, a saber:

O primeiro objetivo almejava dar ao Brasil uma postura mais atuante e autônoma na política internacional, principalmente com os Estados Unidos. Apesar de haver "laços indestrutíveis", a "amizade" entre os dois países deveria pautar-se pelo reconhecimento de que

⁴¹ A X Conferência Interamericana ocorreu de 01 a 28 de março de 1954 em Caracas (Venezuela), como uma reação às ações reformistas do presidente Jacobo Arbenz (Guatemala). Ao final da Conferência, foi aprovada uma resolução conhecida como "Declaração de Caracas", que considerava o controle de um Estado americano por forças comunistas como uma ameaça à soberania e integridade de todos os Estados americanos. (Cf. BRASIL, 1958a).

⁴² A OPA foi lançada durante o discurso do presidente JK perante os embaixadores das Repúblicas Americanas no Rio de Janeiro, discurso esse, transmitido para todo o país por cadeia de rádio e TV (Cf. BOJUNGA, 2001).

o Brasil pudesse expressar livremente seus pontos de vista e eventuais desacordos (SILVA, 1992). Segundo JK (1958, p. 10-11) “não há amizade sem diálogo. [...] Não queremos marchar na retaguarda incharacterística em matéria de política internacional. [...] Se a nossa solidariedade tem um valor positivo, a nossa opinião dever ter forçosamente o mesmo valor”.

O segundo objetivo era o combate ao subdesenvolvimento – humano e econômico – da América Latina, visto como o principal problema do continente, inclusive em termos de segurança. JK considerava que o baixo desenvolvimento latino-americano havia tornado o continente vulnerável à penetração do comunismo e que o subdesenvolvimento não se resumia a situação econômica, mas passava pela política e pela ética, com importantes consequências para a segurança. Segundo JK era "difícil difundir o ideal democrático e proclamar a excelência da iniciativa privada no mundo, quando em nosso hemisfério predominam condições econômico-sociais, reflexos do subdesenvolvimento, conducentes ao estatismo" (BRASIL, 1958a, p. 35).

Por fim, o terceiro objetivo da OPA era proporcionar uma maior participação dos países latino-americanos na política internacional. Ao se referir ao Brasil, JK afirma categoricamente "o Brasil pretende apenas colaborar, na medida de suas forças, para um entendimento geral e efetivo entre os países irmãos do continente. Nada pleiteia para si, isoladamente, nem haverá [...] conversações bilaterais" (BRASIL, 1958a, p. 36).

A OPA surgiu como uma iniciativa de caráter e objetivos multilaterais, portanto, aberta às diversas realidades, tendo o combate ao subdesenvolvimento como ideia mestra. Tal ideia fica clara nas palavras do chanceler Negrão de Lima:

O Brasil pleiteia, fundamentalmente, uma posição menos contemplativa e mais atuante no quadro político do mundo.[...] A luta contra o subdesenvolvimento constitui o caminho para uma unidade de vistas para o fortalecimento da defesa comum. O subdesenvolvimento reinante neste hemisfério prejudica e compromete sensivelmente o prestígio da causa que desejamos todos defender. Zonas subdesenvolvidas são zonas perigosas, do ponto de vista estratégico e de qualquer outro (SILVA, 1992, p. 21).

A Organização dos Estados Americanos (OEA) acatou as propostas da OPA e de imediato criou o Comitê dos 21, grupo formado pelas delegações dos países que tinham simpatia à proposta. À frente da delegação brasileira estava Augusto Frederico Schmidt, assessor de JK, considerado o mentor da OPA. Coube a Schmidt a defesa frente à imprensa e ao corpo diplomático. Todavia, o projeto da OPA não logrou êxito em virtude do desinteresse

dos Estados Unidos. De concreto mesmo dessa política, só a criação do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (CERVO; BUENO, 2010).

As ideias da OPA permaneceram adormecidas até o lançamento da Aliança para o Progresso em 1961, pelo presidente americano John Kennedy. O programa americano visava assistência e cooperação no desenvolvimento socioeconômico da América Latina. Os Estados Unidos precisavam dar mais atenção aos países latino-americanos na tentativa de evitar a expansão do comunismo, como ocorreu em Cuba em 1959. De alguma forma, a Aliança para o Progresso era herdeira das ideias da OPA (LESSA, 2008).

As maiores críticas a Operação Pan-Americana partiram do Corpo Diplomático, especialmente, Osvaldo Aranha e Álvaro Lins. Na visão de Aranha, a OPA não era realista, era uma política de intenção, assim sendo, “o problema da OPA é ser uma política que começa, que só dará frutos no futuro, que não poderá resolver os problemas básicos do Brasil ou de qualquer país da América” (CERVO; BUENO, 2010, p. 294).

Por sua vez, Álvaro Lins critica a relação que o Brasil desenvolve com Portugal, baseada em laços de fraternidade e guiadas pelo Tratado de Amizade e Consulta. Nesse sentido, a Política Externa Brasileira mostrava-se contraditória, pois, ao mesmo tempo em que defendia uma maior participação dos países latino-americanos na política internacional, apoiava a política colonialista de Portugal (RAMPINELLI, 2008b).

Destarte, princípios como a autodeterminação, a não-intervenção, a soberania e a democracia representativa foram deixados de lado ao se relacionar com Portugal. Segundo o embaixador José Honório Rodrigues (1982), a Política Externa de JK não caminhou bem em virtude de sua visão regionalizadora, concentrada na América Latina, excluindo os grandes mercados da África e Ásia. A esse respeito afirma:

Não se notou nas diretrizes e nos discursos do Presidente JK, nos debates no Congresso, na orientação do Itamaraty, nas palavras dos assessores, e até mesmo dos opositores do Governo, nenhuma preocupação, nenhum cuidado, nenhuma atenção para com os problemas africanos que começavam a absorver o espírito público mundial e a empolgar a opinião da imprensa (RODRIGUES, 1982, p. 399).

Dentro dessa visão regional, a PEB dedicou pouca importância ao processo de independência dos países africanos ocorrida no final da década de 1950. Todavia, manteve um canal de comunicação ao criar missões diplomáticas junto aos países afro-asiáticos com vista de obter uma relação econômica ou ampliar as existentes. O Governo Brasileiro reconhecia o

peso do continente africano, porém, não assumia um papel relevante na condenação ao colonialismo. Os “laços fraternos” com Portugal eram fortes demais para romper-se (CERVO; BUENO, 2010).

2.2.2 Os laços luso-brasileiros se fortalecem

O professor Waldir José Rampinelli (2008a) enumerou quatro razões que levaram JK a apoiar Portugal na Quarta Comissão das Nações Unidas, onde se discutia o processo de descolonização.

A primeira é de ordem ideológica. JK atribuía ao subdesenvolvimento econômico a grande razão da entrada do comunismo internacional na América Latina, portanto, para barrar as ideias comunistas e resolver os problemas sociais somente seria possível através do “desenvolvimento e expansão”. De igual maneira, Salazar apresentava uma “arraigada posição anticomunista, que tornou Portugal um baluarte da defesa ocidental contra as intromissões revolucionárias dos comunistas” (MENESES, 2011).

Os dois governos – JK e Salazar – eram tão próximos, que os Estados Unidos recorreram ao Brasil para interceder junto ao Governo Português a concessão de asilo político ao ditador cubano Fulgêncio Batista. Pedido prontamente aceito, tendo o ex-líder cubano se dirigido à Ilha da Madeira (MAO JUNIOR, 2007).

A segunda razão é histórica-afetiva. Tanto Brasil quanto Portugal eram regidos por líderes com discursos nacionalistas, com forte tendência conservadora. Cada líder, a sua maneira, resgatava os laços históricos que uniam os dois países. Nesse sentido, as palavras de JK ao desembarcar em Lisboa em 1956 deixavam claro esse sentimento fraterno:

[...] visitar Portugal é para o brasileiro rever o próprio lar. A minha visita é a visita de um filho ao pai. É com emoção que mais uma vez vou contemplar os velhos monumentos que assinalam na História do Mundo a hora solar do povo lusitano. Em nome do Brasil, saúdo a raça heróica que descobriu a minha pátria, abrindo para o mundo uma imensa forja de trabalho e civilização (LAFER, 1960, p. 01).

A terceira razão é de ordem eleitoral. O Tratado de Amizade e Consulta foi pensado, também, como uma forma de atrair a comunidade portuguesa que vivia no Brasil, em especial, no Rio de Janeiro. Segundo as estimativas do IBGE (2000), no período de 1931 a

1960, 384.334 portugueses entraram no Brasil, portanto, beneficiar essa comunidade era fundamental para os projetos eleitorais.

As comunidades portuguesas espalhadas pelos diversos países eram estimuladas pelo Governo Português a se organizarem na defesa dos interesses de Portugal. Costumeiramente, apoiavam candidatos que se posicionassem favoráveis à defesa dos interesses salazaristas no além-mar. Muitas dessas comunidades possuíam uma vasta rede de influência e uma estrutura bastante robusta, como: hospitais, jornais, clubes esportivos, além de um vasto ramo comercial. Daí a importância e a atenção dada por JK à comunidade portuguesa que vivia no Brasil (ROSA, 2015).

Em 1957, o deputado Celso Peçanha chegou a apresentar à Câmara Federal o Projeto de Lei nº 2502 que concedia o direito de voto aos cidadãos portugueses residentes no Brasil, casados com brasileiros ou que tivessem filhos brasileiros, tal benefício também seria estendido aos residentes solteiros. Na justificativa do projeto, o deputado ressaltava a efetiva afeição pela comunidade lusitana “que vivia e trabalhava pelo nosso país, ajudando-nos a erguer a nossa economia em todos os setores”. O projeto, porém, foi considerado inconstitucional pela Comissão de Constituição e Justiça, através do parecer do Deputado Prado Kelly (RAMPINELLI, 2008a).

A emigração para o Brasil era estimulada, visto que o mercado interno português não absorvia toda a mão-de-obra produzida. A economia portuguesa era beneficiada pelas remessas de dinheiro dos cidadãos portugueses espalhados pelo mundo, principalmente, no Brasil. Eram, portanto, os recursos amealhados no Brasil que constituíam uma importante fonte para o equilíbrio orçamentário português (RODRIGUES, 1982).

A quarta razão é de natureza religiosa. Esta é mais uma semelhança entre JK e Salazar, ambos frequentaram seminários católicos⁴³ na infância e juventude. No capítulo anterior foi visto que a relação entre Salazar e o Patriarca de Lisboa, o Cardeal Cerejeira, era bastante amistosa. Salazar ofereceu à Igreja a restauração do ambiente propício para as tradições religiosas e o fim do anticlericalismo, perdidos durante os anos da I República, por sua vez, a Igreja garantiu a Salazar suas bases políticas, sociais e ideológicas para a manutenção do Estado Novo (MENESES, 2011).

⁴³ JK frequentou o Seminário de Diamantina e Salazar o Seminário de Viseu.

Juscelino Kubitschek também manteve uma relação harmoniosa com a hierarquia católica brasileira, e também, portuguesa. Ao Cardeal Cerejeira, JK fez dois convites. O primeiro foi para ser padrinho na cerimônia de concessão do título de Doutor *honoris causa* na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra e o segundo para que celebrasse a missa inaugural de Brasília.

A religiosidade de JK pôde ser vista na inauguração de Brasília em 1960. No altar montado para a celebração da missa inaugural, foi trazida da Catedral de Braga, a cruz do Frei Henrique de Coimbra, a mesma cruz que em 1500 esteve na primeira missa celebrada na *Terra de Vera Cruz*. Sinos foram trazidos de Ouro Preto, de Santarém e de Viena. E o Cardeal português Manuel Gonçalves Cerejeira, representante do Papa João XXIII, celebrou a missa na nova Capital da República para um público de trinta mil pessoas na Praça dos Três Poderes (BOJUNGA, 2001).

Em Brasília, JK rendeu homenagens ao Patriarca de Lisboa, dizendo:

[...] olhamos para Vossa Eminência com a mesma filial devoção e o mesmo calor com que os criadores do mundo de língua portuguesa – os mesmos que abriram as portas dos mares nunca dantes navegados e estenderam a Fé de Cristo – contemplavam os Pastores missionários que tornaram completa a conquista das terras com as conquistas das almas (RAMPINELLI, 2008a, p. 134).

Dessa forma, a Política Externa implantada por JK, priorizou as relações com os Estados Unidos, América Latina e Europa – particularmente, Portugal. O Brasil manteve-se alheio às questões africanas, em especial, do processo de descolonização. O país apoiou as potências coloniais nas Nações Unidas, e cedeu às pressões portuguesas – tanto do Governo de Salazar quanto da colônia portuguesa no Brasil. Em algumas ocasiões, para disfarçar o apoio à política colonial portuguesa, o Brasil absteve-se de votar nas votações nas comissões da ONU. Prevalencia o silêncio institucional, pois não era dita uma única palavra em favor da liberdade africana nas colônias portuguesas (RODRIGUES, 1982).

De acordo com o pensamento do escritor e jornalista Cláudio Bojunga:

O Itamaraty sabia que o Brasil se prejudicava nos mercados internacionais pela concorrência de produtos coloniais africanos, mais baratos do que seus similares brasileiros, em decorrência das isenções alfandegárias de que se beneficiavam esses produtos nas metrópoles europeias. Nem assim o Brasil se decidia a remover os tradicionais laços de amizade. A lógica da Guerra Fria se antepunha às outras lógicas setoriais. As colônias lusas e o mercado comum eram barreiras ao comunismo (BOJUNGA, 2001, p. 497).

Em 1957, o presidente português, o General Francisco Higinio Craveiro Lopes, visitou o Brasil. Momento oportuno para reafirmar as fraternas e cordiais ligações entre os dois países. Em entrevista, ao expor as razões para a visita de Estado, bem como sobre o Tratado de Amizade e Consulta e outros Acordos que pudessem ser assinados, o presidente afirmou:

Não há que resolver por textos diplomáticos problemas e questões entre os dois países – porque entre os dois países não há problemas e questões. Para agradecer ao Brasil ter-nos dado a sua independência, como dizia Antônio José de Almeida, ou agradecer-lhe a vigorosa ajuda que dele recebemos agora em favor da portuguesíssima Goa ou em apoio do caráter de verdadeiras províncias que tem os nossos territórios ultramarinos, que são seguro elemento da Comunidade luso-brasileira, tão sagradas para Portugal como servidores dos interesses fundamentais do Brasil, para isso não é preciso redigir textos diplomáticos: basta deixar o coração falar (BRASIL, 1960, p. 54-55).

Nesse mesmo ano, o Brasil deu uma grande demonstração de apoio aos portugueses na ONU. Durante sessão da Comissão de Curadoria, na qual se discutiam sobre o *status* constitucional dos territórios ultramarinos, o embaixador brasileiro Donatello Grieco foi tão enfático e enérgico na defesa dos interesses portugueses, que chegou a afirmar que “tocar em Portugal era tocar no Brasil” (RAMPINELLI, 2008b, p. 275). A defesa dos argumentos, que Portugal não possuía colônias, mas sim províncias ultramarinas, foi amplamente comemorada pelos lusitanos (PENNA FILHO; LESSA, 2007).

O jornal *A voz* estampou elogios ao discurso em suas páginas:

Não foi somente um grande, um notabilíssimo, um arrebatador discurso o seu, mas também a melhor exposição do ponto de vista português. (...) Talvez nunca, nesse imenso palácio da confusão da ONU, tenham sido proferidas palavras tão desassombradas, tão corajosamente lógicas, tão irresponsáveis como a que soube oportunamente dizer, com sua ardorosa eloquência, Donatelo Grieco. Aos que punham em dúvida a capacidade civilizadora de Portugal, ele soube responder: "Aqui estamos nós, os brasileiros. Aqui está o Brasil. Querem melhor prova da capacidade civilizadora de Portugal?" (PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 67).

O apoio brasileiro aos temas portugueses começou a gerar insatisfação entre as nações africanas que pressionavam o Brasil por uma nova postura diante da descolonização.

Insatisfação esta, demonstrada no relatório⁴⁴ de Jorge Paes de Carvalho enviado ao Ministro Negrão de Lima.

Quero confessar a Vossa Excelência que o sentimentalismo com que a política externa do Brasil acalenta o colonialismo português foi tema de muitas conversas com líderes africanos, conversas estas nas quais nem sempre pude responder a certos argumentos que eram lançados. Os representantes do Marrocos, Sudão, Libéria e Guiné perguntaram-me várias vezes se no Brasil nós tínhamos ideia de que o sistema de colonização mais primitivo que existia na África era aquele que se praticava em Angola e Moçambique. Para ilustrar o que diziam contaram-se fatos verdadeiramente estarrecedores e que chegam a parecer histórias. Realmente, para nós brasileiros vai ser cada dia mais difícil podermos continuar a dizer que somos partidários da igualdade dos Estados e da igualdade dos indivíduos se, ao mesmo tempo, fechamos os olhos – por um sentimentalismo totalmente injustificado para quem analisa, mesmo que superficialmente, os resultados dessa política com Portugal – aos processos coloniais retrógrados, incompatíveis com o século em que vivemos, que são ainda hoje empregados em Angola e Moçambique.

Creio que dentro muito em breve o Itamaraty será forçado a escolher qual dos dois caminhos vai o Brasil trilhar: se o da defesa do colonialismo em liquidação ou se o da solidariedade com as novas nações que estão surgindo na África. Ainda hoje podemos jogar esse jogo duplo, sem grandes consequências, mas, dentro em pouco, seremos desmascarados e forçados a uma decisão [...] (CARVALHO *apud* PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 66).

O Governo Português, embora tivesse a certeza que não possuía muitos aliados, não cedia em sua postura colonial, pois se considerava detentor e guardião de suas colônias. Sobre a falta de aliados, o jornal *Diário de Notícias* afirmava:

Portugal, como nação euro-africana que é [...] só pode contar consigo e consigo tem de contar imediatamente. Não há um minuto a perder. Não podemos deixar aumentar os riscos que nos rodeiam. Desde Madagascar, em frente de Moçambique, passando pelas Rodésias, pelo Congo Belga, por Brazzaville e muitos outros sítios, verifica-se que as nossas principais províncias de ultramar estão praticamente contornadas pelas novas correntes da África (LINS, 1959, p. 03-04).

O agravamento das tensões na África no final da década de 1950 fez com que Portugal buscasse apoio das demais potências coloniais, e em especial, do Brasil. O discurso de Salazar em 23 de maio de 1959⁴⁵ reconheceu que uma maior aproximação luso-brasileira no Atlântico Sul precisava acontecer. Nesse sentido, os grandes veículos de comunicação do Brasil

⁴⁴ Relatório enviado à Embaixada Brasileira após a 1ª Sessão da Comissão Econômica para a África, realizada em Addis-Abeba em 1959.

⁴⁵ Discurso proferido na sede da União Nacional.

demonstraram interesse pelas províncias africanas, para isso, algumas vantagens foram concedidas como: concessão de tratamento especial para as publicações brasileiras, criação de portos francos em Luanda e Lourenço Marques (atual Maputo), dentre outros (SANTOS, 2011).

O apoio brasileiro a Portugal junto à ONU não era o suficiente para a defesa dos territórios do ultramar, era preciso convencer as próprias populações ultramarinas e suas elites, da existência desse apoio. Para isso, Portugal reforça a presença colonial através de investimentos nos territórios.

De 1950 a 1960 assiste-se, no entanto, a um grande esforço econômico para modernizar esses territórios. Mas, como esta promoção não foi completada por uma evolução sociopolítica paralela, deflagrou a violência. Na verdade, sucederam-se os planos de fomento, de início de 1953 a 1958. Seguiu-se logo um plano de seis anos a fim de dotar Moçambique, e sobretudo, Angola, de infraestruturas modernas e de bases logísticas para uma arrancada econômica. O capital estrangeiro que até então não fora admitido nos setores em que o capital português, muito timorato, não ousava aventurar-se sem garantias completas, começou a sentir-se atraído em massa (KI-ZERBO, 1972, p. 273).

O Governo português considerava o Ultramar terra de tranquilidade para suas populações. Apesar dos problemas existentes nas suas colônias, Salazar reafirmava o caráter pacifista da colonização portuguesa.

(...) As últimas considerações levam-me a encarar, embora sumarissimamente, problemas de África. Literariamente a África arde; arde mesmo nas adjacências das fronteiras portuguesas. E porque arde a África? Não pensemos que é por combustão interna, digamos, pela fatalidade de um movimento histórico que arrasta as suas populações para a rebeldia, a subversão, a forçada dispersão e independência; arde porque lhe deitam o fogo de fora (...) Repetirei uma velha ideia, hoje, ao que parece, generalizada: a África é o complemento da Europa, imprescindível à sua defesa, suporte necessário da sua economia (...) Nós não pensamos em negar o relativo atraso de algumas regiões e a deficiência de alguns serviços. É evidente faltarem estradas e pontes, faltarem hospitais, faltarem escolas, e faltarem até, senhores, elementos de polícia e forças de defesa. Porque milagre então, de Timor a Cabo Verde, há paz e todos podem notar o tranquilo viver das populações? Porque pode atravessar-se de lés a lés Angola ou Moçambique, não se contando senão com a boa disposição do nativo, a sua fraterna ajuda, no fundo o seu portuguesismo? (SALAZAR, 1959, p. 64).

2.2.3 Humberto Delgado – o general sem medo

A relação entre Brasil e Portugal manter-se-ia estável até o final da década de 1950, entretanto, as eleições portuguesas de 1958 colaboraram para um estremecimento dessas

relações. O ano de 1958, ainda hoje, é lembrado como um ano que a população portuguesa levantou-se contra o *establishment* vigente. A campanha eleitoral foi definida pelo próprio General Delgado como “um tufão sobre Portugal”, um momento ímpar do período do Estado Novo que só se repetiria em 1974, com a Revolução dos Cravos (ROSA, 2015).

O regime surgido na década de 1930 já não era o mesmo. Pressões de todos os lados forçavam Portugal a uma mudança, todavia, mudar não estava nos planos de Oliveira Salazar. No máximo, uma adaptação aos tempos modernos. Salazar “vendia” a imagem de um país democrático, com eleições regulares. De fato, as leis portuguesas estabeleciam a eleição para o cargo de presidente da República, por voto direto, com mandato de sete anos. Contudo, havia manipulação dos resultados (MENESES, 2011).

As eleições portuguesas eram caracterizadas pela fraca participação da oposição ao regime, que muitas vezes retiravam seus candidatos para denunciar a “farsa” eleitoral do Salazarismo. Levando em consideração o histórico anterior, não era motivo de preocupação do Governo as ações dos candidatos oposicionistas. Entretanto, na eleição de 1958 ocorreu um fato que nunca havia ocorrido em Portugal. As oposições se organizaram e se uniram. A ideia era simples, mesmo que houvesse fraude, a candidatura deveria expor as fragilidades democráticas do Estado Novo (CUNHA, 2014).

O nome escolhido pela oposição não poderia ter sido melhor, o General Humberto Delgado, considerado o patrono da aviação civil portuguesa. Aceitar essa missão significou uma reviravolta na vida de Delgado e do próprio país. Pela primeira vez, havia alguém disposto a enfrentar as forças do Salazarismo. Todavia, para Salazar, a candidatura de Delgado não significava um perigo ao regime, dessa maneira, foi indicado como candidato o Almirante Américo Tomás, ministro da Marinha, tido como fiel aliado do Governo.

O que as autoridades portuguesas não previam era que a personalidade emergente do general Humberto Delgado fosse capaz de comover as massas de maneira única. Não se tratava mais de uma disputa entre candidatos à presidência, a luta de Delgado passava a ser contra Salazar. Dessa maneira, Delgado passou à História como o *general sem medo* (PINHO, 2013; ROSA, 2015).

Na cidade do Porto, reduto histórico da oposição ao regime Salazarista, ciente de sua missão, Delgado encerrou sua campanha, afirmando:

Empenhei nesta batalha a minha vida, as minhas estrelas de general e toda a minha alma de patriota, mas meu coração ficará no Porto, já que no Porto

nasceu, como noutros momentos históricos, o indomável espírito de luta que só terminará com a vitória da liberdade em Portugal (DELGADO *apud* ROSA, 2015, p. 227).

A eleição deu-se no dia 08 de junho de 1958, e o resultado, já era previsível. O sistema eleitoral português era bastante propício a fraudes. Cada candidato produzia os seus próprios boletins eleitorais, que eram distribuídos aos eleitores nas mesas de votação. Assim sendo, o Almirante Américo Tomás foi eleito com 75,8% dos votos. A oposição alegou fraude e manipulação dos resultados, pedindo o cancelamento do pleito eleitoral. Entretanto, as leis portuguesas eram confusas no tocante a recontagem de votos, o que na prática, tornaria a impugnação impossível (PINHO, 2013).

O governo comemorou a vitória, mas no íntimo, Salazar sabia que fraturas haviam sido feitas por uma campanha tão feroz. Os próprios aliados do regime tinham consciência dos problemas que enfrentariam. Em carta a Marcelo Caetano, o embaixador português em Londres, Pedro Teotônio Pereira (MENESES, 2011, p. 477) escreveu “venceu-se a batalha, mas tudo isso foi um aviso grande. Deus nos ajude a reagrupar as forças e a fazer o que é preciso no futuro. [...] É incalculável o mal que o Delgado nos fez aqui”.

A derrota eleitoral e a exclusão das Forças Armadas deixaram o General Delgado vulnerável às forças opressoras da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE). Perseguido e intimidado, temendo ser preso – ou morto – o general refugiou-se na Embaixada do Brasil em Lisboa, em janeiro de 1959. Álvaro Lins não hesitou em conceder o asilo solicitado. Dessa maneira, iniciou-se a primeira grande crise diplomática entre os dois países.

Portugal argumentava que não havia acordos de concessão de asilo entre os dois países, entretanto, Álvaro Lins conseguiu provar que havia jurisprudência. Em 1937, Plínio Salgado, após tentativa de golpe em Getúlio Vargas, refugiou-se em Portugal. Assim sendo, o asilo não pôde ser cancelado pelo Ministério das Relações Exteriores. O embaixador estava resistente à ideia de permitir que Delgado fosse exposto à jurisdição portuguesa (BOJUNGA, 2001).

Em fevereiro de 1959, o Ministro Negrão de Lima visitou Lisboa com a intenção de resolver o impasse criado com a concessão do asilo. A esse respeito, Lins critica a natureza fraterna das relações luso-brasileiras:

[...] A ditadura salazarista, naturalmente sempre muito fiada e confiada em suas forças no Brasil, isto é: em certos políticos e alguns jornalistas, que o

salazarismo conta como amigos para todas as horas e solidários para todas as emergências, além de parcela importante dos órgãos de imprensa (LINS, 1960, p. 232).

Finalmente em abril de 1959, o “general sem medo”, exilou-se no Brasil. Todavia, o advento do caso Delgado, tornou Álvaro Lins *persona non grata* do regime Salazarista, convertendo-se na voz brasileira mais opositora ao regime. À medida que subia o tom contra o Estado Novo Português, Lins recebia críticas da imprensa brasileira, de partidários do presidente JK, bem como de opositores. Estava isolado, contando, somente, com o apoio da oposição portuguesa. O Governo português por sua vez pressionava o presidente Juscelino Kubistchek para que resolvesse o impasse na Embaixada de Lisboa. Pio Penna Filho destaca que:

O fato de políticos da situação e da oposição simultaneamente criticarem as atitudes do Embaixador põe em relevo a ideia de que a Política Externa Brasileira frente a Portugal seguia de acordo com a perspectiva assumida pela classe política nacional e, em última instância, dos setores dominantes da sociedade brasileira, envolvidas em fundamentos sentimentais (PENNA FILHO, 2008, p. 110).

As discordâncias de Álvaro Lins com a Política Externa de JK não estavam resumidas somente ao asilo ao General Delgado. Lins discordava das relações entre Brasil e Portugal, principalmente, no que tangia a política colonial, uma vez que afastava o Brasil da África. O Tratado de Amizade e Consulta era outro objeto das críticas do embaixador, segundo o qual desgastava o Brasil no exterior sem proveito algum, pois era “moralmente condenável o Brasil, uma democracia, que tanto alardeava um discurso a favor do mundo livre e democrático, manter relações estreitas com um Estado sob regime forte, ditatorial” (LINS, 1960, p. 336-337).

Ao perceber o isolamento pelo qual se encontrava, bem como o mal-estar que havia sido criado entre os dois governos, Álvaro Lins tomou duas medidas radicais. A primeira foi a devolução da condecoração da Comenda da Grã-Cruz da Ordem de Cristo, que lhe fora conferida em 1957 pelo presidente Craveiro Lopes. A segunda, e mais forte, foi o rompimento político com o presidente Juscelino Kubitschek. Na carta de rompimento, Lins deixa claro suas posições:

Quando me foi dado tomar conhecimento das últimas resoluções dos dirigentes do meu país, com referência à ditadura Salazarista, decidi-me imediatamente a assumir duas atitudes, uma em face do Governo português, e outra em face do Governo brasileiro. Ao Governo português, havia que dar precedência, porque tinha algo a restituir-lhe, simbolicamente. Impunha-se o segundo lugar para esta carta, porque nada tendo recebido de estável e permanente do atual Governo brasileiro, por consequência nada tinha sequer para devolver a Vossa Excelência. Todavia, a minha decisão de considerar rompidos, definitivamente, todos os laços políticos e de amizade, que nos uniam desde a campanha de 1955, isto me cumpre comunicar, mediante um preceito ético, em documento direto a Vossa Excelência, antes de passar a exercer, em plenitude, o direito de agir em consequência. (LINS, 1960. p. 353).

Ao sair da Embaixada, Álvaro Lins foi substituído por Negrão de Lima, até então Ministro das Relações Exteriores. A chegada de um aliado na Embaixada apaziguou os ânimos com o regime. Era a retomada da tranquilidade entre os dois países. O rompimento de Lins com JK o fez assumir uma postura oposicionista, passando a escrever artigos para jornais, nos quais acusava o Brasil de ser subserviente a Portugal (PENNA FILHO, 2008).

2.2.4 Festas Henriquinas – o espírito de Sagres se faz presente

Em 1959, no auge do impasse gerado pelo Caso Delgado, o Governo Português convidou o presidente Juscelino Kubitschek para ser coanfitrião, ao lado do presidente Américo Tomás, nas Comemorações Henriquinas de 1960, que celebraram o V Centenário da morte do Infante Dom Henrique⁴⁶. Era o reconhecimento das autoridades portuguesas à imensa colaboração que o Brasil dava ao país (SOARES, 2006).

De acordo com a professora Maria Manuela Tavares Ribeiro (1993, p. 331) “celebrações, comemorações e centenários não são inúteis nem inexpressivos, quer para a instrução do cidadão, quer para a ilustração do historiador, são formas de instrução cívica que assumem um significado real na nossa sociedade”.

Dessa maneira, celebrar o quinto centenário da morte do Infante Dom Henrique, era o momento ideal para evocar, simbolicamente, o exemplo cívico e uma eloquente lição de patriotismo das grandes navegações impulsionadas pela Escola de Sagres. Em um momento

⁴⁶ O Infante Dom Henrique nasceu em 1394, era o quinto filho de Dom João I e de Dona Filipa de Lencastre. Deve-se a ele o início da grandiosa Era dos Descobrimentos Portugueses. Dom Henrique desejava expandir o comércio e a fé cristã para terras desconhecidas, que não se tinham muitas informações. Por sua iniciativa, na primeira metade do século XV navegadores portugueses começaram a explorar a costa ocidental da África e a aventurarem-se nas águas do Atlântico. Para vencer correntes e marés, investiu em formação, conhecimento e experiência, dando origem a mitológica Escola de Sagres (Cf. SARAIVA, 1995).

que a própria ação colonizadora portuguesa era questionada, promover um grande evento da lusitanidade, ao lado da maior nação de expressão lusitana, o Brasil, era essencial para a política salazarista. As preocupações do presente determinavam a visão do passado (RIBEIRO, 1993).

O presidente JK prontamente aceitou o convite, destacando a parceria com Portugal “não podia faltar, [...] a minha viagem corresponde à grande ansiedade do povo brasileiro de prestar homenagem a Portugal no centenário do Infante” (CORREIO DA MANHÃ, 1960, p. 07). A comitiva brasileira era composta pelo presidente da República e sua família, pelo Vice-Presidente João Goulart e mais de cinquenta pessoas.

Antes da chegada do presidente brasileiro, a oposição ao Salazarismo publicou e distribuiu um manifesto intitulado *Carta Aberta ao Presidente Juscelino Kubistchek*, na qual alertava aos visitantes o caráter ditatorial do governo português, relatando as arbitrariedades cometidas por Salazar. A publicação também insinuava que Portugal pretendia se aproveitar da visita presidencial de JK para legitimar-se perante a opinião internacional⁴⁷.

As festas Henriquinas foram uma das maiores manifestações da fraternidade luso-brasileiras vivenciadas no século XX. Elas foram, cuidadosamente, organizadas por Salazar para envolver o Brasil em todas as homenagens prestadas. O protocolo previa a presidência conjunta nos eventos mais emblemáticos, como: desfile naval em Sagres, inauguração do Monumento dos Descobrimentos em Lisboa e da Casa do Infante no Porto (CERVO, MAGALHÃES, 2000).

A JK interessava apresentar ao mundo os frutos de sua política desenvolvimentista, uma autopropaganda dos seus feitos à frente da Presidência da República. A ocasião tornou-se oportuna para ressaltar que o Brasil era fruto das grandes navegações portuguesas e, portanto, herdeiro da cultura e dos valores lusitanos. Buscava destacar, principalmente, a construção de Brasília, exibida como símbolo da potencialidade brasileira. Ao se referir à nova capital, JK (PORTUGAL, 1960, p. 6) afirma “estamos aqui para dizer a Portugal e à Europa que Brasília é a continuação da política do Infante de Sagres, temos milhões de quilômetros quadrados de território a descobrir e desbravar [...]”.

No Porto, cidade que abriga o coração do imperador Dom Pedro I, JK proferiu um discurso forte, carregado de sentimento de gratidão pela presença portuguesa nas Américas.

⁴⁷ Carta Aberta ao Presidente Juscelino Kubistchek. O Estado de São Paulo, 30. Abr. 1960.

[...] o Brasil se sente reconhecido ao homem que guarda o seu coração aqui na cidade do Porto e continuará lutando e trabalhando para que dentro de muito pouco tempo, nem dez anos, o Brasil seja como todos os cálculos impõem e preveem, a quarta nação mais poderosa do mundo. Mas, como poderia realizar-se o milagre destas dimensões e desta imensa projeção? Só com um trabalho formidável. Só com um trabalho intenso e profundo, trabalho que para nós fora herança que vocês, portugueses, levaram para a América Portuguesa, trabalho que nós estamos continuando: sacrifício, heroísmo que nós estamos desenvolvendo e desdobrando, para não desmerecermos daquilo que vocês fizeram por nós. [...] Este trabalho e este esforço que ali se realiza, pela energia, pelo dinamismo, pela devoção do brasileiro, é uma herança dos portugueses. Nós não a realizamos sozinhos. Nós a realizamos no prosseguimento de um trabalho que já encontramos, e ainda hoje com a legião de emigrantes que daqui partem, todos os meses, todas as horas, todos os anos, nós lá estamos de mãos juntas, na mesma tarefa hercúlea de construir no continente americano, uma Nação que sendo ao mesmo tempo Brasileira é também pelo afeto, pelo sentimento e pelas raízes, uma Nação Portuguesa. [...] Nós, do mundo luso-brasileiro, que estamos comemorando nesta hora meio milênio da morte de um homem que se projetou na história dos séculos e ficará também na história dos milênios, nós sabemos o que representam de esforço, de tenacidade e de heroísmo essas bravas iniciativas que os portugueses tiveram a partir de 1415 e que foram marcando, pelos oceanos desconhecidos, pelos mares tenebrosos, o traço audacioso e ousado dos bandeirantes, do mar em que foram descobrindo ilhas, descobrindo terras e abrindo as imensas perspectivas do mundo (KUBITSCHKEK *apud* OLIVEIRA, 2013, p. 05).

Salazar, por sua vez, buscava se aproximar da figura “mítica” do Infante de Sagres numa tentativa derradeira de renovar as esperanças no que outrora tinha sido o Império Lusitano. Segundo Maria Manuela Ribeiro (1993, p. 333) “muitos viam nos festejos henriquinos uma ocasião oportuna de poder contribuir, pela evocação do passado, para cimentar o sentimento nacional”. De alguma forma, buscava-se ofuscar as críticas que o regime sofria.

O “tsunami” provocado pela candidatura do General Delgado obrigava o regime a se reinventar, mas sem perder o poder e o controle. Assim sendo, o centenário henriquino era o momento para a vivência cívica e uma eloquente lição de patriotismo. Estava presente no pensamento do Salazarismo a superioridade do colonizador português, que a partir dos navegadores de Sagres, chegaram as mais distantes terras d’além-mar (DIEGUES, 1993).

Fazia parte da estratégia de Salazar exaltar os méritos dos portugueses do passado, mas, sobretudo, do presente. Em outras palavras, Salazar procurou enaltecer seus próprios méritos à frente do Governo português, vangloriando-se de ter “salvado” Portugal da crise econômica, política e do comunismo. Ao engradecer as capacidades colonizadoras dos lusitanos, influenciadas pelas ideias do luso-tropicalismo freyreano, o líder reafirmava sua

disposição de continuar guiando os destino do país, e principalmente, os territórios ultramarinos (RAMPINELLI, 2008).

JK e Salazar aproveitaram os festejos henriquinos para estreitar as relações afetivas entre os países, regulamentando o Tratado de Amizade e Consulta assinado em 1953, além de assinar outros acordos bilaterais, dos quais se destacam: Acordo sobre Concessão de Vistos; Convenção sobre Dupla Nacionalidade; Tratado de Extradicação e Cooperação Judiciária em Matéria Penal; Convenção sobre Representação Diplomática e Consular; Acordo sobre Assistência Judiciária Gratuita; Acordo sobre Turismo; Declaração Conjunta sobre Relações Econômicas (BRASIL, 1960b, p. 29).

Juscelino chegou a propor a criação do Instituto Luso-Brasileiro de Astronáutica. Segundo Jerry Dávila (2011, p. 42) “os dois países iriam explorar o espaço sideral exatamente como Portugal tinha explorado os mares, usando como base para seus foguetes o promontório de Sagres de onde as caravelas tinham deixado a Europa séculos antes”. O projeto, como esperado, não prosperou. Mas a intenção de chegar ao espaço com Portugal, e não com os Estados Unidos, deixa transparecer o quão ligado estavam JK e Portugal.

De modo geral, a segunda e última viagem presidencial de JK a Portugal, foi positiva. Grandes eventos, multidões a aplaudir seus discursos, entrevistas diversas. O presidente brasileiro foi cercado de todas as honras e atenções possíveis. Era o período áureo das relações bilaterais. Em janeiro de 1961, o mandato presidencial de Juscelino se encerrou e grande parte dos Acordos assinados durante as Festas Henriquinas foram esquecidos ou declarados letras mortas, apesar dos protestos das autoridades portuguesas (MAGALHÃES, 1999).

2.3 1960 – O ANO DA ÁFRICA

ONU, 1960. Dezesete novos Estados⁴⁸ africanos foram admitidos nas Nações Unidas; somados aos que já faziam parte, tornaram-se maioria. Pela primeira vez, a Assembleia Geral era conduzida por uma coligação afro-asiática, que imprimiu uma pressão nunca antes vista sobre os países colonialistas.

⁴⁸ Benin, Burkina Faso, Camarões, Chade, Congo, Costa do Marfim, Gabão, Madagascar, Mali, Mauritânia, Níger, Nigéria, República Centro-Africana, Senegal, Somália, Togo e Zaire (atual República Democrática do Congo). (Cf. ONU, 2020. Disponível em <https://nacoesunidas.org/conheca/paises-membros/#paisesMembros1>)

Os novos membros sabiam que a Carta das Nações Unidas versava sobre territórios não autônomos e que os administradores precisavam informar à Instituição sobre as condições dos territórios ocupados. Entretanto, as metrópoles coloniais sempre encontravam “brechas” para negligenciá-la. Assim sendo, “seriam necessárias alterações significativas nos princípios que regeram até então as atividades das ONU quanto às questões coloniais” (SANTOS, 2011, p. 63).

O ponto de partida para a alteração veio da União Soviética que apresentava a questão da descolonização como algo urgente e irremediável. Ao assumir a liderança do movimento de independência dos territórios, o líder Nikita Khrushchev esperava atrair o apoio dos países afro-asiáticos e assim, implementar, uma ampla reforma nas Nações Unidas. Após os questionamentos, o tema foi amplamente discutido na Assembleia Geral de 1960.

Influenciados pelo clima de Guerra Fria, as discussões foram acaloradas com trocas de acusações entre Estados Unidos e União Soviética, ambos buscavam o apoio dos países afro-asiáticos. Por essa razão, a proposta apresentada pelos soviéticos, deixava transparecer suas intenções de se infiltrar nos novos Estados. Para solucionar o impasse, os países afro-asiáticos apresentaram outro projeto de resolução. A proposta afro-asiática foi transformada na Resolução 1514 e aprovada pela Assembleia Geral por 89 votos favoráveis, nenhum contra e 09 abstenções⁴⁹ (SILVA, 1995).

A resolução 1514, aprovada em 14 de dezembro de 1960, é a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países e Povos Coloniais, ou simplesmente, a Declaração Anticolonial. Nela, a ONU demonstrava o seu apoio à descolonização, tratando todos os territórios da mesma forma e obrigando as potências coloniais a conceder à independência a eles. É o reconhecimento internacional à autodeterminação dos povos. Dessa maneira, a Declaração Anticolonial passou a guiar a política anticolonial internacional (TRINDADE, 2003).

Segundo Aurora Santos (2011, p. 65) “a declaração reconheceu que a subjugação dos povos à dominação e a exploração estrangeira constituía uma negação dos direitos fundamentais do homem e comprometia a paz e a cooperação mundiais”, de fato, a autodeterminação dos povos, com livre escolha de instrumentos políticos e culturais, é fruto desse reconhecimento. Autodeterminação passa a ser sinônimo de independência.

⁴⁹ Portugal e as demais potências coloniais se abstiveram de votar.

Após a aprovação da Declaração Anticolonial, uma dúvida surgiu. Quais potências deveriam informar à ONU sobre seus territórios não autônomos? Se a autodeterminação dos povos é um direito inerente dos territórios não autônomos, saber quais são eles significava detectar quais territórios deveriam ser independentes. Entretanto, isso não era tão simples, há anos que as metrópoles se negavam a prestar qualquer tipo de informação, em especial Portugal e Espanha, que negavam possuir colônias.

Existiam nas Nações Unidas múltiplas interpretações do conceito de território não autônomo, portanto, era necessário responder a esses questionamentos. Desde 1959, o comitê criado para esse fim, debruçava-se sobre essas questões. Em 15 de dezembro de 1960, o comitê apresentou um relatório sob a forma de resolução 1541, tendo sido aprovada por 69 votos a favor, 02 contra e 21 abstenções.

A resolução 1541 é o resultado do chamado “Relatório dos Seis”⁵⁰, nela são abordadas as orientações dos Estados membros com relação à obrigatoriedade de transmissão de informações previstas no artigo 73 da Carta. Na resolução constavam os princípios básicos que deveriam conduzir os Estados-membros na transmissão de informações sobre os territórios sob administração das metrópoles, bem como as opções de autonomia para os territórios: independência, livre associação ou integração num Estado independente. Na prática, todos os países colonizadores ficaram obrigados a informar à ONU todas as informações.

O relatório foi, claramente, direcionado para Portugal e Espanha. Os espanhóis cederam e sinalizaram a disposição de transmitir às informações solicitadas pelo Secretário-Geral. Entretanto, os portugueses mantiveram a mesma posição adotada anteriormente e reafirmaram que não se sentiam obrigados a transmitir informações, visto que o artigo 73 não impunha obrigatoriedade, deixando os Estados livres para fazê-lo ou não.

No mesmo dia, 15 de dezembro de 1960, outro relatório da IV Comissão foi aprovado na Assembleia Geral. Tratava-se da resolução 1542, aprovada por 68 votos a favor, 06 contra e 17 abstenções. Nela, eram enumerados os territórios não autônomos sob administração portuguesa⁵¹, cujas informações precisavam, obrigatoriamente, serem remetidas ao secretário-geral. Esses territórios eram: Arquipélago de Cabo Verde, Guiné Portuguesa, São Tomé e

⁵⁰ O Relatório dos Seis foi elaborado por Estados Unidos, Holanda, Reino Unido, Índia, Marrocos e México, sendo aprovado como anexo à resolução 1514.

⁵¹ Como a Espanha sinalizou colaborar com a IV Comissão, os territórios espanhóis foram retirados da resolução 1542.

Príncipe e dependências, São João Baptista de Ajudá, Angola (incluindo Cabinda), Moçambique, Goa e dependências, Macau e dependências e Timor e dependências (ONU, 1960).

As aprovações das resoluções na ONU tornaram a Instituição mais ativa diante da política de descolonização. Antes sob influência das metrópoles coloniais, as Nações Unidas passaram a conduzir as iniciativas nesse campo, dessa forma materializou-se a pressão internacional sobre Portugal (SANTOS, 2011).

2.4 GILBERTO FREYRE E O LUSO-TROPICALISMO

Ao Estado Novo Salazarista interessava manter, sob sua tutela, os territórios há séculos ocupados, todavia, era preciso novas práticas colonialistas que garantissem a continuação do Império. O cenário internacional marcado pela bipolaridade – americana e soviética – era marcado por tensões que em nada tranquilizavam a política colonial portuguesa. Assim sendo, Salazar e seus ideólogos buscaram uma alternativa aos polos. O líder português era ao mesmo tempo antiliberal e anticomunista, o que o deixava em uma situação complicada em um mundo polarizado (MENESES, 2011).

Em 1951, Portugal reformou a Constituição, transformando as colônias em províncias ultramarinas, mudando também o Estatuto que regia os territórios. No âmbito internacional, o Governo promoveu uma intensa propaganda para justificar e explicar que “do Minho ao Timor, passando pelas terras Africanas e chegando à Goa, tudo era um imenso Portugal” (COSTA PINTO, 2009, p. 147).

É nesse momento que a obra e o pensamento do sociólogo pernambucano Gilberto Freyre (1900-1987) tornam-se importantes meios de justificação da presença colonial. Os escritos de Freyre se converteram em uma das mais importantes literaturas sobre a colonização e a mestiçagem cultural entre brasileiros e lusitanos nos trópicos. Esses escritos foram fundamentais para estreitar as relações entre os dois países, principalmente, no processo de suavização da imagem do português conquistador e de Portugal como metrópole opressora (COSTA PINTO, 2009).

As obras de Freyre trazem em si um sentimento de harmonia entre os diferentes povos. A primeira obra de Freyre *Casa Grande & Senzala*, foi publicada em 1933, coincidentemente, mesmo ano da entrada em vigor da Constituição do Estado Novo, em Portugal. Essa obra-

prima abordou a mistura de costumes e culturas, ressaltando a contribuição do africano e do ameríndio na formação da identidade e da sociedade brasileira. Esta contribuição conferiu ao Brasil um papel de destaque e diferenciado entre as sociedades da América, pois foi a que se constituiu mais harmoniosamente quanto às relações de raça, dentro de um ambiente de interpenetração cultural (BOSI, 1992).

Essa interpenetração cultural tinha permitido aos colonizadores uma intensa adaptação aos trópicos, absorvendo os costumes africanos e indígenas. O português soube se ajustar ao mundo tropical. É nesse ponto que se encontram as raízes do luso-tropicalismo⁵². O próprio Freyre (2004, p. 65) afirma que “quando em 1532 se organizou econômica e civilmente a sociedade brasileira, já foi depois de um século inteiro de contato dos portugueses com os trópicos; demonstrada na Índia e na África sua aptidão para a vida tropical”.

Em 1940, Gilberto Freyre lançou *O mundo que o português criou*. Nessa obra, o sociólogo justificava o alargamento do conceito de luso-tropicalismo, afirmando que “Portugal, o Brasil, a África e a Índia Portuguesas, a Madeira, os Açores e Cabo Verde constituíam uma unidade de sentimentos e de cultura” (FREYRE, 1940, p. 42). Essa unidade só seria possível em virtude das raízes em comum: Portugal.

A cada nova obra lançada, Freyre ampliava a ideia de luso-tropicalismo para todo o Império Português, defendendo a presença lusitana nos territórios ocupados há séculos, argumentando que os portugueses possuíam uma “singular predisposição para a colonização híbrida e escravocrata dos trópicos, oriunda do seu passado étnico, ou antes, cultural, de povo indefinido entre a Europa e a África” (FREYRE, 2004, p. 66).

Esse carisma civilizatório era fruto das origens de Portugal e das suas inter-relações com outros povos, como se observa no fragmento a seguir:

Ao invadirem a Península, árabes, mouros, berberes e mulçumanos marcaram decisivamente o carácter português. [...] Os moçárabes, gente impregnada da cultura e mesclada do sangue do invasor [mouro], constituíram-se no fundo e no nervo da nacionalidade portuguesa (FREYRE, 2004, p. 285-286).

Ao final da década de 1940, Freyre proferiu uma série de conferências e palestras em Universidades americanas e europeias, apresentando o Brasil como um exemplo para o mundo em questão de tolerância religiosa, étnica e social. Suas palavras ecoavam fortemente,

⁵² Em *Casa Grande & Senzala* e *O mundo que o português criou* podem ser encontradas as ideias do luso-tropicalismo, todavia, Gilberto Freyre só usou o termo pela primeira vez na obra *Um brasileiro em terras portuguesas* (1953).

principalmente, no tocante a questão racial, tão enraizada nos Estados Unidos e na União Sul-Africana (DÁVILA, 2011b).

Durante as décadas de 1930 e 1940, as teorias de Freyre foram ignoradas pelo Estado Novo Português, devido, sobretudo, à importância que conferia à mestiçagem biológica e cultural, à herança árabe e africana na gênese do povo português e das sociedades criadas pela colonização lusa. Somente a partir da década de 1950, quando o debate sobre a descolonização começou a ganhar força, é que o regime Salazarista recebeu as teorias com mais entusiasmo (CASTELO, 1999).

A nova conjuntura internacional foi decisiva para a mudança de pensamento do Governo Português, que viu a necessidade de (re)afirmar a unidade nacional perante as pressões externas favoráveis à autodeterminação das colônias. Dessa forma, o regime salazarista adotou Gilberto Freyre como uma figura que “podia oferecer uma justificativa moderna e atraente, antirracista e envernizada com o linguajar das ciências sociais, para o seu antigo projeto colonial” (DÁVILA, 2011a, p. 27).

Em 1951, o Ministro do Ultramar, Manoel Sarmiento Rodrigues, convidou o sociólogo para viajar pelas colônias portuguesas na África e na Ásia. A viagem fazia parte das estratégias lusitanas de defesa intelectual do regime colonial. A partir do contato com as diversas realidades coloniais, Freyre aprimorou o conceito de luso-tropicalismo, mudando o tom dos seus escritos, passando da análise do passado sociocultural para o presente político (COSTA PINTO, 2009).

Em entrevista ao desembarcar da viagem à África, Freyre reafirma o caráter civilizatório dos portugueses, ao afirmar:

A impressão mais viva que trago é que o português continua a ser um povo criador, às realizações do passado, algumas monumentais, acrescenta uma vasta obra, moderna, nos trópicos: no Oriente e na África. Essa obra não faz má figura ao lado do que, como descendente e continuador do português, o brasileiro realiza na América. E a esses dois grandes esforços, o português propriamente dito e o brasileiro ou luso-brasileiro, anima um espírito comum caracterizado principalmente pelo sentimento e pela prática de uma, não direi perfeita, mas bastante avançada democracia étnica e social (FREYRE *apud* DÁVILA, 2011b, p. 141).

O prestígio do sociólogo acabou por ultrapassar os limites lusitanos, chegando à ONU. Em 1954, Freyre foi convidado pelo próprio secretário-geral, Dag Hammarskjold, para

apresentar um relatório sobre a problemática do *apartheid* na União Sul-Africana (atual África do Sul) e suas possíveis soluções.

O relatório apresentado por Freyre trazia uma diferenciação entre o conceito de civilização e o conceito de raça nos países latinos e nos países anglo-saxônicos. Segundo ele, o mundo anglo-saxônico não reconhecia uma separação entre civilização e raça, pois, acreditava-se que somente os brancos eram capazes de fazer a civilização evoluir. Entretanto, os países latinos – fruto dos países ibéricos – acreditavam que seria possível uma transferência de cultura de povos europeus a não-europeus. Nesse sentido, a miscigenação colaborava para haver uma diminuta discriminação racial. Para exemplificar seus argumentos, Freyre cita intelectuais brasileiros frutos de um país miscigenado, como: Tobias Barreto, Machado de Assis, Juliano Moreira e Teodoro Sampaio (DÁVILA, 2011).

Quanto às soluções para o *apartheid*, Freyre sugeriu que o melhor caminho para a convivência pacífica entre brancos e negros seria a mudança de hábitos e costumes, através de campanhas educativas, publicidade em jornais e revistas, e outros meios de comunicação, a fim de mudar a psicologia sul-africana. Descartando meios policiais. O relatório de Freyre teve especial destaque entre as autoridades portuguesas, já que no documento, o sociólogo fazia uma comparação entre a colonização portuguesa e as demais colonizações regidas por outros países (CASTELO, 2011).

No tocante às colônias portuguesas, Freyre declara:

Para muitos indígenas de territórios sob a autoridade portuguesa, essa condição é altamente satisfatória do ponto de vista psicológico, e dificilmente cairiam sob a influência de nacionalismos ou movimentos pan-africanistas que adotassem uma atitude agressivamente antiportuguesa ou antieuropeia (DÁVILA, 2011, p. 141).

Em 1955, o estudo do luso-tropicalismo chegou à universidade portuguesa⁵³. Primeiramente no Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU), posteriormente, expandindo-se para as demais Universidades. Ao introduzir os estudos “freyreanos” nas universidades, Salazar tinha como objetivo principal, formar uma elite intelectual e diplomática que estivesse em sintonia com o pensamento colonial. Soma-se a

⁵³ O professor Dr. Adriano Moreira introduziu o estudo do luso-tropicalismo no programa da sua disciplina de Política Ultramarina, do curso de Altos Estudos Ultramarinos do Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina (ISCSPU).

isso, o fato de muitos estudantes oriundos das províncias ultramarinas irem a Portugal para fazer cursos de Mestrado e Doutorado (COSTA PINTO, 2009).

O próprio Freyre se interessou pela introdução nos currículos universitários de uma ‘subciência’ intitulada “luso-tropicologia”, na qual seria estudada o modo de estar do português, sua capacidade de transformar e miscigenar no mundo tropical. Cada vez mais as obras de Freyre ganhavam um tom político. Dessa maneira, Portugal passou a patrocinar as obras de Gilberto Freyre, bem como estimulá-lo a percorrer o mundo lusitano em defesa da política colonial (CASTELO, 1999).

Em sua obra *Integração Portuguesa nos Trópicos (1958)*, Freyre afirma que a partir das Grandes Navegações, Portugal havia criado um novo tipo de colonização, baseada em uma simbiose na qual os elementos tropicais ajustaram-se as características natas do europeu. Assim sendo, a assimilação cultural dos povos colonizados pelos portugueses teria sido facilitada em virtude de sua vocação em colonizar os trópicos.

O que denominamos ‘civilização luso-tropical’ não é, biossocialmente considerada, senão isto: uma cultura e uma ordem social comuns à qual concorrem, pela interpenetração e acomodando-se a umas tantas uniformidades de comportamento do Europeu e do descendente e do continuado do Europeu nos trópicos - uniformidades fixadas pela experiência ou pela experimentação lusitana – homens e grupos de origens étnicas e de procedências culturais diversas. Vê-se assim que é um conceito, o sociológico, de civilização luso-tropical, de cultura e de ordem social luso-tropicais, que ultrapassa o apenas político ou retórico ou sentimental de ‘comunidade luso-brasileira’ [...] (FREYRE, 1960, p. 74).

Os escritos de um intelectual do peso de Gilberto Freyre foram logo incorporados pelo Estado Português em sua propaganda em defesa do ultramar, bem como em sua política externa. Nesse sentido, pouco interessava a sustentação científica das teorias freyreanas, importava sim, o prestígio que a figura do autor de *Casa Grande & Senzala* outorgava ao regime salazarista (COSTA PINTO, 2009).

José Gil (1955) analisa o discurso de Oliveira Salazar e ressalta a incorporação do conceito de luso-tropicalismo, destacando as narrativas de salvação. As exposições do líder português seguiam uma estrutura bem definida. Primeiro elencava a desordem e os problemas nacionais, posteriormente as soluções para a resolução dos problemas, e por fim, destacava o futuro promissor de Portugal. Dentro dessa perspectiva, o futuro da Nação dependeria dos sacrifícios que fossem feitos no presente, para resgatar os feitos do passado.

Dentro da ótica salazarista, o Império Português era a fronteira que bloqueava a expansão dos ideais soviéticos. Era a única defesa que a Europa cristã possuía para conter os avanços dos comunistas ateus. Dessa maneira, caracterizar o império como o último bastião cristão, de certa maneira, evocava as guerras religiosas do passado. Não por acaso, os grandes intelectuais do regime português, caracterizavam a colonização lusitana nos trópicos como cristocêntrica. Percebe-se isso, nas palavras do próprio Salazar:

A nossa ação ultramarina antecedeu de alguns séculos a revolução industrial, foram desde logo diferentes os objetivos: a par do fomento do comércio, orientamo-nos sempre, no contato com as populações locais, pelo ideal de igualdade do homem perante Deus e a lei, qualquer que fosse a sua raça, e pelo estabelecimento de laços de solidariedade humana que transcendiam o plano dos interesses materiais. [...] É aí que reside a diferença entre a ação ultramarina de Portugal e a dos outros países europeus que tiveram ou ainda têm colônias (SALAZAR, 1989, p. 245-246).

O luso-tropicalismo foi questionado desde o princípio, tanto pelos cientistas sociais quanto pelos movimentos de independência das colônias. A maioria dos críticos de Freyre converge na afirmação que suas obras carregavam em si um forte sentimento de afetividade e subjetividade, priorizando a ciência social qualitativa. Uma espécie de auto-antropologia da cultura nordestina-brasileira (LEITE, 1983; REIS, 2007).

Alberto da Costa e Silva (*apud* DÁVILA, 2011, p. 32) caracterizou Freyre como “um prisioneiro de seu sonho, que via um colonialismo português idealizado e não o colonialismo real, que dava ênfase ao que já estava deixando de existir no império português”. Freyre imaginava que as transformações ocorridas na África no século XX eram próximas das que ocorreram no Brasil no século XVII. Todavia, Costa e Silva contradiz esse pensamento ao afirmar que:

Freyre não viu a verdadeira natureza da miscigenação na África, um processo que pouco estava relacionado com os portugueses, e sim resultado de séculos de encontros dos africanos com árabes, persas e indianos em um oceano Índico de intensos intercâmbios comerciais e culturais (DÁVILA, 2011, p. 33).

De igual forma, Mário Pinto de Andrade, nacionalista angolano, utilizando o pseudônimo de Buanga Fele, argumenta que o luso-tropicalismo era um método de colonização, que as teses luso-tropicalistas da assimilação cultural e da integração, não eram

válidas para explicar a formação do Brasil, e muito menos as circunstâncias do colonialismo português na África (FELE, 1955).

O ideário luso-tropical, segundo Mário Pinto de Andrade, “eliminava a autonomia e a livre participação dos povos nativos”. De acordo com esse pensamento:

Que participação harmoniosa e cordial pode existir na África sob a dominação portuguesa, onde as culturas indígenas são destruídas sistematicamente por uma política feroz de assimilação? Os homens são destribalizados e populações inteiras reduzidas a trabalhos forçados (ANDRADE, 1980, p. 46-47).

De toda forma, as contribuições de Freyre são abrangentes e valiosas. É verdade também que o prestígio do sociólogo pernambucano se deu muito mais no âmbito internacional, do que nas academias brasileiras. A maioria das universidades do eixo Rio-São Paulo disparavam fortes críticas a Gilberto Freyre. Dessa maneira, Freyre precisava de Portugal para fechar suas teorias, e encontrou no pensamento colonial salazarista, terreno fértil para o desenvolvimento de suas ideias (COSTA PINTO, 2009).

CAPÍTULO 3

A POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE E OS NOVOS ARES DAS RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA PORTUGUESA.

*“Quanto à África, podemos dizer
que representa hoje uma nova dimensão
da política brasileira”.*

(Jânio Quadros, 1961)

O Governo do presidente Juscelino Kubitschek chegou ao fim trazendo consigo uma crise econômica que atingiu níveis preocupantes, como o aumento do custo de vida, inflação na casa dos 30%, dívida externa quase impagável, pressão do FMI, falta de investimentos estrangeiros, somados a isso, a descredibilidade da classe política (FRANCO *et al*, 2008). Por essa razão, a campanha presidencial de 1960 foi pautada por discursos de moralização econômica e combate à corrupção. O *jingle* janista dava o tom das críticas “varre, varre, varre, varre vassourinha! Varre, varre a bandalheira! Que o povo já tá cansado. De sofrer dessa maneira” (LOURENÇO, 2009, p. 208).

Do lado governista, apresentou-se como candidato o Ministro da Guerra, General Henrique Teixeira Lott, apoiado pela coligação PSD/PTB. A oposição, por sua vez, conseguiu reunir a maior parte das forças contrárias ao Governo em torno do governador de São Paulo, Jânio Quadros (PTN). Houve também a candidatura do também ex-governador de São Paulo, Adhemar de Barros (PSP), adversário histórico de Jânio Quadros.

A coligação oposicionista, formada por PTN/UDN/PDC e por outros pequenos partidos, viu na candidatura populista de Quadros a oportunidade de chegar ao poder. Usariam as mesmas armas do getulismo; apelo popular e o discurso de moralidade da vida pública. Durante a campanha, Jânio denunciou os apadrinhamentos políticos e a corrupção do Governo JK, afirmando que varreria tais práticas. Daí o símbolo da vassoura.

Em um discurso proferido no Rio de Janeiro, Jânio Quadros denunciou que práticas ilícitas eram cometidas nas esferas do Governo Kubitschek, no mesmo momento em que comprometeu-se com a moralidade administrativa:

Nunca me acusarão de tais leviandades à frente dos problemas nacionais. [...] Vocês fechariam as narinas se pudessem sentir o cheiro das autarquias convertidas em valhacoutos de malandros que levantam arranha-céus em nome dos trabalhadores brasileiros (SANTOS; MONTEIRO, s/d, p. 160-161).

O resultado da eleição já era esperado. Jânio Quadros foi eleito Presidente do Brasil com mais de cinco milhões de votos, maior votação até então. Para o cargo de vice-presidente foi eleito João Goulart, candidato governista. Assim sendo, os dois principais cargos⁵⁴ do país eram ocupados por pessoas de partidos, ideologias e pensamentos diferentes. Com a eleição de Quadros, a UDN conseguiu chegar ao poder, depois de 15 anos na oposição. Todavia, o presidente eleito não possuía maioria no Congresso, o que fatalmente levaria o país à crise em pouco tempo.

Em 31 de janeiro de 1961, Jânio Quadros assumiu a Presidência da República. Em seu discurso de posse, transmitido pelo rádio através da *Voz do Brasil*, Jânio agradeceu à votação obtida, ao mesmo tempo em que, expôs as condições econômicas que o Brasil se encontrava.

Elevado à Presidência da República por inequívoca determinação do povo brasileiro, não posso e não quero iniciar o exercício deste mandato sem o agradecimento a esse voto de esperança [...] O povo estará comigo e comigo governará. O povo será, a um tempo, a minha bússola e o meu destino. Investido na chefia do Executivo, julgo-me no dever de expor, para ciência de todos, o estado atual da República. É indispensável que se conheçam na extensão e no vulto da sua inteira realidade os problemas cujo deslindamento me compete. É necessário que se saiba o que me entregam e as reais condições do que me entregam. [...]

É terrível a situação financeira do Brasil. Nos últimos 5 anos, o meio circulante passou de 57 bilhões para 206 bilhões de cruzeiros. Faltam-me as cifras da aluvião de papel-moeda relativa ao primeiro mês deste ano. Não me causaria estranheza que a tabela complementar denunciasse fluxo ainda mais incontinenti. Desenhadas em centenas de milhares, ao estrangeiro devemos 3 bilhões e 802 milhões de dólares [...]

E a situação é tanto mais séria quando se sabe que somente durante o meu governo deverei saldar compromissos em moeda estrangeira no total de cerca de 2 bilhões de dólares. O déficit em potencial, para o exercício de 1961 - o primeiro do meu governo - é de 108 bilhões de cruzeiros [...] Os investimentos efetuados e os que estão em via de execução em Brasília montam a 72 bilhões e 600 milhões de cruzeiros. [...]

Sacrifícios serão inevitáveis, todos devemos consentir neles; senão, avançamos, futuro a dentro, conforme se sonhou com tão inocente ou malicioso ufanismo. Sacamos o futuro, contra o futuro, muito mais do que a imaginação ousa arriscar. O vencimento destes encargos bate às nossas portas. Vamos esquematizar a solução deles, honestamente, corajosamente,

⁵⁴ O sistema eleitoral do Brasil foi modificado pelo Decreto-Lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, o que possibilitou a candidatura em separado para os cargos do presidente e do vice-presidente. (Cf. NICOLAU, 2012).

certos de que não nos faltará a cooperação internacional [...] (BRASIL, 2009, p. 10-12).

As primeiras medidas do novo governo foram a instauração de inquéritos administrativos comandados pelos militares. Esses inquéritos tinham como intenção principal buscar possíveis transgressões do serviço público. Dessa forma, Quadros fazia menção ao seu *slogan* de campanha, varrer a sujeira da máquina estatal. O presidente tentava de todas as formas dissociar-se de JK. Uma dessas formas era os famosos “bilhetinhos”; pequenos recados que enviava para os seus ministros com instruções que deveriam ser cumpridas à risca (BRASIL, 2009).

A política econômica do Governo Jânio foi conservadora. O ministro da Fazenda, Clemente Mariani, adotou uma nova política cambial baseada, principalmente, na desvalorização da moeda nacional e na renegociação da dívida externa. Suas medidas visavam diminuir a inflação herdada de JK. O crescimento econômico impulsionado pelo Plano de Metas de JK trouxe consigo desigualdade econômica e pobreza. Na visão de Quadros “o desenvolvimento deveria continuar desde que acompanhado da valorização do homem” (CARDOSO, 1978, p. 287).

A meta era controlar os gastos públicos e restringir a expansão monetária, sem causar prejuízo ao desenvolvimento nacional. Todavia, a difícil relação de Jânio Quadros com o Congresso Nacional acabou por comprometer a política econômica, pois, frequentemente precisava conceder créditos a Estados e Municípios em troca de apoio político.

Os desafios do presidente Quadros eram grandes. Embalado por uma campanha populista, o presidente precisava do apoio dos parlamentares para destravar suas ambiciosas mudanças na estrutura estatal. Todavia, logo ao assumir a presidência, Jânio deixou claro que não possuía intenção de manter um diálogo com o Parlamento. Na famosa “crise da carta”⁵⁵, ocorrida em maio de 1961, os deputados oposicionistas rebateram ferozmente o presidente Quadros. As críticas feitas por Jânio ao seu vice, João Goulart, acabaram por ofender os

⁵⁵ Em uma das sindicâncias instaladas no SAPS (Serviço de Apoio à Previdência Social) e no IAPB (Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Bancários) mencionaram o nome do vice-presidente João Goulart como um dos envolvidos em irregularidades desses órgãos. Após várias tentativas de contato malsucedidas junto aos chefes dessas sindicâncias, Jango enviou uma carta ao presidente da República demandando a retirada do seu nome de tais relatórios, já que, segundo ele, não havia o porquê de o mesmo ali permanecer: não se mencionavam objetivamente no texto nem os crimes que, supostamente, ele teria cometido, e nem, muito menos, as suas respectivas provas. A resposta de Jânio a Goulart, responsável pelo início da crise, foi lacônica e ácida: “Restitua-se a carta ao vice-presidente da República, por não se encontrar vazada em termos próprios, além de não representar a verdade”. (Cf. VICTOR *apud* LOUREIRO, 2009, p. 207).

parlamentares, afinal, Jango também era Presidente do Congresso Nacional. Observa-se nas palavras do deputado Ary Pitombo (PTB-SE), o dissabor do Parlamento:

A meu ver, este incidente é apenas um detalhe do esquema do senhor Jânio Quadros para desmoralizar o Congresso Nacional. Essas comissões de inquérito fogem à sua finalidade. Nenhum de nós é contra a apuração de fatos escabrosos, mas o que estamos sentindo e vendo é que as comissões foram constituídas para atingir adversários políticos do Governo (...). Mas esteja certo, Sua Excelência, de que este Congresso não se submeterá aos seus arreganhos e estará de pé cumprindo seu dever. Antes cair de pé do que de quatro. O Congresso Nacional manter-se-á de pé frente ao Senhor Jânio Quadros (LOUREIRO, 2009, p. 193).

A moralização administrativa apregoada por Jânio Quadros se estendeu, também, para o cotidiano das pessoas. O discurso moralista defendido na campanha presidencial ganhou ares de “moralização dos usos e costumes” e foi aplicada, sobretudo, através da censura às revistas, da proibição de maiôs nos concursos de misses, das rinhas de galo e do lança-perfume no carnaval (CHAIA, 1991).

É importante salientar o descompasso vivenciado entre política externa e política interna. A PEI, enquanto política externa, traduzia-se como realista, não-alinhada ou subsidiária da política de outros países, era nacionalista na sua essência. No âmbito interno, a política janista era populista, conservadora, moralista e anti-comunista. (CERVO; BUENO, 2010).

3.1 POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

O maior legado do breve Governo Jânio Quadros, foi sem dúvida, a Política Externa Independente (PEI). Em um momento em que o mundo buscava uma nova alternativa a bipolaridade EUA/URSS, a Política Externa Brasileira tentava voar mais alto. As mudanças que se apresentavam nas Conferências de Bandung (1955) e de Belgrado (1961) exigiam uma liderança diante de um mundo emergente. O Brasil almejava esse papel de liderança dos países em franco crescimento (QUELER, 2014).

Desde 1822, o Brasil se relacionava, basicamente, com a Europa e os Estados Unidos. A OPA, iniciada no Governo Kubistchek, apesar de focada no âmbito hemisférico, sinalizou uma mudança do posicionamento diplomático brasileiro. No entanto, foi de fato, a PEI o “divisor de águas” do posicionamento da Política Externa Brasileira, iniciando uma fase mais

global e multilateral. A PEI ampliou a geografia da política externa, além de ressaltar as relações Norte-Sul (FRANCO *et al*, 2009).

No pensamento de Jânio Quadros e de Afonso Arinos (ARINOS FILHO, 2001, p. 156) a política exterior teria “um papel fundamental na busca pelo desenvolvimento do país, pela superação da pobreza e pelo alcance da justiça social, e que a diferenciação do mundo entre Norte e Sul era essencialmente econômica, mais que ideológica”. Assim sendo, era preciso expandir as relações diplomáticas e econômicas do país, para além dos mercados americanos e europeus.

A expansão que a PEI propunha passava, necessariamente, pelo questionamento da liderança dos Estados Unidos, introduzindo uma visão mais multinacional ao comércio brasileiro. Conforme relata José Luís Werneck da Silva:

(...) até este momento, o eixo Norte-Sul dominava as diretrizes que formulavam a nossa política externa, configurando-se uma dependência tão forte e exclusiva ao mundo Norte-Atlântico nas relações internacionais, que elas ficaram marcadas pelo traço da unilateralidade. Neste momento, extremamente polêmico e diversificado nas nuances conjunturais, começamos a praticar, no possível, a multilateralidade. Vislumbra-se a primeira oportunidade de horizontalizar (eixo Sul-Sul) ou de diagonalizar (eixo Sul-Leste) nossa política externa, mas isto sem negar totalmente a verticalização (eixo Norte-Sul). Com a horizontalização, passaríamos a valorizar mais as nossas relações com a América Latina e a África. (...) Ora, para que ocorra este reposicionamento nos sistemas interamericano e mundial, é preciso discutir à liderança dos EUA (SILVA, 1990, p. 31).

No cerne da diplomacia brasileira estava localizado o interesse no desenvolvimento nacional, uma vez que a economia estava mais pluralizada. Assim sendo, a política externa deveria estar sintonizada com essa nova perspectiva. A PEI elaborada por Jânio Quadros e Afonso Arinos, posteriormente aperfeiçoada por San Tiago Dantas, possuía cinco diretrizes fundamentais, a saber:

- 1º Expansão das exportações brasileiras para qualquer país, inclusive para os socialistas;
- 2º Formulação autônoma dos planos de desenvolvimento econômico e de encaminhamento da ajuda externa;
- 3º Coexistência pacífica, com uma política de paz e de desarmamento geral;
- 4º Defesa do direito internacional, da autodeterminação dos povos e a não-intervenção nos assuntos internos de outros países;
- 5º Apoio à emancipação completa de todos os territórios não-autônomos, independente da forma jurídica de dominação (VISENTINI, 1999, p. 145-146).

Dessa maneira, o Brasil deveria expandir as relações econômicas ao máximo, chegando, inclusive, aos países de influência soviética como a China e o Leste Europeu, bem como a própria União Soviética. A África também foi contemplada dentro da política externa janiista. Era a primeira vez que o Brasil se propunha a se relacionar com o continente africano como um todo. A “política externa aparece como um instrumento da política do desenvolvimento” (ARAÚJO, 1996, p. 262).

A mensagem que Jânio Quadros dirigiu ao Congresso Nacional em 1961, por ocasião da abertura do ano legislativo, deixava claro a posição que pretendia implementar na política externa do Brasil.

Não menos importantes, hoje em dia, do que os laços tradicionais que nos ligam à Europa, são os interesses, aspirações e pontos de contato entre o Brasil e os povos da África e da Ásia. Com todos eles, praticamente, estamos irmanados na luta pelo desenvolvimento econômico, pela defesa dos produtos de base, pela industrialização, pela incorporação à vida nacional de todas as camadas da população. [...] Não aceitamos qualquer forma ou modalidade de colonialismo ou imperialismo. Pode-se afirmar, com a sinceridade mais absoluta, que o Brasil se esforçará para que todos os povos coloniais, repetimos, todos, sem exceção, atinjam sua independência, no mais breve prazo possível, e nas condições que melhor facultem sua estabilidade e progresso. O princípio de autodeterminação, em suas aplicações, necessariamente envolve problemas específicos em cada situação. Não é possível confundir a pretensão de um povo à independência com a pretensão de um Estado a obter território alheio por motivos apenas de proximidade geográfica. [...] O nosso esforço em África, por mais intenso que venha a ser, não poderá senão constituir uma modesta retribuição, um pequeno pagamento da imensa dívida que o Brasil tem para com o povo africano. Essa razão, de ordem moral, justificaria por si só a importância que este Governo empresta à sua política de aproximação com a África. [...] Uma África próspera, estável, é condição essencial para a segurança e desenvolvimento do Brasil (BRASIL, 2009, p. 23-24).

Diferentemente de JK – que ao ser eleito presidente visitou os Estados Unidos e a Europa – Quadros preferiu visitar Cuba, Índia, Iugoslávia, Japão, União Soviética e a República Árabe Unida. Ao almejar uma política externa mais ampla, Quadros acabou se afastando das grandes nações europeias e dos Estados Unidos, mas também de Portugal. Em relação a este último, o alinhamento automático que o Brasil mantinha nos tempos de JK passou a ser menos intenso. A esse respeito, percebe-se nas palavras do diplomata San Tiago Dantas uma mudança de pensamento:

A posição anticolonialista sempre esteve implícita na conduta internacional do Brasil, por motivos éticos e econômicos. [...] Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações

tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não autônomos confinados à sua administração (DANTAS, 2011, p. 16).

Ao considerar que o apoio a Portugal era um “desvio de atitude”, a diplomacia brasileira buscava a ampliação da influência do Brasil, particularmente na África. A esse respeito, Jânio Quadros afirma:

O Brasil cometeu, por muitos anos, o erro de apoiar o colonialismo europeu nas Nações Unidas (...) Círculos mal informados, deslumbrados com os novos padrões de comportamento, contribuíram para um erro que deve ser atribuído mais a uma desconsideração pelos compromissos mais profundos de nosso país do que à má intenção política. Nosso relacionamento fraterno com Portugal desempenhou sua parte na complacência demonstrada pelo ministro das Relações Exteriores do Brasil nessa questão. Portanto, tudo indica a necessidade de uma mudança de posição com relação ao colonialismo [...] que a partir de agora irá encontrar uma oposição acirrada por parte do Brasil. Essa é nossa política, não apenas no que se refere à África, e muito menos por uma questão de solidariedade platônica, mas porque está de acordo com os interesses nacionais brasileiros (QUADROS, 1961, p. 25).

A PEI evocava o Brasil como um país promissor no cenário internacional, cuja expansão econômica passaria, necessariamente, pela África.

Creio que é precisamente na África que o Brasil pode prestar o melhor serviço aos conceitos da vida e dos métodos políticos ocidentais. Nosso país deve se tornar o elo, a ponte entre a África e o Ocidente, já que estamos tão intimamente ligados a ambos os povos [...], podemos dar às nações do continente negro um exemplo da ausência total de preconceito racial, junto com uma prova bem-sucedida de progresso, sem solapar os princípios de liberdade (QUADROS, 1961, p. 24).

Jânio Quadros defendia que o Brasil poderia servir de ponte entre os diversos povos, sobretudo, em virtude da sua invejável democracia racial, cuja tradição miscigenada havia transformado o país num local livre do racismo e do preconceito. As ideias de Gilberto Freyre continuavam vivas no pensamento político brasileiro. Diferentemente dos Estados Unidos, no Brasil havia uma harmonia racial. Prova disso era o fato da Lei Afonso Arinos⁵⁶ quase não ter sido aplicada, a não ser em casos envolvendo estrangeiros no país (DÁVILA, 2011).

⁵⁶ A Lei 1.390, de 03 de julho de 1951, popularmente conhecida como Lei Afonso Arinos, foi a primeira legislação brasileira contra o racismo. A lei tornava contravenção penal a discriminação racial, seja por raça ou cor. (Cf. MACIEL, 1984).

Essa visão de democracia racial era presente no âmbito governamental, como se pode observar nas palavras de Afonso Arinos ao tomar posse no Ministério das Relações Exteriores em 1961. De acordo com o Ministro, a democracia racial do Brasil estava associada:

Ao povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas [...]. Além disso, os processos de miscigenação com que a metrópole portuguesa nos plasmou facilitaram a nossa democracia racial, que, se não é perfeita, como desejaríamos, é, contudo, a mais avançada do mundo. Não temos preconceito contra as raças coloridas [...]; nem preconceitos contra os brancos (BRASIL, 1961, p. 11-12).

A PEI deu início às relações contemporâneas do Brasil com a África lançando uma política africana e tomando posição em favor do direito à autodeterminação dos povos coloniais, especialmente das colônias portuguesas, que iniciavam a luta armada. Dentro dessa perspectiva expansionista, Jânio abriu embaixadas em vários países africanos como: Costa do Marfim, Etiópia, Gana, Nigéria e Senegal, além de consulados. Vale destacar a abertura de representações diplomáticas nos países lusófonos, como Angola e Moçambique (VISENTINI; PEREIRA, 2008).

Jânio Quadros – através do Decreto nº 50.465/1961 – criou o Instituto Brasileiro de Estudos Afro-Asiáticos (IBEAA), órgão de estudos destinado a incrementar as relações do Brasil com o mundo afro-asiático. Os objetivos eram “estimular, desenvolver e difundir estudos culturais, sociais, políticos e econômicos relativos ao mundo afro-asiático, além de facilitar e incrementar as relações entre o Brasil e os países da África e da Ásia, além de estimular o intercâmbio de estudantes [...]” (BRASIL, 1961).

Apesar de formular uma política africana, a presidência de Quadros não conseguiu romper os “laços fraternos” que uniam o Brasil a Portugal. De acordo com Williams Gonçalves (1995, p. 284), múltiplos fatores dificultaram a mudança de postura com os lusitanos, dentre eles: “a atitude em favor do lusitanismo professada por intelectuais de expressiva projeção nacional, a ação de diplomatas pró-Portugal, o conservadorismo da grande imprensa nacional e a ação da comunidade de imigrantes portugueses”.

Ao defender a descolonização dos territórios não-autônomos, inclusive os territórios do ultramar português, o Governo Quadros passou a sofrer críticas de parte da imprensa brasileira bem como de diplomatas que não aceitavam uma mudança de posicionamento. A

esse respeito, Afonso Arinos escreve para o Ministro das Relações Exteriores, San Tiago Dantas:

[...] Penso que não devemos participar jamais de qualquer medida de acusação exagerada ou condenação injusta de Portugal, conforme tem sido aventado por representantes do radicalismo africano; entretanto, um recuo nosso na decisão de adotar a recomendação que propugne a aplicação da citada resolução da Assembleia Geral e do capítulo XI da Carta no sentido do preparo de Angola para a autodeterminação seria irremediavelmente desastrosa e destruiria de um golpe o prestígio político e a autoridade moral que conquistamos, não só nas áreas afro-asiáticas como nas democráticas e nas socialistas, além de provocar uma provável e violenta reação popular interna contra o governo. Sei que Vossa Excelência pensa exatamente como eu, mas não ignoro que existem entre nós forças de pressão que atuam sentimentalmente ou interesseiramente sobre certos jornais, defendendo algo que pode ser o interesse do governo português, mas nunca o do povo e o do governo do Brasil. Um recuo do Brasil em matéria do colonialismo africano, e particularmente no caso de Angola que é o teste de nossa sinceridade, comprometeria qualquer aspiração brasileira na ONU (ARINOS *apud* PENNA FILHO; LESSA, 2007, p. 12).

As críticas que o governo Quadros sofria eram fruto de sua excentricidade administrativa, da ferrenha oposição ao Congresso e do elevado custo de vida provocado pela reforma cambial que dificultava o crescimento econômico do país. Soma-se a esses fatos, a abertura da Política Externa Brasileira para países de influência soviética. A condecoração a Ernesto “Che” Guevara com a Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul, provocou a indignação dos setores civis e militares mais conservadores (CERVO; BUENO, 2010).

Os sete meses do Governo Quadros foram marcados pelas constantes trocas de acusações entre Executivo e Legislativo. Jânio planejava reformar o Estado, garantindo maiores poderes ao Presidente da República, porém não possuía apoio no Parlamento. A Política Externa Independente acabou por afastar Jânio do maior partido governista, a UDN. Segundo Moniz Bandeira (1989, p. 58), “Jânio colhia os frutos não desejados ao usar a política externa como instrumento a serviço da resolução de problemas internos”. As pautas internas, conservadoras e moralistas, contrastavam com as pautas externas – mais avançadas – o que agradava à esquerda e aos nacionalistas.

Em último ato populista, Jânio enviou João Goulart à China em missão diplomática. Em seguida, no dia 25 de agosto de 1961, encaminhou ao Congresso Nacional seu pedido de renúncia alegando a pressão de “forças terríveis”. Como se pode observar na carta-renúncia:

Fui vencido pela reação e assim deixo o governo. Nestes sete meses cumpri o meu dever. Tenho-o cumprido dia e noite, trabalhando infatigavelmente, sem prevenções, nem rancores. Mas baldaram-se os meus esforços para conduzir esta nação, que pelo caminho de sua verdadeira libertação política e econômica, a única que possibilitaria o progresso efetivo e a justiça social, a que tem direito o seu generoso povo. Desejei um Brasil para os brasileiros, afrontando, nesse sonho, a corrupção, a mentira e a covardia que subordinam os interesses gerais aos apetites e às ambições de grupos ou de indivíduos, inclusive do exterior. Sinto-me, porém, esmagado. Forças terríveis levantam-se contra mim e me intrigam ou infamam, até com a desculpa de colaboração (BRASIL, 2009, p. 33).

A estratégia de Jânio era bastante ousada, quase um golpe de Estado. O presidente buscava criar um clima de comoção nacional que forçasse os parlamentares e os militares a reconduzi-lo à presidência. Uma vez que o vice-presidente João Goulart era mais identificado com pautas de esquerda, o Parlamento recusaria a carta, dando maiores poderes a Jânio. O objetivo, entretanto, não foi alcançado. A população castigada pelas medidas econômicas não saiu às ruas e a renúncia foi aceita (QUELER, 2014).

Apesar do curto período na presidência da República, Jânio Quadros foi o responsável pelas mudanças na concepção e na prática da Política Externa Brasileira, “não somente no sentido da independência, como no da ampliação dos horizontes de visão” (RODRIGUES, 1982, p. 401). Jânio fugiu do senso comum, procurou conhecer e visitar países fora do eixo Estados Unidos-Europa, buscando uma visão globalizante mais condizente com a posição do Brasil como potência média. Nesse sentido, aproximar-se dos países afro-asiáticos era necessário, e o Brasil poderia ser o elo de união entre o mundo colonizado e o mundo das grandes potências mundiais (RODRIGUES, 1982).

Rubens Ricupero sintetiza a política externa de Jânio:

Nos breves oito meses de sua presidência, Jânio desenvolveu uma política externa intuitiva e inovadora, às vezes desnecessariamente provocadora como no episódio Guevara. Não se pode negar que antecipou muitos dos temas e posturas que iriam definir o futuro diplomático brasileiro. Além da atitude crítica em relação à política norte-americana de isolamento de Cuba, basta recordar a simpatia pela descolonização da África portuguesa, a preparação do reatamento com a URSS e a aproximação com a China [...] (RICUPERO *apud* DANESE, 2017, p. 394).

3.2 JANGO NO PLANALTO

A renúncia de Jânio Quadros provocou uma grave crise institucional no país. A Constituição de 1946 previa, em seu artigo 79, que em caso de vacância da Presidência da

República deveria suceder-lhe o Vice-Presidente da República. Na impossibilidade desse assumir, seriam chamados ao exercício da presidência, o Presidente da Câmara dos Deputados, o Vice-Presidente do Senado Federal e o Presidente do Supremo Tribunal Federal. (BRASIL, 1946).

O vice-presidente da República encontrava-se em viagem oficial à China. Assim sendo, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli assumiu interinamente a presidência. Jango deveria regressar ao país e assumir o poder. Todavia, os ministros militares aliados às forças antigetulistas se manifestaram contra a posse do vice-presidente João Goulart. O objetivo era impedir a entrada de Jango no país e convocar novas eleições presidenciais (KUHN, 2004).

O veto à posse de Jango estava associado ao temor das forças conservadoras do país, com apoio dos Estados Unidos, em ver na chefia do país um presidente mais identificado com causas trabalhistas. Vale destacar que João Goulart havia sido Ministro do Trabalho no segundo Governo de Getúlio Vargas e estava fortemente associado aos ideais getulistas. Segundo o ministro da Guerra a posse ou o impedimento de Goulart na presidência da República significava a escolha entre o comunismo e a democracia (FERREIRA, 1997).

Na visão dos ministros militares, a conduta de João Goulart à frente do Ministério do Trabalho e da Vice-Presidência da República havia deixado transparecer sua ideologia de esquerda, pois,

Suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações [...]. E não menos verdadeiro foi a ampla infiltração [...] de ativos e conhecidos agentes do comunismo. [...] Ainda há pouco, como representante oficial em viagem à URSS e à China comunista, torna clara e patente sua incontida admiração ao regime desses países (ÚLTIMA HORA, 1961, p. 02).

No Rio Grande do Sul, o governador Leonel Brizola – com o apoio do General José Machado Lopes, chefe do III Comando do Exército – liderou o movimento que visava garantir a posse de João Goulart. Para que a campanha obtivesse êxito, era necessário que outras partes do país aderissem à causa. Assim sendo, a estratégia traçada foi ocupar as rádios Guaíba e Farroupilha, iniciando assim o chamado “movimento pela legalidade”; no qual vários meios de comunicação foram utilizados para denunciar o golpe que estava sendo arquitetado (FRANCO, 2008).

A campanha passou a instigar jornalistas e profissionais da imprensa a não terem medo da censura, inclusive, incentivando-os a enviar reportagens para as rádios do movimento. Como se pode observar:

Se vossos artigos são censurados, se a censura ditatorial de alguns loucos e mal formados manda vossos artigos para a censura, se vossas penas sofrem por terem que escrever artigos sob medida, que convenham aos antidemocratas que procuram rasgar a constituição por meio do golpe - mandai vossos artigos para a Rede Nacional da Legalidade. Nós aqui os transmitiremos aos quatro cantos do país e podereis comprovar que no sul reina a mais completa liberdade de imprensa (FOLHA DA TARDE, 1961, p. 19).

A mobilização nacional rapidamente sensibilizou grande parte da sociedade brasileira que passou a pressionar o Congresso em favor da posse de Goulart. Segundo Jorge Ferreira (1997, p. 20), “lideranças políticas e sindicais, além de outros setores sociais, como a Igreja, estudantes, intelectuais, associações comerciais e profissionais, repudiaram a atitude dos ministros militares”. A rivalidade entre os grupos quase levou o país a uma guerra civil.

Os militares pressionavam o Congresso a votar o impedimento do vice-presidente, entretanto, os congressistas não aceitaram o golpe.

A solução encontrada pelo Congresso Nacional foi implantar o sistema parlamentarista no país, limitando os poderes do presidente da República e criando o cargo de Presidente do Conselho de Ministros (primeiro-ministro), assumido por Tancredo Neves. Com o clima favorável, a Emenda Constitucional nº 04 foi aprovada por 253 votos a favor e 55 votos contra. Em seu discurso a favor do parlamentarismo, o deputado José Maria Alkmin conclama para a solução do impasse:

Temos que procurar um regime de representantes do Congresso. Um regime flexível... Isso quer dizer, senhor presidente, um regime flexível que pode se legitimar pela consulta popular. Um regime que represente todas as correntes de pensamento. Se nós tivéssemos praticando-o, não estaríamos nesta casa agora procurando soluções... Que nos entreguemos de coração a nossa tarefa. A fim de que possamos dar ao Brasil um regime parlamentarista que seja segurança, que seja garantia, um estuário e que possa encerrar todas nossas dificuldades (BRASIL, 1961).

A fim de evitar um derramamento de sangue, João Goulart aceitou a solução aprovada pelo Parlamento e assumiu a Presidência da República em 07 de setembro de 1961. As primeiras medidas de Jango foram buscar apoio no Congresso, ampliando sua base política,

bem como angariar apoio popular. Dentre suas ações, destacam-se os reajustes salariais, a nacionalização de filiais estrangeiras, as reformas de base e a manutenção da Política Externa Independente iniciada por Jânio Quadros. Todavia, a cisão entre os militares perduraria durante todo o seu governo. O que fatalmente desembocaria em um Golpe Militar em 1964 (KUHN, 2004).

3.2.1 A Política Externa do Governo Jango

A Política Externa do Governo João Goulart assumiu um direcionamento diferente do seu antecessor. O perfil populista de Jânio Quadros deu lugar a um presidente com perfil tímido e com poderes limitados pelo sistema parlamentarista. As linhas mestras da política externa permaneceram as mesmas, todavia, no âmbito interno, Jango passaria quase todo o seu governo administrando os conflitos gerados pela desconfiança ideológica e pela ameaça de golpe. Dessa maneira, a política externa seria deixada aos cuidados dos chanceleres (DANESE, 2017).

De acordo com José Humberto Cruz:

O governo Jango já nasce sob o signo da suspeição ideológica. [...] Verifica-se aqui uma ilustração do conceito segundo o qual, em política, quem faz é tão importante quanto o que é feito. Assim é que, por exemplo, nos meses que se seguem à renúncia, intensifica-se a oposição ao reatamento de relações com a URSS, tornando-se decisão muito mais difícil do que seria nas mãos de Jânio (CRUZ, 1989, p. 71).

O Ministério das Relações Exteriores foi confiado ao diplomata Francisco Clemente de San Tiago Dantas, que deu continuidade a Política Externa Independente iniciada sob a chancelaria de Afonso Arinos. Em seu discurso de posse, San Tiago Dantas afirma:

No campo da política externa, a atitude do novo governo não pode deixar de exprimir a continuidade perfeita com aquilo que se vinha praticando, por meio desta Secretaria de Estado. Temos cada vez mais consciência do papel internacional reservado ao nosso país. Se, de um lado, a nossa política há de ser animada pelo objetivo nacional que perseguimos e há de ter como finalidade assegurar por todos os meios o nosso desenvolvimento econômico, o nosso progresso social e a estabilidade das instituições democráticas em nosso país, de outro lado cada vez estamos mais conscientes da nossa responsabilidade como protagonistas da vida internacional e sabemos que temos nossa contribuição a levar à causa da paz, a essa grande causa que é o pressuposto e a base de todas as outras e na quais todas as nações, grandes,

médias e pequenas, são igualmente responsáveis (LESSA; HOLLANDA, 2009, p. 107).

A ideia de um país democrático, protagonista no cenário internacional e defensor da descolonização permaneceu nas diretrizes do novo Governo; como se pode observar no Programa de Governo apresentado à Câmara dos Deputados pelo Presidente do Conselho de Ministro, Tancredo Neves:

O Brasil [solidariza-se] com os povos que aspiram à independência econômica e política. [...] A eliminação do colonialismo se tornou indispensável à preservação da paz. É dever dos Estados que administram territórios não autônomos prepara-los para a independência. [...] (LESSA; HOLLANDA, 2009, p. 101).

O Chanceler San Tiago Dantas também reafirma esse posicionamento:

Sabemos, por força mesmo das nossas convicções democráticas, que a democracia é um regime que só se instaura de maneira eficaz, duradoura válida quando procede do próprio sentimento e da própria vontade popular, quando não é o resultado de uma influência vinda de fora, mas o produto de uma evolução interna que tem como raiz o amadurecimento da vontade do povo. Por esse motivo, temos sido e continuaremos a ser os defensores infatigáveis do princípio de não-intervenção e da autodeterminação dos povos em todas aquelas circunstâncias e momentos em que eles devem ser aplicados (LESSA; HOLLANDA, 2009, p. 107-108).

O Brasil não ocuparia um lugar de destaque no cenário internacional sem o apoio dos países e dos territórios afro-asiáticos. Todavia, as mudanças constantes no comando do Itamaraty – fruto da inconsistência política do Governo Jango – impossibilitaram uma implementação mais sólida da política externa, bem como uma posição mais firme diante do colonialismo português (DANESE, 2017).

A atuação da diplomacia brasileira nos organismos internacionais, sobretudo na ONU, era contraditória. Os diplomatas brasileiros apresentavam o país como uma democracia racial, comprometida com a descolonização, uma potência média que era capaz de aproximar os países afro-asiáticos das grandes potências. Ao mesmo tempo, o Brasil não conseguia agir quando estavam em jogo os territórios portugueses. De acordo com José Honório Rodrigues (1982, p. 518) “[o Brasil] votava contra o *apartheid*, mas ligava-se a África do Sul no apoio a Portugal; abria as comunicações por ar e mar com a mesma República e incrementava suas exportações com ela”.

Na maioria das resoluções apresentadas nas Nações Unidas o Brasil votou a favor⁵⁷ de Portugal. Esses sucessivos apoios despertaram a preocupação dos diplomatas, como por exemplo, o embaixador Ciro Freitas Vale que afirmou que as posições brasileiras na ONU em benefício da causa portuguesa estariam afastando o país do compromisso com a descolonização (DÁVILA, 2011).

O diplomata foi enfático ao afirmar que:

Todos sabem, nas Nações Unidas, que 1) Portugal usa trabalho forçado em Angola, divide angolenses em cidadãos de primeira e segunda classe (assimilados e não assimilados) e pratica discriminação racial contra negros angolenses, que constituem 97% da população; 2) 99% da população é analfabeta; 3) Ocorrem em Angola violações dos direitos humanos e das liberdades individuais; 4) Que invocar o compromisso bilateral com Portugal para justificar o apoio brasileiro seria admitir que o Brasil se comprometeu a apoiar a política portuguesa, o que é desastroso para a nossa situação nas Nações Unidas; 5) Finalmente, que a abstenção do Brasil representaria sacrifício inútil de nosso prestígio (ARINOS FILHO, 2001, p. 204).

As delegações brasileiras tinham consciência de que o país precisava se afastar da influência portuguesa para poder ampliar os laços com a África. No entanto, “os apoios a Portugal dentro do Brasil eram muitos e diversos, indo desde a embaixada portuguesa, passando por organizações étnicas e culturais, parlamentares no Congresso até lusófilos dentro do Itamaraty” (DÁVILA, 2011, p. 142).

A PEI se mostrava contraditória; ao mesmo tempo em que defendia a descolonização dos territórios não-autônomos, possuía uma relação bastante íntima com Portugal. Em outro aspecto defendia a manutenção da paz e da coexistência pacífica dos povos, enquanto mantinha um intenso comércio com a África do Sul, cujo *apartheid* segregava brancos e negros (PENNA FILHO, 2008).

A PEI, apesar das contradições, foi a pioneira em pautar a temática africana na Política Externa Brasileira, promovendo uma abertura diplomática, enfatizando a descolonização como princípio para a promoção da paz e do desenvolvimento. A esse respeito, vale destacar o famoso discurso dos “três D’s” do embaixador João Augusto Araújo Castro durante a Assembleia Geral da ONU em 1963, no qual destacava a posição do Brasil a favor do desarmamento, da descolonização e do desenvolvimento (SILVA, 2007).

Segundo Araújo Castro:

⁵⁷ O apoio brasileiro se dava através de votos favoráveis a Portugal, bem como através de abstenções (Cf. DÁVILA, 2011).

Para o Brasil, a luta pela descolonização abrange todos os aspectos da luta secular pela liberdade e pelos direitos humanos. O Brasil é contra toda forma de colonialismo: político, econômico ou policial. Por esse motivo, o Brasil vê com extremo cuidado a emergência de formas sucedâneas do colonialismo político, formas já consagradas sob a expressão de neocolonialismo. Será assim de desejar que os mesmos órgãos das Nações Unidas que ora cuidam da descolonização dentro das Nações Unidas principiemos a voltar as suas vistas para esse novo fenômeno do mundo moderno (SIMONI, 2013, p. 282-283).

3.3 O ULTRAMAR PORTUGUÊS EM GUERRA

A presença portuguesa na África advinha do século XV – período em que os primeiros lusitanos chegam ao Arquipélago de Cabo Verde. Durante mais de 500 anos, a resistência dos povos nativos à colonização lusitana não obteve sucesso no enfrentamento aos colonizadores. Entretanto, ano após ano, Portugal dependia mais de suas possessões africanas, como afirma Isabel Castro Henriques:

Ao longo do século XX, a África foi progressivamente ocupando um lugar central na vida portuguesa: Portugal não só dependia economicamente das suas colônias africanas como estas desempenhavam um papel indispensável no equilíbrio global do sistema fascista vigente desde 1926. Daí que se tenha verificado, por parte dos grupos dominantes da sociedade portuguesa, a necessidade de construir e de consolidar um certo número de mitos relativos à presença portuguesa em África, destinados a explicar e a justificar as ações e a permanência lusa nessa região do mundo, particularmente a partir da década de 50, quando se inicia, em África, o processo das independências (HENRIQUES, 2004, p. 302).

A agitação vivenciada em Angola, no início do ano de 1961, foi influenciada, dentre outros fatores, pelo êxito das independências das ex-colônias belgas, britânicas e francesas na África, nos anos 1950 e 1960. Essas emancipações acabaram por “contagiar” os movimentos de libertação das colônias portuguesas, especialmente em Angola e Moçambique (RODRIGUES, 2016).

A eclosão do primeiro movimento armado na África Portuguesa foi o início de uma das fases mais dolorosas e sangrentas da história de Portugal, as chamadas Guerras Coloniais. A rebelião da maior e mais rica colônia portuguesa ameaçava de forma contundente a permanência lusa em terras africanas. Não sem razão, durante as últimas décadas, o Governo ditatorial de Salazar não havia concedido nenhum tipo de concessão ou reforma ao povo angolano (VISENTINI, 2012).

O levante em Angola fez Salazar demitir o Ministro da Defesa, assumindo ele próprio a função de condutor da repressão contra os denominados “terroristas”. A reação portuguesa ao levante armado foi o endurecimento militar, com a convocação das Forças Armadas Portuguesas (FAP), além de soldados africanos. De acordo com Pedro Correia (2000, p. 147) “de 1961 a 1973 foram recrutados aproximadamente 1 milhão de soldados para a guerra, entre portugueses e locais”.

A propaganda do Estado Novo procurava se beneficiar de todo tipo de ação e/ou fato que pudesse render algum benefício a Portugal. O simples fato de recrutar tropas africanas para o combate servia para a propaganda ideológica portuguesa afirmar que “Portugal desenvolvia uma política integracionista adequada a uma nação pluricontinental e plurirracial, reforçando o discurso legitimador da manutenção do domínio colonial” (RODRIGUES, 2016, p. 85).

Portugal era membro da OTAN desde sua fundação e, por isso, recebia dinheiro e armas dos Estados-membros, como Estados Unidos e Reino Unido. Apesar dos protestos da ONU e de organismos internacionais, o terror e a violência passariam a ser cometidos pelos dois lados do conflito.

Além de distúrbios urbanos (tentativa de invadir a prisão de Luanda), com mortos e feridos, foi no norte de Angola, na região cafeeira, que estouraram os primeiros ataques de guerrilheiros às fazendas aí localizadas. Os rebeldes se concentraram na área rural, partindo dos centros urbanos os contra ataques portugueses. A repressão foi extremamente violenta, atingindo aldeias e populações inteiras, com o emprego de napalm (LINHARES, 1986, p. 102).

Dentre os diversos grupos armados em Angola, três movimentos nacionalistas se destacaram na luta e na resistência armada contra Portugal: o Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA), a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA). Mesmo após a independência em 1975, esses grupos permaneceram lutando entre si, fato que resultou em uma guerra civil (SANTOS, 2011).

Os nacionalistas⁵⁸ contavam com apoio da maioria das nações africanas, principalmente, aquelas que haviam conseguido a independência recentemente, além dos

⁵⁸ Importante ressaltar que muitas lideranças dos movimentos nacionalistas estudaram em Universidades portuguesas, como por exemplo: Mário de Andrade, Amílcar Cabral, Viriato da Cruz, Francisco José Tenreiro, Agostinho Neto, Marcelino dos Santos e Eduardo Mondlan. (Cf. GUILLEN, 2007).

países latino-americanos e do bloco soviético. Foram os delegados africanos que levaram à ONU as reivindicações dos angolanos – posteriormente, das outras colônias – para o centro do debate. O principal argumento estava embasado na defesa do direito da autodeterminação dos povos contida na Carta das Nações Unidas, e, sobretudo, na resolução 1.514 aprovada em 1960. Portugal só podia contar com o apoio da Espanha, da França, do Reino Unido e do Brasil (DÁVILA, 2011).

A diplomacia brasileira, mais uma vez, foi contraditória. Mesmo quando o Brasil “ousava” votar contra Portugal, como na resolução nº 1.742 de 1962, o país dava demonstrações de ambiguidades. O apoio à resolução 1.742 significava que o Brasil apoiava o direito do povo angolano à autodeterminação e à independência. Todavia, a delegação brasileira se absteve de votar nas resoluções 1.807 e 1.808 que condenavam Portugal dentro dos artigos da Carta da ONU.

Em plena guerra em Angola, as Nações Unidas aprovaram a resolução 1.807; sem dúvida a mais enérgica das resoluções contra Portugal. Sua aprovação contou com 82 votos a favor, 07 contrários e 13 abstenções (incluindo o Brasil). A resolução foi direcionada a (1) Portugal, aos (2) Estados membros, a (3) Comissão de Descolonização e ao (4) Conselho de Segurança. O documento condenava Portugal por seus atos coloniais e exigia a tomada de medidas, tais como: a concessão de independência aos territórios não autônomos, bem como a retirada das tropas militares desses; anistia política e liberdade aos partidos políticos e a transferência de poder aos povos locais (SANTOS, 2011).

A resolução induzia os Estados-membros a pressionar o governo português, bem como evitar conceder ajuda financeira ou de outro tipo, a fim de diminuir a repressão colonial. A comissão de descolonização recomendava que os problemas dos territórios portugueses deveriam ser tratados como prioridade. Por fim, recomendava ao Conselho de Segurança que tomasse medidas mais sérias para obrigar o Estado Português a cumprir suas obrigações, caso não fossem seguidas as determinações das resoluções anteriores. (MENESES, 2011).

As ambiguidades diplomáticas do Brasil levaram políticos e diplomatas a lamentar a postura brasileira, temendo consequências para a Política Externa Independente:

Por mais respeitáveis que tenham sido os motivos levados em conta pelo presidente, considero lamentável a mudança de atitude no caso de Angola. O Brasil, para ser coerente com sua linha anticolonialista, no momento em que toda a África se levanta, num movimento histórico de independência, não poderia faltar ao povo de Angola. Considero mesmo, que a súbita posição neutralista poderá afetar o próprio prestígio da nova política que o governo,

com tantas esperanças, pretendia desenvolver [...] (ÚLTIMA HORA, 1960, p. 04).

O cronista Rubem Braga também se manifestou contra a indecisão brasileira:

Só um cego ou um fanático pode ignorar que chegou a hora da libertação da África. Contudo, até agora, a política exterior brasileira, nesse particular, tem sido irracional, movida por um sentimentalismo mal orientado de comentadores retrógrados (ARINOS FILHO, 2001, p. 200).

As oscilações da diplomacia brasileira estavam relacionadas às pressões que Portugal exercia sobre o Brasil, mas também, ao Tratado de Amizade de Consulta de 1953 que limitavam a atuação internacional do Itamaraty. O acadêmico Raimundo Magalhães Júnior analisa a atuação diplomática brasileira com Portugal e ressalta:

Tem sido invocado, ultimamente, um Tratado de Amizade e Consulta, que nos colocaria numas tantas obrigações incômodas para com Portugal. Quando se anuncia uma atitude do Governo brasileiro que discrepe da velha conduta filial do Itamaraty, onde há sempre gente de olho na embaixada em Lisboa e nas condecorações portuguesas, alguém grita: 'olhem o Tratado! Isto é contra o Tratado!'. Então, esse Tratado é um tratado antibrasileiro, isto é, um trambolho que nos impede de formular uma política própria, sem subordinação ao Palácio das Necessidades. Denuncie-se o Tratado em questão, se ele nos impede a autonomia, a liberdade de movimentos que se faz necessária para que o Itamaraty desenvolva a sua nova política (ARINOS FILHO, 2001, p. 199-200).

O Itamaraty buscou munir-se de informações a respeito de Angola. Para tal, enviou o embaixador Negrão de Lima para uma visita a Angola, da qual deveria observar as reais condições da colônia. Em seu relatório, remetido à presidência da República, o diplomata afirma:

Na realidade, Angola está preparada para a autonomia. Possui uma economia vigorosa, bons portos, algumas boas estradas, cidades excelentes, densidade demográfica. Existe, outrossim, uma consciência angolana, de que participam negros, mestiços e brancos, que se consideram frustrados em sua vocação política, mas que me pareceram capazes de tomar as responsabilidades do governo próprio. À vista do exposto, vem-me a impressão de que será impossível ao governo português conservar Angola como uma peça do seu sistema unitário. Ali se está forjando uma Nação.

A presença do nosso país em Angola é atualmente impressionante. É em nosso país que vão em parte beber doutrinas e buscar exemplos de líderes. [...] Cerca de 30 a 40% do estoque das livrarias é constituído por volumes brasileiros vendidos a preços exorbitantes. Nos quiosques de jornais, nossas revistas são disputadas, apesar de chegarem com meses de atraso. Na rádio domina nossa música. As elites mestiças, negras e brancas são mais

influenciadas pela cultura brasileira do que pela lusitana. [...] O problema de Angola muito nos interessa, pois depende do rumo dos acontecimentos a presença viva e atuante do Brasil na África atlântica. Urge que o governo português sinta que bastam as medidas militares para assegurar a paz na terra angolana. Impõe-se a democratização daquele território e a sua preparação, pela autonomia e federalização, para a completa independência futura. Creio, por isso, que antes de tomar qualquer atitude definitiva em tão grave assunto, o Brasil deveria estabelecer um diálogo amistoso com Portugal. As populações do centro e do sul de Angola, sem distinções de cor, manifestaram-me, através de seus líderes, a confiança e a esperança que depositaram no [Brasil][...] (LIMA, 1961, p. 17-20).

As preocupações com Angola perpassaram, também, o temor pela influência soviética no processo de emancipação. Ao ser questionado sobre a temática angolana, o Chanceler San Tiago Dantas afirmou que:

Jamais o Brasil olvidou os laços de solidariedade histórica que o unem a Portugal. Pelo contrário, o que tememos, ainda hoje, é que uma posição política demasiado rígida comprometa o papel que a cultura portuguesa pode representar na África a longo prazo, e tornar difícil, senão impossível, a transformação dos vínculos atuais e outros, de caráter comunitário, cuja preservação seria útil a todos os povos de língua portuguesa e manteria Angola e Moçambique no quadro cultural e político do Ocidente (DANTAS, 2011, p. 13).

Observa-se que a Política Externa Brasileira voltada para o Ultramar, sempre que buscou afastar-se da influência portuguesa acabou sofrendo represálias de grupos de interesse fortemente alinhados à Lisboa. Alberto da Costa e Silva elenca alguns desses grupos:

O principal problema para o Brasil nas relações com Portugal é impedir que nossa política externa seja orientada para favorecer a realização de projetos alheios. Certos grupos de pressão existentes no Brasil, orientados e financiados por Lisboa, pelo Secretariado Nacional da Informação, como entre outros menos evidentes, mas talvez mais poderosos, a Federação das Associações Portuguesas do Brasil, os jornais Voz de Portugal e Mundo Português, exercem um permanente esforço nesse sentido. Sua arma mais eficaz é a ideologia portuguesa que faz do parasitismo colonial uma missão civilizadora e do europeísmo a única forma aceitável de cultura (SILVA, 1962, p. 04-05).

As pressões contra Portugal vinham de todos os lados, sobretudo, dos organismos internacionais. Todavia, o regime salazarista encontrava apoio em antigos aliados, como por exemplo, o ex-presidente e senador Juscelino Kubitschek que, em viagem a Portugal, afirmou “Tenho para comigo que a política externa do Brasil só pode ser uma: aquela que melhor convier aos interesses de Portugal. Mesmo quando fui presidente da República, nunca fiz

distinção entre a política externa do Brasil e a política externa de Portugal” (ÚLTIMA HORA, 1963, p. 06).

Gilberto Freyre, por sua vez, também se manifestou a favor da causa portuguesa. Em 10 de junho de 1962, dia de Portugal e de Camões, Freyre discursou no Gabinete Real do Rio de Janeiro dando um tom político as suas palavras. Freyre lamentava a anexação de Goa pela Índia, alegando que os ataques à presença portuguesa na África eram provocados pela União Soviética. Defendia ainda que os apoiadores da independência de Angola apoiavam a expansão do comunismo no mundo e que o Brasil deveria apoiar Portugal, pois “as feridas portuguesas eram feridas brasileiras” (DÁVILA, 2011, p. 135-136).

Portugal também encontrava apoio dentro do Congresso Nacional brasileiro. Um dos mais entusiastas defensores do colonialismo era o Deputado Eurípedes Cardoso de Menezes, que comumente fazia longos discursos em defesa de Portugal. A Embaixada Portuguesa fornecia dados para os discursos do deputado que, posteriormente, eram publicados em revistas e jornais aliados (DÁVILA, 2011).

Certa vez o deputado Eurípedes Menezes afirmou:

Não haver nas províncias ultramarinas nem escravagismo nem discriminação racial e que toda propaganda contrária era fruto do colonialismo bolchevista, e que Portugal estava criando uma instituição, na base do amor, de uma sociedade local multirracial (DÁVILA, 2011, p. 139-140).

A guerra iniciada em Angola rapidamente se espalhou para Moçambique e para as demais colônias portuguesas. Em 1962 foi criada a FRELIMO, liderada pelo antropólogo Eduardo Mondlane, ex-funcionário das Nações Unidas. O movimento que havia iniciado a rebelião com pouco mais de 300 homens cresceu rapidamente. De igual forma, em Guiné-Bissau e em Cabo Verde, as autoridades portuguesas viram o crescimento do PAIGC na liderança de Amílcar Cabral, cuja reputação internacional acrescia apoio ao movimento (MENESES, 2011).

As guerras coloniais faziam parte de uma estratégia do Estado Novo. Portugal tinha consciência de que seu poderio militar e econômico era diminuto se comparado aos da França e do Reino Unido. Desse modo, o plano lusitano era ganhar tempo permitindo ao Estado Português atuar em três frentes de batalha, o que possibilitaria a permanência em terras africanas o máximo de tempo possível (MENESES, 2011).

A teimosia portuguesa custou-lhe muito. Além das vidas humanas ceifadas em campo de batalha, Portugal arcou com um desgaste financeiro, chegando a destinar mais de 50% de seu orçamento anual para a manutenção das forças armadas na África. Soma-se a isso, o desprestígio internacional que a causa colonial provocava. “Portugal para manter Angola, Moçambique e Guiné, não lutava apenas contras as três colônias, mas contra o Mundo” (MELLO, 1974, p.42).

As guerras coloniais duraram mais de 10 anos e provocaram a fragmentação da estrutura do Estado Português. Tanto as Forças Armadas quanto as finanças estavam completamente destruídas. Como afirma Maria Yedda Linhares:

Os movimentos de libertação, por seu lado, contavam com o apoio da opinião pública internacional, com a solidariedade africana e o suporte em material bélico de países simpatizantes da área socialista e dos escandinavos. Em 1973, os portugueses haviam perdido o domínio do espaço aéreo, em virtude dos mísseis de que os africanos dispunham, a partir dessa data. Nesse mesmo momento, Amílcar Cabral era assassinado em Conakri, uma grande perda para a nova África. A guerrilha se estendia em Angola com grande força de expansão e adesão popular. Em Moçambique, a luta armada alcançava Cabo Delgado e Niassa. Concomitantemente, Portugal faz uma última tentativa de apaziguamento, oferecendo algumas reformas constitucionais e maior autonomia aos territórios. Mas a Metrópole começava a sangrar. A crise do sistema colonial fez vir à tona a fragilidade do sistema político e social no qual Portugal se amparava (LINHARES, 1986, p. 104).

A saída de Salazar do Governo em 1968 e sua substituição por Marcelo Caetano não foram capazes de mudar o direcionamento da política colonial portuguesa. Caetano manteve as linhas traçadas por Salazar. As constantes baixas no Exército, o isolamento português no cenário internacional, o crescimento da oposição e o descontentamento da sociedade portuguesa aliados ao aumento da pobreza e da inflação foram fatores decisivos para a derrubada do regime salazarista através do movimento de 25 de abril de 1974, a chamada Revolução dos Cravos (GERALDES, 2011).

Em 25 de abril de 1974, o golpe de Estado do Movimento das Forças Armadas, levado a cabo por jovens oficiais, a maior parte dos quais haviam medido as verdadeiras dimensões do problema português em África, derrubava a ditadura salazarista e lançava a palavra de ordem: ‘Democracia no nosso país, descolonização em África’. Assim, era o povo português o primeiro a ser libertado em grande parte graças a luta heroica dos guerrilheiros africanos. O general Spínola, que durante algum tempo encarnava o processo para melhor o canalizar e depois refrear, tentou servir-se da sua posição de presidente da República para ‘limitar os estragos’ por meio de uma autonomia concedida. Em breve era ultrapassado e substituído. (KI-ZERBO, 1972, p. 280).

O caráter conservador das elites brasileiras impediu que a PEI obtivesse o êxito que inicialmente fora almejado em suas diretrizes, especialmente em relação ao mundo colonial. As ambiguidades da diplomacia brasileira acabaram servindo de combustível para os acirramentos dos ânimos na política interna e a consequente derrubada do Governo pelos militares.

As relações com Portugal e o processo de descolonização na África passaram a ser instrumentalizados e politizados ao limite pelas forças de desestabilização como provas, no âmbito da ação internacional do Brasil, de que o Governo Goulart caminhava no sentido da ruptura das tradicionais e mais significativas relações, abrindo caminho para algo não muito distante de uma vassalagem em relação ao mundo socialista (SANTOS, 2011, p. 154-155).

3.4 OS MILITARES NO PODER

A desconfiança dos Estados Unidos em relação ao Governo João Goulart estava presente desde a sua posse em 1961, mesmo sob o regime parlamentarista. O Departamento de Estado do presidente John Kennedy aplicava o “razoável benefício da dúvida” sobre Goulart (PARKER, 1977, p. 22-23). A dúvida em pouco tempo se transformou em desconfiança e atrito, deteriorando as relações bilaterais entre os países.

A PEI possuía como parte de seus objetivos a manutenção da paz mundial e a relação múltipla com os mais variados países. Assim sendo, o reatamento com a União Soviética visava à ampliação dos nossos mercados, bem como o diálogo com o outro *player* da Guerra Fria. San Tiago Dantas, em discurso proferido na Câmara dos Deputados, explica as razões para o reatamento:

O governo não foi levado a essa decisão [reatamento] por nenhum motivo de simpatia, nem mesmo de tolerância ideológica ou doutrinária, mas, sim, por considerações de ordem política e de ordem econômica, em que entram em linha de conta, única e exclusivamente, os interesses do nosso país. A paz não se manterá se o preço que tivermos de pagar por ela for o isolamento. Se as nações se recusarem ao diálogo, se os Estados modernos se fecharem uns aos outros, transformando suas dissidências em prevenções e idiosincrasias, o único resultado dessa atitude há de ser a exacerbação da intolerância e da incompreensão. E, no dia em que a intolerância estiver exacerbada até o ponto extremo, então, realmente, não restará ao mundo outro caminho senão o da guerra.

Também cedemos a uma outra motivação, que é a motivação econômica. De nada valem as cifras isoladas, de determinado momento, ou de determinada relação. A chancelaria brasileira se vem empenhando a fundo no estudo das perspectivas do nosso comércio, porque não existe, hoje, problema mais decisivo e mais dramático para o futuro da comunidade, à qual pertencemos,

do que este das projeções da nossa economia nos anos próximos, especialmente no período que se estende de 1961 a 1970, que será o grande período crítico do nosso desenvolvimento econômico, enquanto não pudermos contar com um grande e diversificado mercado interno (DANTAS, 2011, p. 71-73).

A restauração das relações diplomáticas com a União Soviética, em 1961, inflamou as críticas do Governo dos Estados Unidos, dos setores conservadores da sociedade brasileira, das Forças Armadas e da Igreja ao Governo Goulart. A pressão sobre o presidente obrigou o primeiro-ministro Tancredo Neves a emitir uma nota na qual afirmava que o reatamento “não nos desvinculava dos princípios democráticos e cristãos, nos quais foi moldada a nossa formação política” (DANTAS, 2011, p. 22).

A ideia de uma política externa mais livre da órbita americana colocava a diplomacia brasileira com atitudes independentes nos órgãos internacionais, o que desagradava a Washington. Por ocasião da Crise dos Mísseis em Cuba, o Brasil apoiou o embargo econômico americano, porém, rechaçou qualquer tipo de intervenção militar na ilha. O Brasil absteve-se na votação que excluiu Cuba da OEA, posição diferente adotada pelos Estados Unidos (CERVO; BUENO, 2010).

Na visão estadunidense, “o marxismo-leninismo era incompatível com o sistema democrático”, portanto, combater o comunismo era um ato de democracia (CERVO; BUENO, 2010, p. 356). A esse respeito, o diálogo de Goulart com comunistas e com integrantes da esquerda brasileira, através dos sindicatos e de associações operárias, despertava a desconfiança dos Estados Unidos. A nacionalização da filial da ITT (*International Telephone and Telegraph*), planejada por Leonel Brizola, dava indícios de que movimentos da esquerda brasileira estavam ganhando poder. A reação do Governo americano foi exigir uma pesada indenização pela perda da empresa, aumentando assim, as divergências entre os países (PARKER, 1977, p. 33-35).

Os Estados Unidos passaram a intervir na política interna do Brasil, patrocinando candidatos anticomunistas, principalmente no Nordeste; pressionando para a não indicação de San Tiago Dantas para o cargo de primeiro-ministro; influenciando na composição dos ministérios e dos cargos do alto escalão do Governo; além de aumentar a presença de cidadãos americanos em território brasileiro (BANDEIRA, 1989).

As reformas sociais prometidas por João Goulart desde a posse e iniciadas a partir de 1963, fizeram crescer as desconfianças do Governo americano. Em um grande comício em

frente à Central do Brasil em março de 1964, Goulart anunciou a construção de rodovias, ferrovias, além de um amplo projeto de reforma agrária e de nacionalização de empresas estrangeiras. Esses fatos, associados à desconfiança que as Forças Armadas sempre nutriram pelo Governo foram vitais para a derrubada do presidente através de um golpe de Estado (CERVO; BUENO, 2010).

O golpe de 1964 acabou por frear a PEI, redirecionando a diplomacia brasileira com um discurso anticomunista, alinhando-a novamente com os Estados Unidos no contexto da Guerra Fria e com a política colonial portuguesa. Inclusive, muitos seguidores que defendiam a independência da África portuguesa foram presos (FERREIRA, 2013). A esse respeito, José Honório Rodrigues afirma:

A contra-revolução de 1964 representou um regressismo na política externa, tal qual em todos os setores nacionais. De 1962 a 1964, o Brasil parecia avançar para uma solução anticolonialista, mas a partir da irrupção do generalismo voltou a apoiar o colonialismo português, muitas vezes ao lado da União Sul-Africana, da Espanha franquista e do próprio Portugal (RODRIGUES, 1982, p. 502).

Um dos primeiros atos do Governo Castello Branco foi o de “desmantelar o nacionalismo, o anticolonialismo, a visão globalista que constituíam a base da PEI” (DANTAS, p. 137). Amado Cervo considera “um passo fora da cadência” a desconstrução da política externa, segundo a qual era preciso “corrigir os rumos” diplomáticos, combatendo:

A política neutralista, que não servia a um país externamente ativo como o Brasil; contra o nacionalismo prejudicial, que afugentava o capital estrangeiro; contra a estatização, que obstruía sua penetração e o desenvolvimento da livre empresa; e contra a ruptura de laços afetivos e políticos com Portugal e o Ocidente, em nome do anticolonialismo (CERVO; BUENO, 2010, p. 369).

O novo presidente tinha por objetivo a “implantação de uma política externa fundamentada na independência do Brasil, no respeito à autodeterminação das nações democráticas e na preservação das alianças históricas com a América Latina” (OLIVEIRA, 1976, p. 75). A “correção dos rumos” foi autodenominada “diplomacia da interdependência”, na qual aceitava a liderança dos Estados Unidos sobre a América Latina (SOUZA, 2013). Castello Branco definiu essa política da seguinte forma:

No presente contexto de uma confrontação de poder bipolar, com radical divórcio político-ideológico entre os dois respectivos centros, a preservação

da independência pressupõe a aceitação de um certo grau de interdependência, quer no campo militar, quer no econômico, quer no político. Nenhum país, seja no mundo ocidental, seja no soviético, poderá defender-se sozinho contra um ou outro dos centros de poder. A defesa tem que ser necessariamente associativa. Do mesmo modo, no campo econômico, o reconhecimento da interdependência é inevitável, não só no comércio, mas, sobretudo, no tocante a investimentos. A independência é, portanto, um valor terminal. Instrumentalmente, é necessário reconhecer um certo grau de interdependência, sem contudo ser levado ao ponto de cercear contatos comerciais e financeiros com países de diferentes sistemas políticos e econômicos. No caso brasileiro, a política externa não pode esquecer que fizemos uma opção básica, da qual decorre uma fidelidade cultural e política ao sistema democrático ocidental [...] (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 12-13).

Em relação à política externa com Portugal, Castello Branco afirmou ser:

[...] inevitável a ocorrência de guerras de liberação, enquanto persistir o sistema colonial [...] Entretanto, nossa política anticolonial se defronta com o problema dos laços afetivos e políticos que nos unem a Portugal. Talvez a solução residisse na formação gradual de uma Comunidade Afro-Luso-Brasileira, em que a presença brasileira fortificasse economicamente o sistema. Qualquer política realista de descolonização não pode desconhecer nem o problema específico de Portugal, nem os perigos de um desengajamento prematuro do Ocidente (CASTELLO BRANCO, 1968, p. 18-19).

O pensamento do novo Chanceler, Vasco Leitão da Cunha, também estava em sintonia com o que era defendido pelos militares, na qual a política externa em relação a Portugal desenvolvida no Governo Goulart estava equivocada, “era exagerada, era muito hostil aos que se consideravam nossos amigos, não devíamos afligir o aflito” (CUNHA, 1994, p. 231). Sendo assim, os laços históricos e culturais com Portugal deveriam ser renovados.

Dentro dessa perspectiva, a ideia da criação da Comunidade Afro-Luso-Brasileira ressurgiu como uma forma de resolver o problema colonial concedendo, de forma gradual, autonomia aos territórios portugueses na África. Nas palavras de Afonso Arinos “nossa amizade com Portugal não deve interferir com nossos interesses e responsabilidades. Leiamos Camões, mas pratiquemos Antônio Vieira que escreveu uma ‘História do Futuro’” (MAGALHÃES, 1999, p. 107).

Em busca do apoio irrestrito do Brasil, o Governo Português cogitou a ampliação do Tratado de Amizade e Consulta, dessa vez englobando todos os territórios portugueses que haviam ficado de fora do Acordo. A ideia era mostrar ao Brasil as vantagens que o acesso ao Ultramar poderia proporcionar à economia e à política brasileira. Entretanto, o apoio

incondicional à causa portuguesa foi negado. Tristão de Athayde escreveu a esse respeito “devemos respeitar o direito que tem Portugal de se opor à independência de suas colônias. Mas daí a ligarmos nosso destino político a esse colonialismo, que temos também o direito de considerar agonizante, vai um abismo que não devemos de modo algum transpor” (MAGALHÃES, 1999, p. 109).

Juracy Magalhães chegou a declarar que “tudo o que era bom para os Estados Unidos era bom para o Brasil”, estendendo depois para Portugal o seu pensamento “tudo o que acontece de bom para Portugal é recebido com imenso agrado pelo Brasil” (DÁVILA, 2011, p. 52). Era a retomada do alinhamento com os Estados Unidos e com a política colonial portuguesa.

Assim sendo, a política africana do presidente Castello Branco estava embasada no tripé: combate ao comunismo, apoio ao colonialismo português e ao regime sul-africano (VISENTINI, 1998). Todavia, a Política Externa dos governos militares que sucederam Castello Branco buscou, dentro de um pragmatismo, desenvolver uma relação com Portugal que abarcasse as áreas econômica e tecnológica, anteriormente restrita à questão colonial. (CERVO, BUENO, 2010).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presença portuguesa na África remonta ao século XV, porém, somente após a Conferência de Berlim (1884-1885), o Império colonial ganhou novas feições de colonização, no chamado neocolonialismo. À época da partilha da África, Portugal encontrava-se fragilizado economicamente e as crises políticas eram uma constante. Apesar dos recursos escassos para investimentos, era grande o peso das colônias – localizadas na África e na Ásia – para a economia portuguesa. Daí a crescente preocupação com a possibilidade de perdê-las.

As sucessivas crises políticas e econômicas foram as responsáveis pela derrubada do rei Dom Manuel II e a instalação da República. Entretanto, as crises continuaram e provocaram a troca de sucessivos governos. A chegada do professor António de Oliveira Salazar ao Governo, em meio a uma crise econômica, impulsionou a presença portuguesa na África. O salazarismo continuou a política africana de exploração dos recursos naturais e humanos, através das concessões às empresas estrangeiras.

Por outro lado, o Brasil – desde o fim do tráfico negreiro em 1850 – não mantinha uma proximidade com a África. Ao Brasil interessava, até o início da década de 1960, a aproximação com a América – com destaque para os Estados Unidos – e com a Europa. Somente após a Segunda Guerra Mundial, a temática africana começou a ser inserida na Política Externa Brasileira, mesmo assim, de forma tímida e pontual.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as potências europeias detentoras de territórios, começaram a negociar com os grupos separatistas as condições para uma emancipação. Esse diálogo, todavia, não ocorreu com as colônias portuguesas. Portugal intensificou a sua presença nos territórios, aumentando a exploração dos recursos e incentivando a migração para as colônias.

Os debates sobre a descolonização ganharam maiores repercussões nas Nações Unidas, sobretudo, após a Conferência de Bandung, na qual vários países que haviam passado pela experiência colonial mobilizaram a opinião pública e os organismos internacionais a cerca da problemática das populações dos territórios não autônomos. Portugal passou a ser pressionado sobre sua política colonial, sendo alvo de constantes críticas, a partir das quais o país se viu obrigado a buscar aliados que pudessem defender a causa colonial.

Dentro das alianças, o apoio do Brasil era estratégico. O apoio de uma ex-colônia que possuía uma grande população, uma boa reputação internacional e que era líder no Atlântico

Sul, soava como uma importante oportunidade para os planos internacionais de Portugal. Os laços históricos e culturais entre Brasil e Portugal foram utilizados para a assinatura do Tratado de Amizade e Consulta em 1953, através do qual os países precisavam se consultar sempre que fossem se manifestar em matéria de política internacional. Entretanto, o Tratado bloqueou o acesso do Brasil às colônias portuguesas na África.

O Tratado foi fruto das intensas negociações entre as diplomacias dos dois países, que alegavam a fraternidade bilateral existente. Com a investida diplomática, Portugal cooptou o Brasil em sua órbita. Com a atuação internacional limitada pelos artigos do Tratado de Amizade e Consulta, a política africana do Itamaraty foi contraditória. Ao mesmo tempo, o Brasil defendia a igualdade racial e a descolonização, mas também declarava apoio à política colonial portuguesa e mantinha boas relações com a África do Sul, dominadas pelo regime do *apartheid*. Ao defender a igualdade racial, o Itamaraty fazia menção à democracia racial de Gilberto Freyre, na qual a miscigenação entre portugueses, africanos e ameríndios foram os responsáveis pela criação de um país sem racismo, sem violência entre povos e plena convivência pacífica entre as diferentes etnias.

Foi Gilberto Freyre o responsável pela suavização da figura do colonizador português. A teoria luso-tropicalista ressaltava a capacidade lusitana de colonizar os trópicos, atribuindo esse carisma às relações entre os diversos povos que habitavam a Península Ibérica. O salazarismo apropriou-se da teoria freyreana em sua propaganda colonial. O próprio Freyre serviu de “embaixador” do regime, constantemente fazendo visitas as colônias, além de promover palestras na qual defendia a colonização lusitana.

A política africana do Brasil teve seu auge no Governo JK. O Brasil apoiou os interesses portugueses nas Nações Unidas, dando “fundamentação teórica” através de Freyre e votando a favor da política colonial portuguesa nas Assembleias Gerais. Os diplomatas brasileiros, em sua maioria, eram favoráveis a uma política amistosa com Portugal. É importante destacar as vozes dissonantes, com destaque para José Honório Rodrigues e Álvaro Lins. Este último foi o responsável pelo caso mais emblemático de discordância entre os dois países, o caso Delgado. Na qual Álvaro Lins concedeu asilo político ao general Humberto Delgado, candidato derrotado nas eleições portuguesas de 1958.

A Operação Pan-Americana, lançada por JK, tinha como objetivo uma maior integração da América Latina ao cenário internacional. Temia-se que o subdesenvolvimento e a miséria, favorecessem a entrada das ideias socialistas no continente. Muitas críticas foram

dirigidas à OPA, justamente, pelos poucos resultados obtidos. As ideias da OPA só foram retomadas com o lançamento da Aliança para o Progresso em 1961, pelo presidente John Kennedy.

A Política Externa do Governo Jânio Quadros, nomeada de Política Externa Independente, buscou ampliar as relações comerciais do Brasil com o máximo de países, independentemente de ideologia. A mesma PEI defendia o direito a autodeterminação dos povos, bem como à emancipação completa de todos os territórios não autônomos. Esses dois últimos pontos atingiam o nervo central da relação do Brasil com Portugal, a independência das colônias. Apesar de mostrar-se favorável à descolonização, o Governo Jânio não conseguiu desvincular-se de Portugal.

Por sua vez, a PEI do Governo João Goulart sofreu com a troca constante de titulares na pasta do Ministério das Relações Exteriores, fruto da instabilidade política do país. Diferentemente de seu antecessor, Jango governou grande parte de seu mandato sob o parlamentarismo, solução encontrada para a sua posse. A cisão entre o Governo e os militares, fatalmente, desembocou no Golpe Militar de 1964.

No início da pesquisa levantou-se o questionamento acerca da possível relação dos agentes internos e sua influência no direcionamento da Política Externa Brasileira para com a África portuguesa, sobretudo, na manutenção do apoio à política colonial do regime Salazarista. A cada página escrita, a cada interpretação de uma nova obra, essas influências iam sendo reveladas. O Governo Português contou com uma ampla rede de apoiadores que iam desde a numerosa comunidade lusitana no Brasil, passava pela maioria dos meios de comunicação, por grande parte dos intelectuais e chegava a um grande número de parlamentares e diplomatas.

Ao longo dos capítulos pode-se perceber que essas influências acabaram por bloquear, de certa forma, a política brasileira para a África. Não obstante, a política africana evoluiu aos longos do período analisado. Se no início da década de 1950 o Brasil quase não possuía contato diplomático com as colônias portuguesas, a década de 1960 se apresentou mais receptiva à causa africana, inclusive, com aberturas de embaixadas. Todavia, os laços que o Brasil possuía com Portugal acabaram sendo mais fortes do que as relações com a África. Embora tenha havido tentativas de aproximação, elas acabaram sendo minimizadas pela influência desses atores domésticos.

Diante disso, a pesquisa visou contribuir para a ampliação de horizontes e desbravamento de novos caminhos que se mostravam encobertos. A partir disso, novas inquietações surgiram, despontando novas possibilidades de pesquisa. A influência de Gilberto Freyre e da teoria luso-tropicalista no polimento da imagem civilizadora do português; a audácia de Álvaro Lins ao enfrentar os Governos de Brasil e de Portugal na concessão do asilo ao general Delgado; o pioneirismo de Jânio Quadros na ampliação das relações exteriores do Brasil com países de influência soviética; a fixação de Salazar em permanecer com as colônias portuguesas, apesar das críticas internacionais; as votações do Brasil nas Assembleias da ONU e nas Comissões, em uma clara demonstração de apoio à política colonialista portuguesa. Essas são algumas possibilidades de pesquisa que poderão ser aprofundadas, futuramente, em um Doutorado.

As limitações orçamentárias e geográficas impediram que uma pesquisa às fontes originais fosse empregada. Inúmeras cartas, ofícios, telegramas, relatórios, memorandos mantidos nos Arquivos da Fundação Getúlio Vargas, na Torre do Tombo, no Itamaraty e em tantos outros centros de pesquisa espalhados pelo Brasil, Portugal e África deixaram de ser pesquisados, ou foram pesquisados parcialmente. Apesar das dificuldades, buscou-se extrair o máximo de informações das fontes disponíveis. Caminhos foram abertos, novos tempos virão, outros interesses surgirão, mas o interesse na ampliação da pesquisa permanecerá.

Conclui-se com os versos do grande poeta lusitano, Luís de Camões:

“Mudam-se os Tempos, Mudam-se as Vontades”.

Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades,

Muda-se o ser, muda-se a confiança;

Todo o mundo é composto de mudança,

Tomando sempre novas qualidades.

Continuamente vemos novidades,

Diferentes em tudo da esperança;

Do mal ficam as mágoas na lembrança,

E do bem, se algum houve, as saudades.

O tempo cobre o chão de verde manto,

Que já coberto foi de neve fria,

E enfim converte em choro o doce canto.

*E, afora este mudar-se cada dia,
Outra mudança faz de mor espanto:
Que não se muda já como soía.*

Luís Vaz de Camões
(Sonetos)

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, J. A. Guilhon (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930- 1990): crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura – Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da USP, vol. 1,1996.

ALMEIDA FILHO, A. J. **A pesquisa histórica: teoria, metodologia e historiografia**. Hist enferm Rev eletrônica [Internet]. 2016; 7(2): 381-2.

ALTEMANI, H. **Política externa brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ANDRADE, M. O mito luso-tropical. IstoÉ, 19 de março de 1980, p.46-47.

ANHEMBI. São Paulo, v. 13, n. 38, jan. 1954, p.293-294.

ARAÚJO, B. J. A política externa no governo de Jânio Quadros. *In*: ALBUQUERQUE, J. A. G. (Org.). **Sessenta anos de política externa brasileira (1930- 1990): crescimento, modernização e política externa**. São Paulo: Cultura, 1996.

ARAÚJO, B.; RODRIGUEZ, R. A instabilidade Política na Primeira República Brasileira. **Revista Estudos Filosóficos**, São João Del Rei, v. 3, p. 129-141, 2009.

ARENAL. C. **Introducción a las relaciones internacionales**. Madrid: Tecnos, 1990.

ARINOS FILHO, A. **Diplomacia independente: um legado de Afonso Arinos**. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

BANDEIRA, M. **Brasil-Estados Unidos: a rivalidade emergente**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.

BARRACLOUGH, G. **Introdução à História Contemporânea**. 3. ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.

BISSIO, B. Bandung, não alinhados e mídia: o papel da revista “cadernos do terceiro mundo” no diálogo sul-sul. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, Porto Alegre, v. 4, n. 8, p. 21-42, jul./dez. 2015.

BITELLI, J. G. A política brasileira para a África e a descolonização dos territórios portugueses. *In*: DANESE, S. F. (org.). **Ensaio de história diplomática do Brasil**. Brasília: FUNAG, 1989.

BOJUNGA, C. **JK: o artista do impossível**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BOSI, A. **A dialética da colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRASIL. Constituição de 1946. Brasília: Casa Civil. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao46.htm Acesso 12 mar. 2020.

_____. **Operação Pan-Americana**. 7 vol., Rio de Janeiro: Serviço de Documentação da presidência da República, 1958a.

_____. **Relatório do Ministério das Relações Exteriores**. Rio de Janeiro, MRE/Seção de Publicação do Serviço de Documentação, 1958b.

_____. **Brasil-Portugal**. Documentário da visita oficial ao Brasil do General Francisco Higinio Craveiro Lopes, Presidente da República Portuguesa (5-25 de junho de 1957). Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1960a.

_____. Ministério das Relações Exteriores. **Relatório**. Rio de Janeiro, Seção de Publicações da Divisão de Documentação do Ministério das Relações Exteriores, 1960b.

_____. Decreto n. 50.465, de 14 de abril de 1961. Diário Oficial da União, poder Executivo, Brasília/DF, 14 abr.1961 Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1950-1969/D50465.htm. Acesso em 30 dez. 2019.

_____. **Presidente (1961):** Discursos selecionados do Presidente Jânio Quadros. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

_____. **Discursos**. Brasília: FUNAG, 1961. Disponível em <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/141-afonso-arinos-de-melo-franco> Acesso em 25 fev. 2020.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Tradução Sérgio Bath. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

CAMBESES JÚNIOR, M. **A primeira travessia aérea do Atlântico Sul**. Lisboa: INCAER, 2008.

CANABARRO, I. S. **Teoria e métodos da história I**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2008.

CARDOSO, L. A.; SANTOS, J. M. Estado Novo Português e Estado Novo Brasileiro: afinidades e divergências nas relações com o patrimônio arquitetônico (Décadas de 1930 e 1940). *In: Encontro ArquiMemória sobre preservação do patrimônio edificado*, 4. 2013, Salvador: IAB, 2013. Disponível em https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/20221/1/Acta_Estado-Novo_VersaoFinal.pdf

CARDOSO, M. L. **Ideologia do desenvolvimento. Brasil: JK-JQ**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CASTELO, C. **O modo português de estar no mundo: o luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa: 1933-1961**. Porto: Edições Afrontamento, 1999.

CASTELO, C. Uma incursão no luso-tropicalismo de Gilberto Freyre. *In: Blogue de História Lusófona*. Ano VI. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, p. 261-280, 2011.

CASTELLO BRANCO, H. A. Discurso no Itamaraty em 31/07/64. *In: Discursos. A política externa da Revolução Brasileira*. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, Seção de Publicações, 1968.

CASTRO, Z.; SILVA, J.; SARMENTO, C. **Tratados do Atlântico Sul Portugal-Brasil, 1825-2000**. Lisboa: Europress Ltda, 2006. (Coleção Biblioteca Diplomática do MNE; Série A Ministério dos Negócios Estrangeiros).

CERVO, A. L.; MAGALHÃES, J. C. **Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil, 1808-2000**. Brasília: EdUnB, 2000.

CERVO, A. L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2010.

CHAIA, V. **A liderança política de Jânio Quadros (1947-1990)**. São Paulo: Humanidades, 1991.

CORREIA, P. P. A participação local no desenvolvimento das campanhas. O recrutamento africano. *In: MOREIRA, A. (Org.). Estudos sobre as Campanhas de África (1961-1974)*. São Pedro do Estoril: Edições Atena e Instituto de Altos Estudos Militares, 2000.

CORREIO DA MANHA. Rio de Janeiro, sábado, nº 20.664, 60º ano, 06 de agosto, 1960, p. 07.

COSTA E SILVA, A. Subsídios para a comissão de planejamento político. *In: LIMA, F. N. Subsídios para a comissão de planejamento político*. Lisboa: Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Caixa 059, 1962-1964, Ofícios, Confidencial, n. 22, 09 jan. 1962.

_____. **O Brasil, a África e o Atlântico no século XIX**. São Paulo: Estudos avançados, vol. 8, n. 21, maio/ago. 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141994000200003 Acesso em 01 mar. 2020.

COSTA PINTO, J. A. **Gilberto Freyre e o luso-tropicalismo como ideologia do colonialismo português (1951-1974)**. Revista UFG, ano XI, n. 6, p. 145-160, jun. 2009.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRUZ, M. B. **O Partido e o Estado no Salazarismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1988.

CRUZ, J. H. B. Aspectos da evolução da diplomacia brasileira no período da política externa independente (1961-1964). In: VÁRIOS – Ensaio de história diplomática do Brasil. Introdução de Rubens Ricupero. Brasília: FUNAG/IPRI (Cadernos do IPRI, v. 2), 1989.

CUNHA, V. L. **Diplomacia em alto-mar: Depoimento ao CPDOC**. Rio de Janeiro: FGV, 1994.

CUNHA, A. P. **Humberto Delgado: nos bastidores de uma campanha**. Porto: Edições Afrontamento, 2014.

DANESE, S. **Diplomacia presidencial : história e crítica**. 2ª. ed. Brasília: FUNAG, 2017.

DANTAS, S. T. **Política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

D'ARAÚJO, M. C. **Getúlio Vargas**. 2. ed. Brasília: Edições Câmara, 2017. (Série perfis parlamentares; n. 72).

DÁVILA, J. **Hotel Trópico: O Brasil e o desafio da descolonização africana, 1950-1980**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

_____. Entre dois mundos: Gilberto Freyre, a ONU e o apartheid sul-africano. **História Social**, Campinas, n. 19, p. 135-148, 2011. Disponível em <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/rhs/article/view/319>. Acesso em: 30 jan. 2020.

DELGADO, L. **Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956- 1964)**. In: FERREIRA, J.; REIS FILHO, D.. Nacionalismo e reformismo radical (1945-1964). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

DIEGUES, A. C. S. **Povos e Mares: uma retrospectiva de sócio-anthropologia marítima**. São Paulo: CEMAR, 1993.

DOMINGUES, Á. (Sub)úrbios e (sub)urbanos - o mal-estar da periferia ou a mistificação dos conceitos?. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 10/11, 1994.

EMMERIJ, L.; JOLLY, R.; WEISS, T. G. **UN ideas that changed the world**. Bloomington: Indiana University Press, 2009.

FAUSTO, B. **A Revolução de 1930: História e historiografia**. São Paulo: Brasiliense, 1970.

FELE, B. [Mário Pinto de Andrade]. Qu'est-ce que c'est le luso tropicalism? *Presence Africaine*, Paris, n.º 4 (Out.-Nov.), p. 24-35, 1955.

FERREIRA, A. S. As eleições no Estado Novo: as eleições presidenciais de 1949 e 1958. **Revista da Faculdade de Letras**, Porto, v. 7, p. 197-212, 2006.

FERREIRA, W. Revisitando a África na Política Externa Brasileira: distanciamento e aproximações da “Independência” à “década de 1980”. **Universitas Relações Internacionais**, Brasília, v. 11, n. 1, p. 57-71, jan./jun. 2013.

FOLHA DA TARDE. Porto Alegre, 04-09-61, 2ª edição, p. 19.

FONTOURA, J. N. **Por uma política luso-brasileira**. Lisboa: Portugal Ilustrado, 1957.

FRANCO, A. C (Org.). **Documentos de política externa independente**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

FREYRE, G. **O mundo que o português criou**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1940.

_____. **Integração Portuguesa nos Trópicos**. Lisboa: Ministério do Ultramar / Junta de Investigações do Ultramar, 1958.

_____. **Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal**. 49. ed. São Paulo: Global, 2004.

FUNAG. **Cadernos do CHDD**. Ano 14, n. 26, 2015.

GERALDES, B. S. C. **Guerra Colonial e Romance: perscrutando o repúdio do mito estado-novista da África Portuguesa**. 2011. 131 f. Dissertação (Mestrado em Estudos

Didáticos, Culturais, Linguísticos e Literários). Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2011.

GIL, J. **Salazar: A retórica da invisibilidade**. Lisboa: Relógio d'Água Editores, 1995.

GOMES, Â. C. **A República, a história e o IHGB**. Belo Horizonte: Argvmentvm, 2009.

GONÇALVES, W. **O realismo da fraternidade: As relações Brasil-Portugal no governo Kubitschek**. 1995. 295 f. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

_____. As relações luso-brasileiras nos anos 1950. **Tensões Mundiais**. Fortaleza, v. 5, n. 8, p. 265-290, 2009.

GUILLEN, A. R. M. **A descolonização da África e o luso-tropicalismo: repercussões no Brasil e em Portugal**. 2007. 154 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.

HENRIQUES, I. C. **Os pilares da diferença: Relações Portugal-África (Séculos XV-XX)**. Casal de Cambra: Caleidoscópio, 2004.

HOBBSAWM, E. J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE. **Brasil - 500 anos de povoamento**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

INDONÉSIA. The Ministry of Foreign affairs of the Republic of Indonesia. **Asia-Africa speak from Bandung**. Djakarta: 1955, p. 161-169.

JORGE, N. **História da África e relações com o Brasil**. Brasília: FUNAG, 2018.

KEOHANE, R.; NYE, J. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little Brown, 1977.

KI-ZERBO, J. **História da África Negra**. Lisboa: Publicações Europa-América, 1972.

KUBITSCHKEK, J. **Diário de Notícias**. Lisboa, p. 05, 23 jan. 1956.

LAFER, H. **Ao povo português**. Diário de Notícias, Lisboa, p. 1, 3 ago. 1960.

KUHN, D. **Brizola da legalidade ao exílio**. Porto Alegre: RBS Publicações, 2004.

LEÃO XIII. **Carta Encíclica Rerum Novarum**: Sobre a condição dos operários. São Paulo: Loyola, 1991.

LESSA, A. C. Há cinquenta anos a Operação Pan-Americana. Brasília: **Revista Brasileira Política Internacional**, v. 51, n. 2, jul./dez. 2008.

LESSA, R; HOLLANDA; C. B. (Org.). **Coletânea de textos sobre política externa – San Tiago Dantas**. Brasília: fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

LIMA, F. N. **Relatório sobre viagem a Angola**. Lisboa, 20 jun. 1961. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 059, 1961. Ofícios, Confidencial, n. 226.

LIMA, S. E. M.; ALMEIDA, P. R.; FARIAS, R. S. **Oswaldo Aranha**: um estadista brasileiro. Brasília: FUNAG, 2017.

LINHARES, M. Y. **A luta contra a metrópole (Ásia e África: 1945-1975)**. Brasiliense, 1986.

LINS, Á. Remete relatório do secretário Jorge Paes de Carvalho, observador brasileiro à 1ª sessão da C.E.A. Lisboa, 20 mar. 1959. Arquivo Histórico do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Caixa 003, 1958-1959 (L-W). Ofícios secretos, n. 94, p. 1-12.

_____. **Missão em Portugal**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

LOFF, M. **O nosso século será Fascista**: O mundo visto por Franco e Salazar (1936-1945). Porto: Campo das Letras, 2008.

LOPES, H. F. Salazarismo: autoritarismo ou fascismo? A união nacional em perspectiva organizacional e comparativa. **Observatório Político**, Lisboa, n. 76, p. 1-19, nov. 2017. Disponível em: http://www.observatoriopolitico.pt/wp-content/uploads/2017/11/WP_76_HL.pdf. Acesso em: 30 jun. 2019.

LOUREIRO, F. P. Varrendo a democracia: considerações sobre as relações políticas entre Jânio Quadros e o Congresso Nacional. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 29, n. 57, p. 187-208, 2009.

LOURENÇO, L. C. **Jingles Políticos: estratégia, cultura e memória nas eleições brasileiras**. São Paulo: Revista Aurora, v. 04, 2009.

MACIEL, M. **Democracia Racial e Lei Afonso Arinos**. Brasília: Senado Federal, 1984.

MACHADO, M. S. **Para uma comunidade Luso-Brasileira**. Lisboa: Sociedade de Geografia, 1973.

MAGALHÃES, J. C. **Portugal e as Nações Unidas – a questão colonial (1955-1974)**. Lisboa: IEEI, 1996.

_____. **Breve História das Relações Diplomáticas entre Brasil e Portugal**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

MAO JÚNIOR, J. R. **A Revolução Cubana e a Questão Nacional (1868-1963)**. São Paulo: Ed. do Autor, 2007.

MARQUES, A. H. O. **História de Portugal**: desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 3. ed. Lisboa: Palas, 1986.

MATOS, L. S. A Primeira República Portuguesa entre a instituição Estado e a Ordem povo. **História Constitucional**, Madri, n. 13, p. 611-634, 2012.

MARTINS, H. **Classe, status e poder**. Lisboa: I.C.S, 1998.

MARTUSCELLI, T. Intelectuais portugueses e brasileiros: tópicos para uma discussão de hibridismo cultural. **Navegações**. Porto Alegre, v. 9, n. 2, p. 191-197, jul./dez. 2016.

MEDEIROS, K. Prelúdio, Declínio e Reestruturação da Cooperação Sul-sul: Do não-alinhamento terceiro-mundista à multipolaridade dos BRICS (1955-2015). *In*: Encontro ABRI, 6., 2017, Belo Horizonte. **Anais [...]**. Belo Horizonte: PUC Minas, 2017.

MEDINA, J. A democracia frágil: a Primeira República portuguesa (1910- 1926). *In*: MIRANDA, J. **As constituições portuguesas**: de 1822 ao texto actual da Constituição. 2. ed. Lisboa: Livraria Petrony, 1984.

MELLO, A. **Portugal e as Colônias da África**. Brasília: Senado Federal, 1974.

MENESES, F. R. **Salazar**: biografia definitiva. São Paulo: Leya, 2011.

MILANI, C; PINHEIRO, L. Política Externa Brasileira: Os Desafios de sua Caracterização como Política Pública. **Contexto Internacional**. Rio de Janeiro, vol. 35, n. 1, janeiro/junho 2013, p. 11-41.

MILZA, P. Política interna e externa. *In*: RÉMOND, R. (Org.). **Por uma história política**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2003.

MOITA, L. Elementos para um balanço da descolonização portuguesa. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n. 15/16/17, maio. 1985. Disponível em: https://www.ces.uc.pt/publicacoes/rccs/artigos/15%20-%2016%20-%2017/_Luis%20Mota%20-%20Elementos%20para%20um%20Balanco%20da%20Descolonizacao%20Portuguesa.pdf. Acesso em: 01 fev. 2020.

MOURA, G. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil/FGV, 1990.

NICOLAU, J. **Eleições no Brasil: do Império aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

OLIVEIRA, E. R. **As forças armadas: política e ideologia no Brasil (1964-1969)**. Petrópolis: Vozes, 1976.

OLIVEIRA, S. L. **A apoteose das encenações da fraternidade luso-brasileira: a participação do Brasil nas comemorações do centenário de morte do Infante D. Henrique em 1960**. In: BRASA XII, Londres, 2014.

ONU. **Carta das Nações Unidas**. 1945. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2017/11/A-Carta-das-Na%C3%A7%C3%B5es-Unidas.pdf>. Acesso em: 24 jan. 2020.

PANDOLFI, D. **Repensando o Estado Novo**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.

PARKER, P. R. 1964: o papel dos Estados Unidos no golpe de Estado em 31 de março. 2a. ed. Tradução de Carlos Nayfeld. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

PENNA FILHO, P.; LESSA, A. C. O Itamaraty e a África: as origens da política africana do Brasil. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 39, p. 57-81, jan./jun. 2007.

PENNA FILHO, P. **O Brasil e a África do Sul: O arco Atlântico da Política Externa Brasileira (1918-2000)**. Porto Alegre: FUNAG/MRE, 2008.

_____. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. **Revista Esboços**, Santa Catarina, v. 15, n. 20, 2008.

_____. **A evolução da política africana do Brasil contemporâneo**. Anais do II Encontro Memorial “Nossas Letras na História da Educação”, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, 2009.

PINHEIRO, L. **Política Externa Brasileira: 1889-2002**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

PINHO, V. M. F. **A oposição nas eleições presidenciais portuguesas de 1958: protagonistas, estratégias e balanço**. 2013. 161f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas Universidade da Beira Interior, Covilhã, 2013.

PIRES, A. P. As letras de uma revolução: a implantação da república em Portugal a 5 de outubro de 1910. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 30, n. 61, p. 331-354, maio./ago. 2017.

PORTA, D.; KEATING, M. **“How many approaches in the social sciences? An epistemological introduction**. In: Donatella Della Porta e Michael Keating (Orgs.), *Approaches and Methodologies in the Social Sciences: a pluralist perspective*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

PORTUGAL. Boletim Geral do Ultramar, nº 422-423, 36º ano, 1960.

QUELER, J. J. Jânio Quadros, o pai dos pobres Tradição e paternalismo na projeção do líder (1959-1960). **Revista Brasileira Ciências Sociais**, v. 29, n. 84, fev. 2014.

RAMPINELLI, W. J. As contribuições de Juscelino Kubitschek e Gilberto Freyre ao colonialismo português. **Projeto História**, São Paulo, n. 36, p. 123-143, jun. 2008a.

_____. A política internacional de JK e suas relações perigosas com o colonialismo português. UFSC: **Revista Esboços**, v. 15, n. 20, 2008b.

REIS, J. C. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. Rio de Janeiro: FGV, 2007.

RIBEIRO, M. C. N. O. **O debate em torno do projeto de constituição do Estado Novo na imprensa de Lisboa e Porto (1932-1933)**. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova, jul. 1990.

RIBEIRO, M. M. T. **Rituais e Cerimônias**. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, 1993.

RODRIGUES, J. H. **Brasil e África: outro horizonte**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1982.

RODRIGUES, F. O modo luso-tropical de fazer ver a guerra. **Revista Brasileira de História da Mídia** (RBHM), v. 5, n. 1, jan.- jun./2016.

ROSA, F. D. **Humberto Delgado**: biografia do general sem medo. Lisboa: A esfera dos livros, 2015.

ROSAS, F. Saber durar (1926-1949). *In*: MATTOSO, J. (Dir.). **História de Portugal: o Estado Novo (1926-1974)**. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994.

SALAZAR, A. O. **O pensamento de Salazar sobre o Tratado Luso-brasileiro de Amizade e Consulta**. Lisboa: Secretariado Nacional de Informação, 1954.

_____. **A posição portuguesa em face da Europa, da América e da África**. Lisboa, 1959.

_____. **Pensamento e doutrina política**: Textos antológicos. Lisboa: Verbo, 1989.

SALOMÓN, M; PINHEIRO, L. **Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos**. *In*. Revista Brasileira de Política Internacional, vol. 56 (1): p. 40-59, 2013.

SANTOS, A. A. **A ONU e as Resoluções da Assembleia Geral de dezembro de 1960**. Lisboa: **Relações internacionais**, n. 30, p. 61- 69, 2011.

_____. Os Debates da Organização das Nações Unidas sobre a Questão Colonial Portuguesa e o Desenvolvimento da Ideia de Autodeterminação (1961-1975). *In*: **Cadernos de Estudos Africanos** [Online], 35 | 2018. Disponível em: <<http://journals.openedition.org/cea/2505>> Acesso em 01 fev. 2020.

SANTOS, L. C. M. **As relações Brasil-Portugal**: do tratado de amizade e consulta ao processo de descolonização lusa na África (1953-1975). 2011. 324 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade de Brasília, Brasília, 2011.

SANTOS, P.; AMORIM, P. As relações Portugal-Brasil na primeira metade do século XX (1919-1945). *In*: SOUSA, F.; SANTOS, P.; AMORIM, P. (Org.). **As relações Portugal-Brasil no século XX**. Porto: CEPES, 2000.

SANTOS, V.; MONTEIRO, L. **Diário de uma campanha**. São Paulo: Livraria Exposição do Livro.

SARAIVA, J. F. S. A Política Brasileira Para a África. *Humanidades*: Brasília/DF, v. 22, n.13, p. 86-91, 1987.

SARAIVA, J. H. **História concisa de Portugal**. Lisboa: Europa-América, 1995.

SCHIAVON, C. **O término da Primeira República Portuguesa e as raízes do 28 de maio: o Estado Novo à vista**. Rio Grande, *Historiæ*, 2 (3): 229-241, 2011.

SILVA, J. L. W. **A outra face da moeda: a política externa do Brasil monárquico**. Rio de Janeiro: Univerta, 1990.

SILVA, A. M. **A política externa de JK: Operação Pan-americana**. Rio de Janeiro: CPDOC, 1992.

SILVA, A. E. D. **O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)**. In: *Análise Social*. Lisboa. Vol. XXX, nº 130, 1995, pp. 5-50.

SILVA, M. M. **A independência de Angola**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

SINHA, A. **Goa Indica – a Critical Portrait of Postcolonial Goa**. Nova Delhi: Bibliophile South Asia / Promilla & Co. Publishers, 2002.

SIMONI, M. Y. **Entre ocidental e universal: democracia de raças e singularidade do Brasil no discurso diplomático brasileiro**. Colección Escuela Diplomática , v. 19, p. 267-287, 2013.

SOARES, J. C. B. **Sem medo da diplomacia**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

TELO, A. J. **A obra financeira de Salazar: a ditadura financeira como caminho para a unidade política (1928-1932)**. Lisboa. *Análise Social*, vol. XXIX (128), pp. 779-800, 1994.

TRINDADE, A. A. C. **Direito das Organizações Internacionais**. 3. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

TRIVIÑOS, A. N. S. Três enfoques na pesquisa em ciências sociais: o positivismo, a fenomenologia e o marxismo. In: _____. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**. São Paulo: Atlas, 1987. p. 31-79.

ÚLTIMA HORA. Rio de Janeiro, 01 abr. 1961, p. 04

_____. Rio de Janeiro, 31 ago. 1961, p. 02

_____. Rio de Janeiro, 12 jan. 1963, p. 06

VISENTINI, P. F. **O Nacionalismo Desenvolvimentista e a PEI, 1951-1964**. In *Revista Brasileira de Política Internacional*, ano 37, nº 1, 1994.

_____. **A política externa do regime militar brasileiro.** Porto Alegre: UFRGS, 1998.

_____. **A África na Política Internacional:** o sistema interafricano e sua inserção mundial. Curitiba: Juruá Editora, 2012.

VISENTINI, P. F.; PEREIRA, A. D. **A política africana do governo Lula.** UFRGS: NERINT, 2008.

WHEELER, D. L. A Primeira República Portuguesa e a história. **Análise Social**, Lisboa, v. 14, n. 56, p. 865-872, 1978.

ANEXO

TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA (1953)

DECRETO LEGISLATIVO nº 59/1954.

Aprova o Tratado de Amizade e Consulta firmado no Rio de Janeiro, entre os govêrnos do Brasil e de Portugal.

Art. 1º. É aprovado o Tratado de Amizade e Consulta firmado no Rio de Janeiro, a 16 de novembro de 1953, entre os Govêrnos do Brasil e de Portugal.

Art. 2º. Êste decreto legislativo entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 25 de outubro de 1954.

ALEXANDRE MARCONDES FILHO

Vice-Presidente, no exercício da Presidência.

TRATADO DE AMIZADE E CONSULTA ENTRE O BRASIL E PORTUGAL

O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil e o Presidente da República Portuguesa,

Conscientes das atitudes espirituais, morais, étnicas e lingüísticas que, após mais de três séculos de história comum, continuam a ligar a Nação Brasileira à Nação Portuguesa, do que resulta uma situação especialíssima para os interesses recíprocos dos dois povos,

E animados do desejo de consagrar, em solene instrumento político, os princípios que norteiam a Comunidade Luso-Brasileira no mundo,

Resolveram celebrar o presente Tratado de Amizade e consulta, e nomearam para esse efeito seus Plenipotenciários, a saber:

✓ O Presidente da República dos Estados Unidos do Brasil,

Sua Excelência, o Senhor Professor Doutor Vicente Ráo, Ministro de Estados das Relações Exteriores;

✓ O presidente da República Portuguesa,

Sua Excelência, o Senhor Doutor António de Faria, Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário de Portugal no Rio de Janeiro;

Os quais após haverem exibido seus Plenos Poderes, achados em boa e devida forma convieram das disposições seguintes:

Artigo I - As Altas Partes Contratantes, tendo em mente reafirmar e consolidar a perfeita amizade que existe entre os dois povos irmãos, concordam em que, de futuro, se consultarão sempre sobre os problemas internacionais de seu manifesto interesse comum.

Artigo II - Cada uma das Altas Partes Contratantes acorda em conceder aos nacionais da outra tratamento especial, que os equipare aos respectivos nacionais em tudo que, de outro modo, não estiver diretamente regulado nas disposições constitucionais das duas Nações, quer na esfera jurídica, quer nas esferas comercial, econômica, financeira e cultural, devendo a proteção das autoridades locais ser tão ampla quanto a concedida aos próprios nacionais.

Artigo III - No campo comercial e financeiro, levadas em conta as circunstâncias do momento em cada um dos países, as Altas Partes Contratantes concederão tôdas as possíveis facilidades no sentido de atender os interesses particulares dos nacionais da outra Parte.

Artigo IV - O tratamento especial consignado neste Tratado abrangerá não só os Portugueses que tenham o seu domicílio no território brasileiro e os Brasileiros que o tiverem em território português, mas também os que neles permanecerem transitoriamente.

Artigo V - As Altas Partes Contratantes, como prova do elevado intuito que presidiu à celebração deste Tratado, permitirão a livre entrada e saída, o estabelecimento de domicilio e o livre trânsito em Portugal e no Brasil, aos nacionais da outra Parte, observadas as disposições estabelecidas em cada uma delas para a defesa da segurança nacional e proteção da saúde pública.

Artigo VI - Os Benefícios concedidos por uma das Altas Partes Contratante a quaisquer estrangeiros no seu território consideram-se *ipso facto* extensivos aos nacionais da outra.

Artigo VII - As Altas Partes Contratantes promoverão a expedição das disposições legislativas e regulamentares que forem necessárias e convenientes para a melhor aplicação dos princípios consignados neste instrumento.

Artigo VIII - As Altas partes Contratantes comprometem-se a estudar, sempre que oportuno e necessário, os meios de desenvolver o processo, a harmonia e o prestígio da Comunidade Luso-Brasileira no mundo.

Artigo IX - Este Tratado será ratificado, de conformidade com as disposições constitucionais de cada uma das Altas Partes Contratantes, e as ratificações serão trocadas em Lisboa no mais breve prazo possível. Entrará em vigor, imediatamente após a troca das ratificações, pelo prazo de dez anos, prorrogável sucessivamente por períodos iguais, se não for denunciado por qualquer das Altas Partes Contratantes com três meses de antecedência.

Em FÉ do que os Plenipotenciários acima nomeados assinaram este Tratado, em dois exemplares, no Rio de Janeiro, aos 16 dias do mês de novembro de 1953.

Vicente Ráo.

Antônio de Faria.